C 100-5

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Manual de Campanha

OPERAÇÕES

3ª Edição
1997

C 100-5

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Manual de Campanha

OPERAÇÕES

3ª Edição

1997

Preço: R$

CARGA
EM................

PORTARIA Nº 126- EME, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1997

Aprova o Manual de Campanha C 100-5 - Operações, 3ª Edição, 1997.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 91 das IG 10-42 - INSTRUÇÕES GERAIS PARA CORRESPONDÊNCIA, PUBLICAÇÕES E ATOS NORMATIVOS NO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, aprovadas pela Portaria Ministerial Nº 433, de 24 de agosto de 1994, resolve:

Art. 1º Aprovar o Manual de Campanha **C 100-5 - OPERAÇÕES**, 3ª Edição, 1997, que com esta baixa.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogar o Manual de Campanha C 100-5 - OPERAÇÕES, 2ª Edição, 1988, aprovado pela Portaria Nº 012-3ª Sch/EME, de 26 de abril de 1988.

Gen Ex GLEUBER VIEIRA
Chefe do Estado-Maior do Exército

NOTA

Solicita-se aos usuários deste manual de campanha a apresentação de sugestões que tenham por objetivo aperfeiçoá-lo ou que se destinem à supressão de eventuais incorreções.

As observações apresentadas, mencionando a página, o parágrafo e a linha do texto a que se referem, devem conter comentários apropriados para seu entendimento ou sua justificação.

A correspondência deve ser enviada diretamente ao EME, de acordo com o artigo 78 das IG 10-42 - INSTRUÇÕES GERAIS PARA CORRESPONDÊNCIA, PUBLICAÇÕES E ATOS NORMATIVOS NO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, utilizando-se a carta-resposta constante do final desta publicação.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

1-1. FINALIDADE

a. Este manual apresenta a doutrina básica de operações do Exército Brasileiro e destina-se a orientar o emprego da Força Terrestre (F Ter) no cumprimento de suas missões operacionais.

b. Baseia-se no preconizado pelas IP 100-1 - BASES PARA A MODERNIZAÇÃO DA DOUTRINA DE EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE (DOUTRINA DELTA).

c. O C 100-5 - OPERAÇÕES serve de base para a elaboração de outras publicações das séries de manuais de campanha e instruções provisórias da Força Terrestre. Abrange os aspectos básicos das operações, deixando os detalhes para outros manuais específicos.

1-2. CONSIDERAÇÕES BÁSICAS

a. O pensamento militar da força terrestre brasileira vem se desenvolvendo, particularmente, desde a II Guerra Mundial. Atualmente, o combate adquire características especiais, influenciado pela sofisticada tecnologia que se faz presente no campo de batalha. As exigências do combate moderno, por seu turno, estimulam o desenvolvimento tecnológico e devem constituir-se em permanente preocupação de qualquer Força Armada.

b. A atual organização da Força Terrestre em Brigadas - Grandes Unidades leves e flexíveis - representa uma evolução importante que possibilita a adoção de uma doutrina militar dinâmica e ajustada às suas necessidades.

c. As guerras do ORIENTE MÉDIO e os mais recentes conflitos ocorridos no mundo permitem conclusões sobre a conduta do combate, as táticas

utilizadas e o grau de influência do material empregado. Mais do que nunca, cresce de importância a figura do chefe militar, o adestramento adequado dos quadros e da tropa, assim como a disponibilidade dos mais modernos meios de combate.

d. A doutrina da Força Terrestre enfatiza, como fatores decisivos para a vitória final: o espírito ofensivo; a importância da conquista e manutenção da iniciativa; a rapidez de concepção e de execução das operações; a iniciativa dos subordinados; a flexibilidade para alterar atitudes, missões e constituição das forças; a sincronização das ações no tempo e no espaço; e a liderança e capacidade de decisão dos comandantes em todos os escalões.

CAPITULO 2

A FORÇA TERRESTRE

ARTIGO I

MISSÃO DA FORÇA TERRESTRE

2-1. GENERALIDADES

a. A Expressão Militar é o conjunto de meios que integram o Poder Nacional - com predominância dos meios militares - que se caracteriza por produzir efeitos predominantemente militares. Tem, no emprego da força ou na possibilidade de usá-la, o aspecto que melhor a caracteriza, por meio da dissuasão ou da coerção.

b. A Expressão Militar do Poder Nacional é, pois, o conjunto de meios predominantemente militares de que dispõe a Nação para, sob a direção do Estado e pela dissuasão ou coerção, concorrer para conquistar e manter os Objetivos Nacionais.

c. A Expressão Militar do Poder Nacional compõe-se do Poder Naval, do Poder Militar Terrestre e do Poder Militar Aeroespacial, cujos elementos preponderantes são, respectivamente, a Força Naval, a Força Terrestre e a Força Aérea.

2-2. FORÇAS ARMADAS

a. Missões - Como instrumento operacional da Expressão Militar do Poder Nacional, suas missões decorrem de suas características institucionais, definidas na Constituição Federal e em outros diplomas legais. Têm por finalidade básica assegurar a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes, executando as seguintes missões:

(1) Dissuadir possíveis ameaças aos interesses vitais da Nação;
(2) Respaldar decisões políticas independentes, na ordem internacional;
(3) Impor a vontade nacional, pela força, no quadro das hipóteses de emprego consideradas.

b. Condições de operação

(1) As Forças Armadas devem ser capazes de operar eficientemente em todo o espectro de conflitos previsíveis, aplicando seus meios de modo adequado e compatível com os objetivos fixados.

(2) A II Guerra Mundial acabou com a fase em que as operações eram conduzidas separadamente pelas forças singulares. Nos dias atuais, a estrutura de defesa do país deve ser organizada de forma a permitir um preparo coordenado e integrado das três forças.

(3) A rapidez com que podem se iniciar as ações de guerra e a tendência à sua curta duração têm aumentado a necessidade da existência de um núcleo de forças em um estado tal de aprestamento que permita seu emprego dentro de prazos bem curtos. Para isso, a instrução e o adestramento devem ser mantidos em níveis elevados, e a necessidade de recompletamento em material e pessoal das unidades da força de pronto emprego deve ser mínima.

2-3. EXÉRCITO E A FORÇA TERRESTRE

a. O Exército Brasileiro (EB) é uma instituição nacional permanente e regular, organizada com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e dentro dos limites da lei.

b. O Exército Brasileiro compreende suas organizações militares, suas instalações, seus equipamentos e seu pessoal em serviço ativo ou na reserva.

c. A Força Terrestre (F Ter), instrumento de ação do Exército Brasileiro, inclui todos os elementos do EB organizados, equipados e adestrados para o combate continuado próprio das operações em ambiente terrestre, no Teatro de Operações.

d. A Força Terrestre pode ser empregada em operações conjuntas, combinadas, aliadas, ou em qualquer de suas combinações.

2-4. MISSÃO DO EXÉRCITO E DA FORÇA TERRESTRE

a. A missão do Exército está abordada em detalhes no SIPLEX-1.

b. A missão da Força Terrestre é vencer o combate terrestre.

ARTIGO II

ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA FORÇA TERRESTRE

2-5. GENERALIDADES

a. O espaço geográfico - terrestre, marítimo ou aéreo, nacional ou estrangeiro - considerado necessário à realização de operações militares ou à obtenção de recursos para o desencadeamento e manutenção destas operações, é encarado conforme sua posição, extensão, potencialidade em meios e importância política.Normalmente, esse espaço geográfico compreende:

(1) O Teatro de Guerra (TG);
(2) O Teatro de Operações (TO) - Terrestre ou Marítimo;
(3) A Zona do Interior (ZI).

b. Teatro de Guerra - É todo o espaço geográfico (terrestre, marítimo e aéreo) que estiver ou que possa vir a ser envolvido nas operações militares de uma guerra. Um Teatro de Guerra pode comportar um ou mais Teatros de Operações.

c. Teatro de Operações

(1) É a parte do TG necessária à condução de operações militares de vulto, nestas incluído o respectivo apoio logístico. A concepção de um Teatro de Operações não abrange apenas a idéia de área geográfica; engloba também a de um escalão de comando com grande autonomia de ação, cabendo ao seu comandante estabelecer a organização territorial, operacional e administrativa do TO. No TO é que se realiza a estratégia operacional, sendo o elemento, por excelência, que permite à estratégia militar combinar, de forma centralizada, a ação das três forças singulares.

(2) O TO pode ser terrestre ou marítimo, conforme predominem as operações terrestres ou marítimas. Embora a F Ter possa estar presente na organização do Teatro de Operações Marítimo (TOM), é no Teatro de Operações Terrestre (TOT) que sua participação alcança a maior plenitude.

(3) São da competência do Presidente da República, na qualidade de Comandante Supremo das Forças Armadas, a ativação, delimitação, constituição e definição da missão de cada TO, bem como a nomeação dos comandantes.

d. Zona do Interior - É a parte do território nacional não incluída no(s) TO.

2-6. GRANDE COMANDO

a. Grande Comando (G Cmdo) operacional é uma organização militar de valor ponderável, singular ou combinada, de constituição variável em Unidades (U) e Grandes Unidades (GU), cujos meios, missão ou área de responsabilidade transcendem às possibilidades de uma GU.

b. No ambiente operacional terrestre, são considerados como G Cmdo:

(1) OPERACIONAIS

(a) No nível estratégico-operacional:

- o Teatro de Operações Terrestre (TOT);
- a Força Terrestre do Teatro de Operações Terrestre (FTTOT).

(b) No nível tático:

- o Exército de Campanha (Ex Cmp);
- a Divisão de Exército (DE).

(2) LOGÍSTICOS - serão estudados nos parágrafos 2-39 a 2-47.

2-7. TEATRO DE OPERAÇÕES TERRESTRE

O Teatro de Operações Terrestre (TOT) - é o Grande Comando combinado, diretamente subordinado ao Comandante Supremo, ao qual é atribuída a responsabilidade pela área necessária à execução de operações militares predominantemente terrestres.

2-8. ORGANIZAÇÃO DE COMANDO

a. O comando do TOT é exercido por um oficial general do Exército, assessorado por um estado-maior combinado. Além do componente terrestre, o TOT é normalmente integrado por componentes da Força Aérea e, em alguns casos, por componentes da Força Naval, necessários ao cumprimento de sua missão.

b. Além desses, os seguintes elementos podem integrar o TOT:

(1) Força Combinada;
(2) Força-Tarefa Combinada;
(3) Força Aliada;
(4) Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel);
(5) Brigada de Infantaria Pára-quedista;
(6) Brigada de Artilharia Antiaérea;
(7) Brigada de Artilharia de Costa;
(8) Brigada de Aviação do Exército;
(9) Batalhão de Forças Especiais;
(10) Batalhão de Comandos;
(11) Outros.

c. Em alguns casos, pode ainda ser organizado um Comando Logístico Combinado do Teatro de Operações Terrestre, quando o comandante do TOT decidir centralizar esse apoio.

d. A estruturação em níveis e escalões de comando é fruto de diferentes responsabilidades estratégicas e táticas, necessárias ao planejamento da aplicação da expressão militar do poder nacional. Entretanto, pode ocorrer que o comandante do TOT, em face das peculiaridades do teatro e das operações a serem desenvolvidas, exerça, cumulativamente, a função de comandante da FTTOT.

e. As Brigadas de Infantaria Pára-quedista e de Infantaria Leve (Aeromóvel), bem como a Brigada de Aviação do Exército, normalmente, ficam subordinadas ao comandante do TOT. Em determinadas situações, no entanto, podem ficar subordinadas ou sob comando (controle) operacional de um comando de nível inferior ao do TOT.

f. A tarefa de organizar um Teatro de Operações Terrestre, quando este inclui forças aliadas, pode ser dificultada pelas diferenças entre as políticas dos países envolvidos e os conceitos doutrinários dos elementos das forças armadas. A organização do estado-maior deve incluir pessoal com amplo conhecimento e experiência de sua própria força e inteiramente familiarizado com os métodos, possibilidades e características das outras forças aliadas.

g. A estrutura de comando deve ser simples e assegurar uma amplitude de controle adequada, com um mínimo de escalões subordinados. Deve garantir a direção centralizada da operação como um todo, assim como o máximo de descentralização na sua execução, para proporcionar flexibilidade e liberdade de ação aos comandos subordinados.

h. Os comandos operacionais devem ser organizados para a execução de tarefas específicas, sem duplicação de esforços e superposição de funções.

i. O apoio logístico às forças de cada nação, normalmente, deve ser fornecido pela respectiva nação, sendo que o Comandante da Força Aliada poderá estruturar a logística da maneira que se mostrar mais adequada. Em qualquer caso, deverá ser orientada no sentido de apoiar o combate.

j. Para o cumprimento da missão, o comandante pode ter necessidade de estabelecer comandos subordinados. Quando a missão atribuída a um desses comandos exigir a participação de mais de uma força, deve ser criado um comando combinado. Em operações aliadas, é criado um comando aliado a fim de preservar a unidade de comando, indispensável ao êxito de qualquer operação.

2-9. ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

a. Na organização e equipamento do território de um TOT, deve-se ter em mente, entre outros, os seguintes aspectos:

(1) Necessidades operacionais;
(2) Necessidades logísticas;
(3) Possibilidade de operações anfíbias e aerotransportadas do inimigo;
(4) Defesa aeroespacial;
(5) Medidas contra as ações psicológicas do inimigo;
(6) Contramedidas eletrônicas;
(7) Assuntos civis

b. A conveniência de uma área reservada para o combate e outra para a logística surge das necessidades operacionais. Essa divisão ocorre em toda a extensão do TOT, das SU aos G Cmdo. Nas áreas destinadas à logística desenvolvem-se as ações necessárias à continuidade das operações de combate.

c. Normalmente, o TOT possui, no sentido da profundidade, duas zonas — a Zona de Combate (ZC) e a Zona de Administração (ZA) — que têm seus limites fixados ou propostos pelo comandante do TOT, de acordo com as necessidades operacionais e logísticas. Além destas duas zonas, que abrangem determinado espaço geográfico, o TOT comporta uma parte, à frente da ZC, de interesse para as operações. Esta parte, que se prolonga até incluir os objetivos estratégicos impostos, no futuro, pode integrar a ZC, dependendo da profundidade das operações, isto é, da missão atribuída ao comandante do TOT.

(1) Zona de Combate

(a) É a porção do Teatro de Operações Terrestre, à frente do(s) limites(s) de retaguarda do(s) Exército(s) de Campanha, onde atuam os elementos diretamente necessários à condução das operações. A ZC inclui áreas terrestres, marítimas e o espaço aéreo, no interior dos quais os comandos podem influir diretamente na evolução das operações, pela manobra de seus elementos ou pelo emprego do poder de fogo. Inclui também a área necessária ao apoio imediato às forças amigas.

(b) A ZC prolonga-se no território controlado pelo inimigo, desde a linha de contato até o alcance máximo das armas pertencentes às forças singulares. Normalmente, estende-se até os objetivos estratégicos impostos ao TOT. No que tange à responsabilidade territorial e aos principais encargos logísticos, considera-se a ZC abrangendo o território até a linha de contato. Para fins de planejamento, no entanto, leva-se em conta o prosseguimento das operações além daquele limite, que pode evoluir no tempo e no espaço.

(c) A ZC subdivide-se, geralmente, em Zonas de Ação de Exército(s) de Campanha, Divisões de Exército, Brigadas, Forças-Tarefas etc. Os limites de retaguarda dos elementos da ZC são estabelecidos tão à frente quanto possível, a fim de aliviar as responsabilidades logísticas e territoriais de seus comandantes.

(d) Os comandantes, nos altos escalões, devem ser dotados de meios e de autoridade para dirigir as operações terrestres, navais e aéreas contra o inimigo; e exercer o controle da população em suas áreas de operações.

(2) Zona de Administração

(a) É a porção do Teatro de Operações Terrestre, compreendida entre o(s) limite(s) de retaguarda da(s) força(s) empregada(s) na ZC e o limite posterior do TOT, onde se desdobram as principais instalações, as Unidades e os órgãos necessários ao apoio logístico ao conjunto das forças em campanha. Na ZA, desdobram-se também as instalações de comando do TOT e de seus elementos diretamente subordinados.

(b) A Zona de Administração deve dispor de área suficiente para a localização, sem congestionamento, dos comandos, instalações, órgãos e Unidades logísticas mais pesadas. Outros elementos, embora não sendo logísticos, tais como Unidades de combate e de apoio ao combate, podem estar na ZA, em zona de reunião ou cumprindo missões especializadas ou de Segurança de Área de Retaguarda (SEGAR).

2-10. APOIO ENTRE AS FORÇAS DO TEATRO DE OPERAÇÕES TERRESTRE

a. As forças terrestres atribuídas a um TOT operam em conjunto com outras forças singulares, navais ou aéreas, ou forças aliadas do TOT. É necessária intensa coordenação entre as forças empregadas, para evitar a duplicação de esforços. As funções que possam ser desempenhadas em benefício do conjunto por uma das forças devem, normalmente, ser atribuídas a esta força.

b. O apoio da FTTOT a outras forças inclui fogos de artilharia de costa, conquista a manutenção de áreas necessárias às operações navais e aéreas, interdição do campo de batalha, reconhecimento terrestre, assuntos civis, informações, segurança de área de retaguarda, defesa antiaérea, além de outros, determinados pelo comandante do TOT.

c. O apoio da Força Naval do Teatro de Operações Terrestre (FNTOT) a outras forças inclui o fogo naval e de mísseis, a defesa antiaérea, o apoio aéreo proveniente das forças de ataque dos porta-aviões, o transporte para as forças anfíbias e ribeirinhas, a proteção anti-submarina, a varredura de minas, a conquista e a manutenção da liberdade do tráfego marítimo, a proteção de superfície de flancos costeiros, o emprego de fuzileiros navais na conquista e manutenção de cabeças-de-praia, o reconhecimento naval, além de outros, determinados pelo comandante do TOT.

d. O apoio da Força Aérea do Teatro de Operações Terrestre (FATOT) a outras forças inclui a superioridade aérea, o apoio aéreo aproximado, a interdição, o reconhecimento aéreo, o transporte aéreo, a ligação e observação, o combate eletrônico, a busca e o salvamento e as operações aéreas especiais.

2-11. LOGÍSTICA OPERACIONAL

a. Em operações de guerra, o apoio logístico às forças singulares é de competência dos respectivos sistemas de apoio logístico.

b. O TOT tem a sua própria organização para o apoio logístico, sendo de sua responsabilidade a coordenação e integração do apoio às suas forças singulares e, quando determinado, à população civil.

c. O apoio logístico de competência do TOT é planejado, integrado e controlado pelo Comando Logístico do Teatro de Operações Terrestre (CLTOT). As Regiões Militares de Teatro de Operações Terrestre (RM/TOT) têm por missão comandar, planejar, integrar e controlar a execução do apoio logístico às forças terrestres localizadas em suas áreas de jurisdição.

d. O comandante do TOT, normalmente, delega a responsabilidade territorial pela Zona de Administração ao CLTOT, que a exerce por meio das RM/TOT.

e. Maiores detalhes são encontrados nos parágrafos 2-39 a 2-47.

ARTIGO III

FORÇA TERRESTRE DO TEATRO DE OPERAÇÕES TERRESTRE

2-12. GENERALIDADES

a. A Força Terrestre do Teatro de Operações Terrestre (FTTOT) é o Grande Comando operacional que, quando constituído, planeja e conduz operações no nível estratégico-operacional, executadas por seus elementos subordinados. É o mais alto escalão terrestre representado no TOT.

b. A FTTOT tem possibilidade de atuar em qualquer tipo de conflito, numa vasta área, sem modificações significativas em sua organização e equipamento. Esta flexibilidade é proporcionada pela possibilidade de alterar a atitude, missões e composição das forças; pela mobilidade e potência de fogo adequadas; e pelo comando, controle e comunicações eficientes, tudo atendido por um eficaz sistema de apoio logístico. Sob determinadas condições das operações, podem tornar-se necessárias adaptações na organização normal das forças e a distribuição de equipamentos especiais.

2-13. ORGANIZAÇÃO DE COMANDO

A FTTOT não possui organização fixa, podendo ter todos ou parte dos seguintes elementos subordinados:

- Exército(s) de Campanha;
- Divisão(ões) de Exército;
- Brigada de Infantaria Pára-quedista;
- Brigadas de Infantaria e de Cavalaria;
- Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel)
- Brigada de Artilharia Antiaérea;
- Brigada de Artilharia de Costa;
- Brigada de Aviação do Exército;
- Grupamento(s);
- Destacamento(s); e
- Unidade(s) especial(is).

2-14. ATIVIDADE OPERACIONAL

A atividade operacional da FTTOT é fazer executar os Planos de Campanha que lhe forem atribuídos pelo comandante do TOT. Os Planos de Campanha são transformados pela FTTOT em Planos de Operações, Instruções ou Diretrizes, sob o ponto de vista da estratégia operacional terrestre, e distribuídos aos comandos subordinados.

2-15. OUTRAS ATIVIDADES

As atividades de comunicação social (relações públicas, operações psicológicas e informação pública), de assuntos civis (ação comunitária, socorro em calamidades públicas, ação cívico social e defesa civil), de assuntos de governo (governo, economia, serviços públicos e atividades especiais) e as tarefas da atividade do campo do pessoal (prisioneiros de guerra, repouso, recreação, recuperação, evacuação de civis, assistência jurídica e assistência religiosa), não enquadradas pela logística, são de responsabilidade do sistema comando do TOT, que pode criar órgãos para a sua execução ou atribuí-las ao CLTOT.

2-16. EXÉRCITO DE CAMPANHA

a. O Exército de Campanha é um G Cmdo operacional ativado para enquadrar mais de uma DE atuando em uma mesma direção estratégica. Executa operações no nível estratégico-operacional, planeja e conduz as operações táticas dos seus elementos subordinados. Provê o apoio logístico dos elementos que lhe são orgânicos e daqueles que o integram, quando a(s) RM/TOT não os puder(em) apoiar diretamente.

b. O Ex Cmp transforma a manobra estratégico-operacional que lhe foi confiada em ações táticas, cuja execução cabe às suas peças de manobra.

c. O Exército de Campanha não tem organização fixa, sendo de efetivo variável e de estrutura aberta. É composto especificamente para atingir um determinado fim estratégico, onde os fatores da decisão estão permanente-mente presentes. Assim, a sua ativação, que é de caráter eventual, deve responder às suas responsabilidades táticas e territoriais.

d. O Ex Cmp é constituído por um comando e por tropas orgânicas e enquadra um número variável de Divisões de Exército, Brigadas e Unidades de combate, de apoio ao combate e, quando necessário, de apoio logístico.

e. O poder de combate do Ex Cmp não fica restrito apenas ao que lhe é proporcionado pelos seus comandos subordinados; é, normalmente, aumenta-do pelo das demais forças em apoio às suas operações, particularmente o da Força Aérea.

f. Em princípio, a cada nova missão deve corresponder uma nova organização. Por outro lado, o Ex Cmp guarda a flexibilidade de enquadrar novos meios, permutar e perder elementos no curso das operações.

g. O emprego dos comandos das Divisões de Exército facilita ao Ex Cmp a execução, o controle e a coordenação das operações correntes, possibilitan-do-lhe melhores condições para o planejamento das operações futuras.

h. O Ex Cmp pode ter algumas brigadas sob seu comando direto.

2-17. DIVISÃO DE EXÉRCITO

a. A Divisão de Exército é um G Cmdo operacional da Força Terrestre, constituído por um número variável de brigadas, não necessariamente idênticas, e por tropas divisionárias, que compreendem unidades de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico.

b. A DE integra um Ex Cmp, quando este for ativado. Caso contrário, atua diretamente subordinada ao TOT/FTTOT, operando independentemente, em uma direção estratégica, ou constituindo-se em base para a criação de um Ex Cmp.

c. A DE planeja e coordena o emprego das brigadas que a integram e, quando necessário, as reforça com meios ou com fogos, para intervir no combate ou prolongar-lhes a ação. Normalmente, não constitui elo na cadeia de apoio logístico, porém, quando se fizer necessário, será ativado o Comando Logístico de Divisão de Exército (CLDE), o qual executará o apoio logístico aos comandos subordinados, por meio de um ou mais Grupamentos Logísticos (Gpt Log), passando a ser elo na cadeia de apoio logístico para as brigadas subordinadas.

d. Mesmo na situação em que não é elo na cadeia logística de suas brigadas, não possuindo OM logística diretamente subordinada apoiando-as, a DE tem responsabilidade de planejar, coordenar e controlar esse apoio, por meio de seu estado-maior, a fim de garantir o apoio logístico adequado à manobra. Em qualquer caso, pode empregar meios logísticos orgânicos em benefício da operação.

2-18. GRANDE UNIDADE

A Grande Unidade (GU) é uma organização militar com capacidade de atuação operacional independente, básica para a combinação de Armas, constituída por unidades de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico. É o menor escalão que normalmente realiza a combinação de Armas.

2-19. BRIGADA

a. A Brigada (Bda) é uma GU básica de combinação de Armas, constituída por unidades de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico, com capacidade de atuar independentemente e de durar na ação.

b. A Bda é uma organização, ao mesmo tempo, tática e logística. Organizações adicionais de apoio ao combate e de apoio logístico podem ser dadas em reforço à Bda, dependendo de sua missão e do valor e proximidade do apoio necessário.

c. A Bda pode ser enquadrada por uma DE ou por outro G Cmdo superior.

2-20. BRIGADAS DE INFANTARIA

a. Missão básica - A missão das brigadas de infantaria é cerrar sobre o inimigo, a fim de destrui-lo ou capturá-lo, utilizando o fogo, o movimento e o combate aproximado, bem como manter o terreno e controlar áreas, inclusive suas populações e seus recursos.

b. Brigada de Infantaria Motorizada - É uma GU constituída basicamente de Batalhões de Infantaria Motorizados, capaz de executar o combate terrestre sob quaisquer condições de tempo e terreno. Sua mobilidade tática é a do homem a pé. É particularmente apta a realizar operações de infiltração, para atuar na retaguarda das posições inimigas, e para combater em áreas urbanas, com densa vegetação, obstáculos e terreno difícil. Pode realizar prontamente operações aeromóveis ou ser aerotransportada. Dispondo de meios orgânicos de transporte, pode participar de ações que exijam mobilidade tática.

c. Brigada de Infantaria Blindada - É uma GU formada basicamente por Batalhões de Infantaria Blindados e Regimento de Carros de Combate. Suas características principais são a mobilidade, a potência de fogo e a relativa proteção blindada. Pela sua grande mobilidade tática, é particularmente apta para as ações terrestres altamente móveis de natureza ofensiva, em especial as manobras de flanco.

d. Brigada de Infantaria de Selva - É uma GU formada basicamente por Batalhões de Infantaria de Selva. É organizada para operar na selva, utilizando-se, basicamente, de meios fluviais e aéreos e sendo empregada prioritariamente em manobras de flanco. Suas principais características são a fluidez e a capacidade de sobrevivência em ambiente hostil de selva. Quando estiver sobrevivendo na selva, necessita dispersar-se numa grande área e sua capacidade de combater fica extremamente limitada.

e. Brigada de Infantaria Pára-quedista - É uma GU formada basicamente por Batalhões de Infantaria Pára-quedistas. Sua principal característica é a elevada mobilidade estratégica, proporcionada pelo transporte aéreo associado ao assalto aeroterrestre, com a utilização de pára-quedas. Seu emprego é de grande utilidade no combate em profundidade, nas operações de cerco e de isolamento do campo de batalha e na transposição de cursos de água de grande vulto. É altamente sensível às condições meteorológicas e depende do apoio aéreo. É particularmente vulnerável durante o assalto aeroterrestre e, posteriormente, à ação dos blindados inimigos.

f. Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel) - É uma GU formada basicamente por Batalhões de Infantaria Leves. Sua principal característica é a elevada mobilidade estratégica, decorrente da sua estrutura organizacional leve e modular, adequada ao transporte por qualquer meio, principalmente o aéreo. Possui, também, mobilidade tática, que é proporcionada pelo emprego conjunto com forças de helicópteros em operações aeromóveis, particularmente no assalto aeromóvel, o que a torna apta a realizar o combate em profundidade. Nesse caso, é sensível às condições meteorológicas e dependente do

transporte aeromóvel. É sobremodo vulnerável durante o assalto aeromóvel e, posteriormente, à ação dos blindados do inimigo. É, ainda, apta a realizar infiltrações e incursões à retaguarda de posições inimigas, participar do isolamento do campo de batalha e de operações de transposição de cursos de água obstáculos.

2-21. BRIGADAS DE CAVALARIA

a. Missão básica - A missão básica das brigadas de cavalaria é realizar operações que exijam grande mobilidade, potência de fogo e ação de choque.

b. Brigada de Cavalaria Mecanizada - É uma GU formada por Regimentos de Cavalaria Mecanizados e Blindado. Suas principais características são a grande mobilidade e a potência de fogo. É especialmente apta para cumprir missões de reconhecimento e de segurança. Pode realizar operações ofensivas altamente móveis, particularmente as incursões e as manobras de flanco. Na defensiva é particularmente adequada a realizar movimentos retrógrados.

c. Brigada de Cavalaria Blindada - É uma GU formada basicamente por Regimentos de Carros de Combate e Batalhão de Infantaria Blindado. Suas características principais são a ação de choque, a mobilidade, a potência de fogo e a proteção blindada. Conduz operações ofensivas altamente móveis, particularmente as incursões, as manobras de flanco, o aproveitamento do êxito e a perseguição.

2-22. FORÇA-TAREFA

a. A Força-Tarefa (FT) é um grupamento temporário de forças, de valor unidade ou subunidade, sob um comando único, integrado por peças de manobra de natureza e/ou tipo diferentes, formado com o propósito de executar uma operação ou missão específica, que exija a utilização de uma forma peculiar de combate. Pode enquadrar também elementos de apoio ao combate e de apoio logístico. Em qualquer caso, é organizado em torno de um núcleo de tropas de infantaria e cavalaria, acrescido dos apoios necessários.

b. Por respeito à tradição e ao uso na Força Naval e na Força Aérea, também são chamadas forças- tarefas as organizações temporárias de forças envolvendo peças de manobra do Exército (Inf e Cav) e meios navais ou aéreos, inclusive Aviação do Exército. Exemplos: Força-Tarefa Pára-quedista (FT Pqdt), Força-Tarefa Aeromóvel (FT Amv), Força-Tarefa Anfíbia (FT Anf), Força-Tarefa Ribeirinha (FT Rib).

2-23. GRUPAMENTO

O Grupamento (Gpt) é uma organização militar, tática ou logística, de constituição variável, que reúne elementos de comando, unidades e, eventualmente, subunidades e frações elementares.

2-24. DESTACAMENTO

O Destacamento (Dst) é parte de uma força, separada de sua organização principal, para cumprir uma missão específica em outra região, com efetivo normalmente reduzido e com organização variável, de acordo com a situação.

ARTIGO IV

SISTEMAS OPERACIONAIS

2-25. CONSIDERAÇÕES GERAIS

a. Os elementos de combate, apoio ao combate e logísticos interagem, integrando sistemas operacionais, que permitem ao comandante coordenar o emprego oportuno e sincronizado de seus meios no tempo, no espaço e na finalidade. Os sistemas operacionais são: comando e controle; inteligência; manobra; apoio de fogo; defesa antiaérea; mobilidade, contramobilidade e proteção; e logístico.

b. Esses sistemas aplicam-se tanto ao nível tático quanto ao nível estratégico-operacional do combate e facilitam a integração, coordenação, preparação e execução de operações de armas combinadas bem sucedidas.

2-26. SISTEMAS OPERACIONAIS

a. Comando e controle - Esse sistema permite aos comandantes de todos os escalões visualizar o campo de batalha, apreender a situação e dirigir as ações militares necessárias à vitória. Também estabelece as ligações necessárias ao exercício do comando, às comunicações entre os postos de comando e entre os comandantes e seus estados-maiores, quando aqueles deixam a área do posto de comando. As comunicações são o elemento vital para o exercício do comando e controle em combate.

b. Inteligência - É fundamental para o planejamento eficaz e para a segurança das tropas. As operações de inteligência são esforços organizados para coleta, análise e difusão de informações precisas e oportunas sobre a área de operações e o inimigo. Para fornecer uma visão precisa do campo de batalha, exige direção centralizada, ação simultânea em todos os níveis de comando e difusão oportuna das informações pela cadeia de comando. O comandante, em todos os escalões, dirige as atividades de inteligência. Esse sistema acha-se intimamente ligado ao de comando e controle.

c. Manobra - A manobra é uma ação estratégica militar, um princípio de guerra e um elemento fundamental do poder de combate. É discutida em várias partes deste manual. Resumidamente, consiste na combinação de fogo e movimento para posicionar-se, no campo de batalha, de maneira vantajosa em relação ao inimigo. Ela cria as condições para a conquista dos objetivos táticos,

estratégico-operacionais ou estratégicos. Todos os sistemas trabalham para facilitar, orientar e apoiar a manobra, mas sua relação mais imediata é com os sistemas de apoio de fogo, de comando e controle, de mobilidade, contramobilidade, proteção e logístico.

d. Apoio de fogo - A sincronização dos fogos com a manobra é crucial para o sucesso das operações. O sistema de apoio de fogo realiza a sincronização do fogo orgânico, do aéreo e do naval com a manobra idealizada. O sistema de apoio de fogo está ligado diretamente aos de manobra, inteligência, logística e comando e controle e proporciona ao comandante a capacidade de tirar o máximo proveito da aplicação de fogos em toda a profundidade do campo de batalha.

e. Defesa antiaérea - O sistema coordena as atividades de defesa antiaérea de todos os elementos envolvidos no combate, embora a parte mais significativa fique a cargo das unidades de artilharia antiaérea. Também estabelece a coordenação com a Força Aérea e a Aviação do Exército, estabelecendo medidas de controle do espaço aéreo e coletando, analisando e difundindo informações sobre o inimigo aéreo. Sua atuação também ajuda a prevenir a ocorrência de baixas e danos provocados pelo fogo amigo terrestre ou aéreo.

f. Mobilidade, contramobilidade e proteção - As operações de mobilidade preservam a liberdade de manobra das forças amigas. Incluem a abertura de trilhas e brechas nos obstáculos inimigos, a melhoria da circulação no campo de batalha, a construção de meios para a transposição de cursos de água obstáculos, e as medidas para controle de tráfego e circulação e a utilização da Aviação do Exército. As medidas de contramobilidade visam a impedir ou dificultar a mobilidade do inimigo. Incluem nossa manobra e fogos, a construção de obstáculos e o emprego de fumígenos. As operações de proteção procuram proteger nossas tropas dos efeitos dos sistemas de armas inimigos e de fenômenos naturais como tempestades, enchentes e extremos de temperatura. Entre outras, compreendem a fortificação de posições, a simulação e dissimulação, a dispersão e as operações de segurança.

g. Logístico - O sistema incorpora técnicas especializadas e se estrutura para cumprir as funções logísticas. Organiza-se em torno das atividades funcionais, respeitando a interpenetrabilidade entre elas e a melhor funcionalidade e especialização em cada escalão. Apóia-se no máximo aproveitamento da infra-estrutura local e dos meios civis existentes e mobilizáveis. Orienta-se, fundamentalmente, para o apoio ao pessoal e ao material dos elementos de combate e de apoio ao combate. Deve integrar-se perfeitamente ao sistema de manobra. Aplica-se em todo o espectro das operações militares e em todos os escalões. É essencial para o funcionamento das organizações militares em situações de paz ou de combate e precisa operar ininterruptamente. Os parágrafos 2-39 a 2-47 deste manual tratam com mais detalhe do sistema logístico.

ARTIGO V

ELEMENTOS DE COMBATE, DE APOIO AO COMBATE E DE APOIO LOGÍSTICO

2-27. ELEMENTOS DE COMBATE

a. Um elemento de combate caracteriza-se pela sua capacidade de combinar fogo e movimento, a fim de cerrar sobre o inimigo. Pode receber as missões de: destruir ou neutralizar o inimigo; conquistar, controlar e interditar acidentes capitais do terreno; cobrir ou proteger a força principal; ou obter informações para o escalão em proveito do qual opera. Os elementos de combate empregam os tiros diretos e indiretos e são organizados, adestrados e equipados para operar em contato direto com o inimigo.

b. Os batalhões de infantaria e os regimentos de cavalaria constituem os elementos básicos para a organização das brigadas, de grupamentos e forças-tarefas, que ainda incluem elementos de artilharia, engenharia e comunicações e podem receber, também, elementos de apoio logístico e de aeronaves de diversos tipos.

c. A missão, o ambiente operacional e as possibilidades do inimigo indicam a organização dos elementos de combate de uma força. Essa deve ser adaptável a vários ambientes sem modificações significativas, podendo incluir elementos de combate de um único tipo ou combinar mais de um deles, como fica caracterizado na constituição básica das Brigadas. A organização dos elementos de combate, no âmbito de uma força maior, pode ser modificada pelo reforço ou pela retirada de elementos, de acordo com as necessidades.

d. Os elementos de combate constituem a base estrutural das forças de combate. Necessitam de chefia adequada, adestramento eficiente, além de disciplina, resistência, tenacidade e espírito de corpo, no mais alto grau. Sobre seu efetivo incidem as maiores perdas em combate e os demais componentes da Força Terrestre existem para apoiá-los.

2-28. MISSÕES E CARACTERÍSTICAS BÁSICAS

a. Os elementos de combate são organizados para a execução de missões que exijam o contato direto com o inimigo. Algumas dessas missões podem ser comuns à infantaria e à cavalaria, ou, ainda, os elementos de uma arma poderão cumprir uma missão que, normalmente, seria atribuída à outra. Um elemento de combate possui, em combinações e graus variados, determinadas características imprescindíveis ao cumprimento de suas missões.

b. A mobilidade, como característica básica das ações ofensivas, pode variar desde a mobilidade do homem a pé até a total utilização de meios blindados, mecanizados, aéreos e aquáteis.

c. A potência de fogo necessária a qualquer tipo de operação pode variar, desde as pequenas armas individuais até as coletivas de diversos portes, o armamento dos carros de combate e os mísseis.

d. A ação de choque, fundamental à decisão do combate, consiste no efeito resultante da associação entre a mobilidade e a potência de fogo, reforçadas pela proteção blindada. Traduz-se no impacto físico e psicológico exercido sobre o inimigo, mediante fogos diretos potentes, desencadeados a distâncias extremamente curtas. Pode variar desde a ação de choque proporcionada pelo combatente a pé, aplicando os fogos de assalto e o combate corpo a corpo, até a proveniente do emprego em massa de forças-tarefas compostas por carros de combate e fuzileiros blindados, quando atinge seu grau máximo de intensidade. O ruído dos carros de combate, sua silhueta, sua rapidez de progressão e sua invulnerabilidade aos fogos das armas de pequeno calibre potencializam os efeitos psicológicos anteriormente mencionados.

2-29. MISSÕES DA INFANTARIA

a. A missão básica da infantaria, no ataque, é cerrar sobre o inimigo a fim de destrui-lo ou capturá-lo, utilizando o fogo, o movimento e a ação de choque. Na defensiva, consiste em manter o terreno, detendo e repelindo o ataque inimigo por meio do fogo e do combate aproximado, ou destruindo-o pelo contra-ataque. A característica essencial da infantaria é sua aptidão para combater a pé, em todos os tipos de terreno e sob quaisquer condições meteorológicas, conjugada à capacidade de deslocar-se e de combater utilizando quaisquer meios de transporte que lhe sejam proporcionados. A infantaria, quando dotada de meios de transporte adequados, pode realizar operações ribeirinhas, aeroterrestres ou aeromóveis. É necessário um alto grau de adestramento para a obtenção e manutenção dessas possibilidades.

b. A infantaria conquista e mantém o terreno ou o controla, por meio da ocupação física ou pelo emprego da potência de fogo. Pode manobrar sob condições meteorológicas desfavoráveis e em terreno impraticável aos blindados. A capacidade da infantaria para progredir em pequenas formações, difíceis de serem detectadas em todos os tipos de terrenos, torna-a apta a tirar partido dos itinerários desenfiados e da ondulação do terreno para cerrar sobre o inimigo, realizar infiltrações nas linhas inimigas ou para executar ações de patrulha.

c. A infantaria pode valer-se de meios blindados nas operações ofensivas e defensivas, a fim de aproveitar a capacidade deles para manobrar sobre o inimigo e destrui-lo, ou para aproveitar o êxito próprio ou de outras forças.

d. A mobilidade da infantaria é consideravelmente aumentada com o emprego de meios aéreos. Seu emprego em operações aeroterrestres ou aeromóveis amplia seu raio de ação e a transforma em elemento decisivo no combate em profundidade.

2-30. MISSÕES DA CAVALARIA

a. As características básicas da cavalaria são definidas pela conjugação harmônica das peculiaridades de seus elementos blindados e mecanizados: mobilidade, potência de fogo, ação de choque, proteção blindada e sistema de comunicações amplo e flexível. Em decorrência dessas peculiaridades, resultam as características de emprego da arma: flexibilidade, capacidade de manobra, capacidade de combater, de durar na ação, de informar e de cobrir-se. Na constituição de suas peças de manobra, integram-se elementos de natureza diversa, organizados de forma a realçar o movimento e o emprego adequado da potência dos meios de que dispõe, assegurando excelentes condições para o combate continuado contra qualquer tipo de força.

b. A cavalaria blindada constitui importante elemento de decisão, sendo particularmente apta para as ações ofensivas que exijam grande poder de choque e para as ações dinâmicas decisivas de defesa. A cavalaria mecanizada constitui elemento móvel e potente, capaz de conduzir ações de reconhecimento e de segurança, em frentes largas e a grandes profundidades, além de operações ofensivas limitadas. Na defensiva é particularmente adequada a realizar o movimento retrógrado.

c. No início das operações, a cavalaria é empregada à frente das demais forças terrestres, na busca de informações sobre o inimigo e sobre a região de operações. Nessa oportunidade, concorre para a cobertura da concentração e realiza o reconhecimento de combate e a segurança, podendo, além disso, retardar o inimigo, realizar destruições em seu território e perturbar sua concentração. Para executar tais missões, a cavalaria manobra utilizando os espaços livres existentes na frente das primeiras forças postas em ação pelo inimigo e, aproveitando-se dos intervalos que possam se apresentar, opera atrás de suas linhas. No desempenho dessas missões, trabalha em íntima ligação com a Força Aérea e a Aviação do Exército que, precedendo-a, atuam profundamente na retaguarda do inimigo.

d. A cavalaria intervém na batalha como força participante de operações ofensivas e defensivas.

(1) Na ofensiva, realiza ações desbordantes ou envolventes, aproveitando-se de flancos descobertos ou de intervalos existentes ou criados no dispositivo inimigo, atuando de forma a destruir as forças inimigas e seus sistemas de comando e controle, logística, apoio de fogo e reservas imediatas. Na impossibilidade de realizar manobras de flanco, poderá ser empregada para ultimar ou realizar a ruptura de uma posição defensiva. Após a ruptura do dispositivo adversário, será lançada para aproveitar o êxito obtido e perseguir o inimigo batido, aproveitando as características de força móvel e potente. Antes, durante e após o combate, poderá ser empregada como força de segurança ou força de ligação.

(2) Na defensiva, será empregada como reserva móvel e potente na mão do comandante, destinada, normalmente, às ações que objetivem a destruição do inimigo. Na defesa móvel, constituirá a força de fixação ou de

choque, graças à sua mobilidade, potência de fogo e ação de choque. Poderá ser empregada como elemento de aplicação do princípio de economia de forças, seja na vigilância de partes secundárias da frente, seja no tamponamento de brechas durante a conduta das operações e, como elemento de segurança.

e. Para desempenhar apropriadamente suas missões, os elementos de cavalaria devem possuir um grau de mobilidade, no mínimo, igual ao das demais forças amigas ou inimigas presentes no campo de batalha.

f. O emprego de frações da Aviação do Exército, em apoio a suas ações de reconhecimento e segurança, permite que essas operações sejam executadas com maior profundidade no campo de batalha, com mais eficiência e rapidez.

2-31. ELEMENTOS DE APOIO AO COMBATE

a. Embora os elementos de manobra sejam a fonte primordial do poder de combate de uma força, os elementos de apoio participam decisivamente do sucesso das operações por meio do apoio de fogo, do apoio ao movimento e da capacidade de coordenação e controle proporcionados à força. O apoio ao combate contribui diretamente para aumentar a eficiência dos elementos de manobra, podendo constituir-se em fator decisivo na avaliação do poder de combate. A composição de uma força de combate inclui unidades de apoio ao combate, de acordo com suas necessidades.

b. A atribuição de elementos de apoio ao combate às forças em operações deve ser cuidadosamente dosada, para assegurar seu emprego eficiente e econômico. Tais elementos podem ser orgânicos ou dados em apoio ou em reforço aos elementos de manobra, na dosagem adequada.

c. Em todo escalão de comando, os planejamentos para emprego dos elementos de manobra e de apoio ao combate devem ser integrados, a fim de assegurar a adequação do apoio às necessidades operacionais.

2-32. ARTILHARIA DE CAMPANHA

a. A artilharia de campanha, organizada basicamente em Grupos, é o principal meio de apoio de fogo da F Ter, podendo suas unidades serem dotadas de canhões, obuseiros, foguetes ou mísseis.

b. Tem por missão apoiar a força pelo fogo, destruindo ou neutralizando os alvos que ameacem o êxito da operação. Ao cumprir essa missão, a artilharia de campanha realiza as seguintes ações:

(1) Apóia os elementos de manobra, com fogos sobre os escalões avançados do inimigo;

(2) Realiza fogos de contrabateria dentro do alcance de suas armas;

(3) Dá profundidade ao combate, pela aplicação de fogos sobre instalações de comando, logísticas e de comunicações, sobre reservas e outros alvos situados na área de influência da força.

c. A Artilharia de Exército (A Ex) tem constituição variável, compreendendo um comando, uma bateria de comando e um número variável de comandos de Agrupamentos e de Unidades de artilharia de diversos tipos, além de meios de busca de alvos e de iluminação do campo de batalha.. Tem por missão dar profundidade ao combate e aumentar o apoio de fogo proporcionado pela artilharia dos escalões inferiores.

d. A Artilharia Divisionária (AD) é constituída por um comando, uma bateria de comando, Unidades orgânicas e meios de busca de alvos, podendo receber outros elementos postos em reforço à DE. Tem por missão aprofundar o combate e aumentar o apoio de fogo proporcionado pelos Grupos orgânicos das brigadas.

e. A Artilharia da Brigada é constituída por um Grupo de Artilharia de Campanha orgânico, que tem por missão apoiar pelo fogo as ações da Grande Unidade, podendo receber meios em reforço para aumentar o seu poder de fogo.

f. A artilharia de campanha é tanto mais eficiente quanto mais centralizado for o controle de seus meios. Com a centralização, obtém-se o máximo de flexibilidade, o que proporciona o melhor apoio à força como um todo e a cada um de seus elementos integrantes.

g. Nas operações altamente móveis e em outras operações com elevado grau de descentralização, pode ser indicada a descentralização do controle e, até mesmo, dos meios de artilharia de campanha. À medida em que o combate se torna mais fluído, surge, naturalmente, a necessidade de colocar elementos da artilharia de campanha reforçando os elementos de manobra.

2-33. ARTILHARIA ANTIAÉREA

a. A artilharia antiaérea é estruturada em sistema de controle e alarme, sistema de armas e rede de comunicações, tendo por missão realizar a defesa antiaérea de forças, instalações ou áreas, desencadeada da superfície contra vetores aeroespaciais inimigos.

b. Uma defesa antiaérea eficiente exige um elevado grau de coordenação e, quando for o caso, o controle do tiro dos sistemas de armas antiaéreas. As características e possibilidades operacionais do vetor hostil, junto com a necessidade de otimizar a defesa antiaérea, de modo a alocar o menor número de unidades de tiro suficientes ao seu combate, induzem a uma maior centralização do controle. O fator espaço, as limitações dos meios de comunicações e a situação existente podem levar a um menor grau de controle.

c. A defesa antiaérea na ZI e no TOT, embora semelhantes na finalidade de combater vetores aéreos hostis, possuem diferenças quanto ao seu emprego. A artilharia antiaérea da ZI está sob o controle operacional do Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (COMDABRA), e a do TOT, sob o comando deste último.

d. Com a ativação do COMDABRA, desde o tempo de paz, e sua responsabilidade de assegurar o exercício da soberania no espaço aéreo brasileiro, incluindo a ZI e a parcela do TOT em território nacional, haverá situações em que, no TOT, estarão presentes unidades de artilharia antiaérea com subordinações distintas (COMDABRA e TOT). Neste caso, a integração dos dois sistemas deverá ser um imperativo para atender aspectos de difusão de alerta antecipado, emprego de armas e integração da defesa, com a finalidade de otimizá-la sem que ocorram interferências indesejáveis.

e. Os meios antiaéreos orgânicos dos diversos escalões são:
(1) Bateria, no nível GU;
(2) Grupo, no nível DE;
(3) Brigada de Artilharia Antiaérea, integrando TOT e COMDABRA.

f. A artilharia antiaérea pode realizar a missão de superfície, que consiste em atuar contra objetivos terrestres ou navais, complementando a ação de outros meios de apoio de fogo. A missão de superfície é eventual, podendo ser adotada em situações especiais, quando as possibilidades de interferência do inimigo aéreo são mínimas e o valor da ameaça terrestre considerável.

2-34. ARTILHARIA DE COSTA

a. A missão geral da artilharia de costa é participar da defesa contra operações navais inimigas em áreas marítimas adjacentes ao litoral ou em águas interiores. Para cumprir essa missão, a artilharia de costa executa uma ou mais das ações básicas seguintes:
(1) Repelir ou impedir, pelo fogo, o desembarque de forças anfíbias inimigas.
(2) Destruir ou neutralizar, pelo fogo, meios navais inimigos;

b. Eventualmente, dependendo das características de seu material, a artilharia de costa pode ser empregada em apoio às operações terrestres, de modo semelhante à artilharia de campanha.

c. Normalmente, a artilharia de costa atua como parte de uma força sob comando combinado ou em ação conjunta com forças navais e/ ou aéreas.

d. Cabe ao comando enquadrante da artilharia de costa atribuir-lhe a missão. O comandante do maior escalão de artilharia de costa assessora o comandante da força nessa atribuição.

2-35. ENGENHARIA

a. O sistema de engenharia
(1) A engenharia caracteriza-se por realizar ações que são, simultaneamente, táticas e técnicas, reunidas em um sistema que engloba todas as suas atribuições.
(2) Esse sistema consiste no conjunto do pessoal, do material e da

doutrina de emprego necessários para o apoio às operações, seja em tempo de paz ou de guerra, tendo como principais características:

(a) fornecer apoio de engenharia a todos os escalões da ZC e da ZA, englobando as áreas técnica e tática de atuação da engenharia;

(b) estabelecer a coordenação de todas as atividades de engenharia;

(c) estabelecer plenamente os canais técnicos de engenharia, integrando todos os escalões, os meios disponíveis e otimizando o seu emprego;

(d) constituir-se em multiplicador do poder de combate, aproveitando e organizando o terreno em proveito das forças apoiadas.

(3) O sistema visa a proporcionar às tropas:

(a) o apoio à mobilidade;

(b) o apoio à contramobilidade;

(c) o apoio à proteção;

(d) o apoio geral de engenharia.

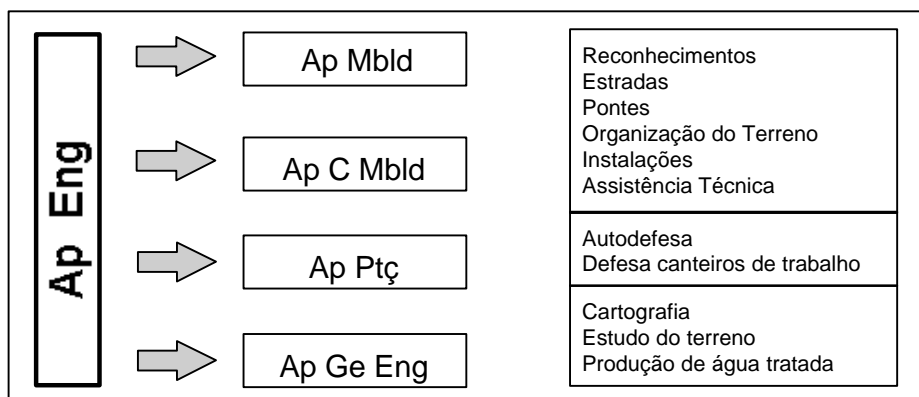



Fig 2-1. Visão geral do apoio de Engenharia

b. Missão da Engenharia

(1) A Engenharia é a arma de apoio ao combate que tem como missão principal apoiar a mobilidade, a contramobilidade e a proteção, caracterizando-se como um fator multiplicador do poder de combate.

(2) O apoio de engenharia destina-se a prover:

(a) Mobilidade - É o conjunto de trabalhos desenvolvidos para proporcionar as condições necessárias ao movimento contínuo e ininterrupto de uma força amiga. Entre outros, citam-se os trabalhos de abertura de passagens em obstáculos, de transposição de cursos de água, de conservação e reparação de pistas e estradas para o escalão de ataque e de destruição de posições organizadas do inimigo.

(b) Contramobilidade - É o conjunto de trabalhos que visa a deter, retardar ou canalizar o movimento das forças inimigas para, em princípio, contribuir na destruição dessas forças. São trabalhos que proporcionam maior valor defensivo ao terreno, principalmente pela construção de obstáculos de acordo com a intenção do comandante tático, restringindo a liberdade de manobra do inimigo.

(c) Proteção - É o conjunto de trabalhos que visa a reduzir ou anular os efeitos das ações do inimigo e das intempéries sobre a tropa e o material, proporcionando abrigo, segurança e bem-estar e ampliando a capacidade de sobrevivência das forças em campanha. A engenharia presta assistência às tropas em combate ou realiza trabalhos de fortificações, camuflagem e instalações que aumentem o valor defensivo das posições.

(d) O apoio geral de engenharia engloba as tarefas que - contribuindo ou não para a mobililidade, a contramobilidade e a proteção dos elementos de manobra - proporcionam a infra-estrutura necessária para as operações militares, particularmente quanto ao apoio logístico, ao apoio de fogo e ao sistema de comando e controle. São exemplos, entre outros, o estudo técnico-tático do terreno, a produção de cartas e de água tratada, as construções ou reparações de estradas, de instalações logísticas ou de comando, de campos de pouso, de sistemas de abastecimento e de serviços essenciais.

(3) Para cumprir sua missão, a Engenharia emprega seus meios e, missões ligadas ao combate, ao apoio ao combate, ao apoio logístico e ao sistema de comando e controle. Nem sempre será possível estabelecer uma divisão nítida entre as diversas atribuições da Engenharia relacionadas com essas missões.

(4) Excepcional e momentaneamente, a Engenharia pode prover a sua própria segurança, quando estacionada ou em marcha, ou, ainda, na defesa de seus canteiros de trabalho. Nesse caso, ela perde as suas características de apoio ao combate e sofre uma reorganização de sua estrutura normal.

c. Princípios de organização

(1) Uma vez que a engenharia exerce sua atividade sobre um fator sempre presente - o terreno - deve haver, em cada escalão, uma engenharia capaz de modificar as condições do mesmo, de acordo com a manobra prevista.

(2) À primeira vista, a organização da engenharia, em cada escalão, deveria ser aquela que permitisse atender a todas as necessidades impostas pelo terreno. Como isso não é possível, a organização tem por base a centralização dos meios nos escalões mais elevados, permitindo que os mesmos possam suprir as deficiências de engenharia dos escalões subordinados, em face das necessidades específicas de cada situação e, ainda, atender ao apoio em profundidade, de modo a liberar os escalões subordinados de encargos na retaguarda.

(3) Na ZC encontram-se:

(a) a engenharia orgânica das brigadas, com meios para atender às necessidades mínimas e imediatas do escalão;

(b) as engenharias de DE e de Ex Cmp, com meios para atender às necessidades desses escalões e aumentar o apoio às brigadas, inclusive assumindo encargos nas áreas de retaguarda das mesmas.

(4) Na ZA encontra-se uma engenharia constituída à base de Unidades de Construção, cujo valor e natureza respondem às necessidades desta parte do TOT. Também é possível o emprego, nessa área, de empresas civis de engenharia mobilizadas.

2-36. COMUNICAÇÕES

a. O apoio de comunicações proporciona rapidez, confiança e segurança na transmissão de informações de combate e de decisões do comando. Os sistemas de comunicações devem possibilitar o comando e o controle, além de proporcionar ligações eficientes a todos os escalões desdobrados no TOT.

b. Os meios de comunicações empregados, bem como a maneira de utilizá-los, precisam adaptar-se aos problemas criados pelo esforço para controlar fogos e pelo deslocamento de forças muito dispersas, por vezes em contato com o inimigo. Cada escalão dispõe de tropas e equipamentos orgânicos necessários para instalar, explorar e manter as comunicações indispensáveis à execução de sua missão.

2-37. GUERRA ELETRÔNICA

a. Considerações iniciais

(1) A guerra moderna exige um extenso uso de equipamentos eletrônicos, para manter o controle sobre as forças em combate e executar reconhecimentos sobre o campo de batalha, além de componentes de sistemas de armas.

(2) O planejamento e a execução do combate moderno devem considerar as medidas necessárias à interdição do emprego eficiente do espectro eletromagnético pelo inimigo, bem como aquelas que assegurem às forças amigas as melhores condições de utilização de seus próprios equipamentos e sistemas eletrônicos.

(3) Cabe ao mais alto escalão operacional de nível tático a coordenação das diversas atividades de guerra eletrônica realizadas sob seu controle direto ou por seus elementos subordinados. Para isso, estabelece normas e procedimentos e baixa diretrizes específicas sempre que necessário.

b. Atividades da guerra eletrônica

(1) As Medidas Eletrônicas de Apoio (MEA) compreendem a busca, interceptação, monitoração, localização eletrônica, registro e análise. O objetivo das MEA é colher informações sobre o inimigo e empregá-las para o planejamento de sua destruição ou outras medidas que se fizerem necessárias.

(2) As Contramedidas Eletrônicas (CME) são todas as ações realizadas para reduzir o uso eficaz do espectro eletromagnético pelo inimigo. Basicamente, compreendem as atividades de interferência e de dissimulação eletrônica.

(3) As Contra-Contramedidas Eletrônicas (CCME) são as ações realizadas para assegurar as melhores condições de emprego do equipamento eletrônico amigo, protegendo-o das MEA e CME do inimigo. Compreendem as tecnologias e os procedimentos.

2-38. AVIAÇÃO DO EXÉRCITO

a. A missão básica da Aviação do Exército é o apoio ao combate. Ela confere aeromobilidade à F Ter, por lhe permitir a realização de operações aeromóveis, particularmente o assalto aeromóvel, sua missão principal.

b. A dosagem básica é de uma Bda Av Ex por TOT. Normalmente o Ex Cmp será integrado por uma Unidade Aérea, cabendo-lhe decidir sobre o grau de centralização de seu emprego.

c. No cumprimento de sua missão, a Aviação do Exército poderá cumprir missões de combate, apoio ao combate e logísticas, sem prejuízo de sua missão principal — o assalto aeromóvel.

d. Pela grande flexibilidade conferida por seus meios aéreos, a Aviação do Exército confere nova dimensão ao combate e maior profundidade ao campo de batalha.

e. A Aviação do Exército é sensível às condições meteorológicas.

2-39. APOIO LOGÍSTICO AO COMBATE

a. Constitui o conjunto de ações voltadas para preparar e garantir a continuidade do combate, englobando o processo de planejamento e execução do apoio às operações.

b. Está presente em todas as fases do combate, havendo estreita ligação e sincronização entre o planejamento da manobra operacional e a manobra logística. Seus elementos devem participar desse planejamento e ter perfeito conhecimento e entendimento das operações, para apoiar sua execução.

c. Deve manter a capacidade de responder às condições dinâmicas do combate de qualquer intensidade. Operações continuadas, ininterruptas ou circunstâncias imprevisíveis não podem ser obstáculos para a logística operacional.

d. A logística operacional, componente do Sistema Logístico da F Ter, centra-se nas necessidades operacionais da FTTOT. Engloba as funções de prever e prover os meios, em pessoal e material, necessários às operações. Sua outra função é a de manter esses meios, de modo a diminuir a demanda pela entrada de novos meios no subsistema representado pelo prever e prover. É ela que executa o apoio logístico ao combate.

e. As funções executadas pelo apoio logístico ao combate são as mesmas da logística operacional: prever, prover e manter.

f. Muitos dos métodos e processos utilizados pelos profissionais do material e do pessoal são semelhantes, afins ou correlatos. Os elementos logísticos se estruturam em torno das atividades que realizam, em proveito dos efetivos ou voltada para os sistemas de combate e de apoio ao combate.

g. No seu conjunto, os elementos logísticos devem possuir flexibilidade, criatividade e versatilidade para cumprir sua missão. Ela crescerá em complexidade e importância na mesma medida em que aumentem o vulto e a intensidade das operações.

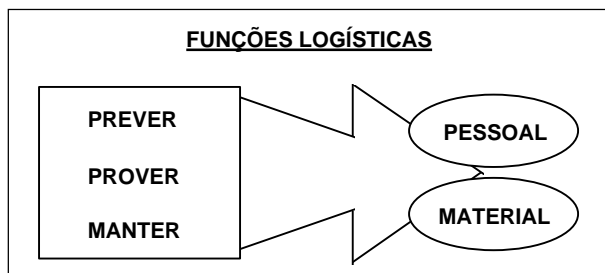



Fig 2-2. Funções logísticas

2-40. LOGÍSTICA OPERACIONAL NO TOT

a. O apoio logístico ao combate se inicia na ZI, perfeitamente integrado ao planejamento estratégico. Nesse nível, prevalecem as funções logísticas de prever e prover, destacando-se as aquisições e a mobilização de pessoal ou material junto à estrutura econômica civil mobilizável. Inversamente, a função logística de manter é maior nos níveis de execução.

b. Entrarão no TOT as necessidades totais de apoio às operações, reduzidas do que pode ser conseguido no próprio TOT. Os planejamentos logísticos, desde o tempo de paz e sob esses parâmetros, estarão voltados para o apoio às prováveis hipóteses de emprego da F Ter.

c. No TOT deve ser dada ênfase ao aproveitamento de recursos locais, desonerando o fluxo de apoio proveniente da ZI e multiplicando a capacidade de apoio dos elementos logísticos existentes em tempo de paz.

d. Sua organização virá do aproveitamento da estrutura existente na área, acrescida pela concentração de outras OM logísticas e da mobilização de meios em pessoal, material e instalações, tudo obedecendo aos planejamentos estratégicos em vigor. Deverão existir Núcleos de Comandos Logísticos desde o tempo de paz.

e. As necessidades logísticas do TOT definirão a organização do apoio logístico. Em princípio, existirão na estrutura logística do Teatro de Operações Terrestre:

(1) No nível de Grandes Comandos:

(a) Comando Logístico do TOT (CLTOT);

(b) Região Militar do TOT (RM/TOT);

(c) Comando Logístico de Exército de Campanha (CLEx);

(d) Comando Logístico de Divisão de Exército (CLDE);

(e) Base(s) Logística(s) (Ba Log);

(f) Grupamento(s) Logístico(s) (Gpt Log).

(2) No nível de execução, Batalhões e outras OM com atividades logísticas combinadas ou atividades logísticas preponderantes de:

(a) Suprimento;

(b) Pessoal;
(c) Saúde;
(d) Manutenção;
(e) Transporte.

f. As atividades de construção, na ZA, serão coordenadas pelo CLTOT, que poderá empregar em sua execução tanto as Unidades de Engenharia de Construção quanto meios civis mobilizados.

g. A passagem da situação de paz para a guerra não é repentina. Em conseqüência, a organização e estruturação da logística no TOT deverá acompanhar a progressividade das exigências da situação. As estruturas de comando e de execução partirão do existente em tempo de paz, sendo ampliadas por completamento ou ativação de novas organizações, tudo orientado, preponderantemente, pelo aproveitamento da estrutura civil e recursos locais.

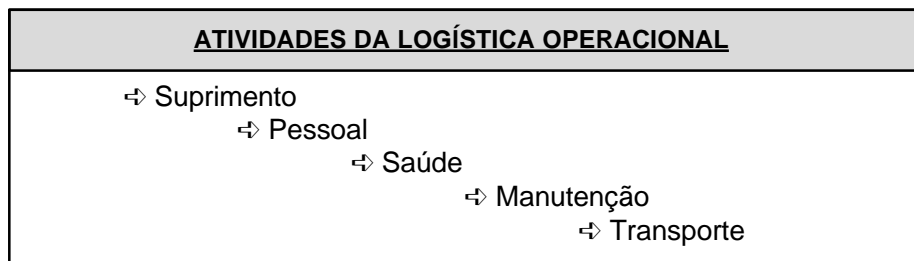
h. As unidades, subunidades e frações de logística se espalham por todo o TOT, compondo a estrutura de execução do apoio logístico ao combate. Atuam nas subunidades de Comando e Apoio das Unidades Operacionais, nas Unidades Logísticas das GU e nos Grandes Comandos Logísticos da ZC e da ZA. Constituem as peças da manobra logística nos vários escalões.

2-41. ELEMENTOS DE APOIO LOGÍSTICO AO COMBATE

a. As organizações logísticas se estruturam em função das atividades que devem realizar.

b. No nível da execução, a organização por atividades logísticas permite flexibilidade no emprego, racionalização e otimização dos meios.

c. A missão geral de prestar apoio logístico se consolida na execução integrada das atividades logísticas, compondo elementos combinados ou específicos de qualquer das atividades logísticas.

ATIVIDADES DA LOGÍSTICA OPERACIONAL
➪ Suprimento ➪ Pessoal ➪ Saúde ➪ Manutenção ➪ Transporte

2-42. SUPRIMENTO

a. É a atividade logística que se refere à função de prever e prover os meios materiais.

b. Seus elementos têm a missão de adquirir, receber, armazenar e distribuir suprimentos para atender as necessidades operacionais ligadas ao completamento dos Quadros de Dotação de Material (QDM), para permitir as diversas atividades operacionais ou administrativas e para alimentar a função logística de manter o pessoal e o material.

c. Em face do volume ou importância para as operações, das peculiaridades e complexidades envolvidas nas diversas fases das atividades de obtenção, manuseio e distribuição ou por envolverem uma tecnologia peculiar, alguns suprimentos devem ter tratamento diferenciado em relação aos demais. Destacam-se os artigos de subsistência, fardamento e água (no apoio ao pessoal), assim como a munição, combustíveis e lubrificantes em geral e as peças e conjuntos de manutenção (no que se refere ao material). As peças e conjuntos de manutenção, normalmente, comporão um subsistema da atividade de manutenção dos materiais, devido à estreita relação de dependência entre as atividades.

2-43. PESSOAL

a. A atividade logística de pessoal visa a prestar o apoio logístico suprindo as necessidades quantitativas e dando o suporte necessário ao pessoal em operações, inclusive nos aspectos voltados para o moral e bem-estar.

b. Realiza, na função de prever e prover, as tarefas em torno do recompletamento dos efetivos, tendo por base os Quadros de Efetivos (QE), ou da administração de mão-de-obra, para ampliar a capacidade de apoio.

c. A função logística de manter o pessoal é representada pelos serviços como preparo dos alimentos, banho, lavanderia, sepultamento, suprimento reembolsável e outros serviços de campanha de apoio ao homem.

d. Essa atividade logística pode enquadrar, no escalão adequado, as estruturas voltadas para as demais atividades do campo do pessoal que não pertencem à logística, como a administração de mão-de-obra, assistência jurídica e religiosa, repouso/recreação/recuperação, serviço postal, finanças e outras que se fizerem necessárias.

SERVIÇOS DA ATIVIDADE DE PESSOAL	
Preparo de alimentos Banho Lavanderia Sepultamento	Suprimento reembolsável Repouso, recreação e recuperação (*) Serviço postal (*) Assistência jurídica e religiosa (*)
(*) Atividades do campo do pessoal não enquadradas pela logística	

2-44. SAÚDE

a. Realiza as atividades de conservação dos recursos humanos da Força Terrestre em operações. É o elemento central da função logística de manter o pessoal.

b. Por força de acordos firmados internacionalmente na Convenção de GENEBRA e nos protocolos subseqüentes, dos quais o BRASIL é signatário, o emprego dos elementos de saúde, perde a característica operacional para ser enfocado como de ajuda humanitária.

c. Suas instalações e pessoal são protegidos e se destinam, apenas, a propósitos sanitários relativos à busca, coleta, transporte, diagnóstico ou tratamento dos feridos ou enfermos.

d. Qualquer outro emprego em operações constitui violação de lei internacional humanitária e os Estados partícipes da Convenção são obrigados a por fim às violações.

2-45. MANUTENÇÃO

a. É a atividade central da função logística de manter o material.

b. Seus elementos planejam, integram, controlam e executam as tarefas voltadas para conservar em condições de uso ou restaurar a esta situação os materiais empregados nos sistemas de combate, apoio ao combate e nos demais, cuja manutenção se mostrar compensadora.

c. No contexto da atividade de manutenção, seus elementos também realizam a coleta e evacuação de material, de salvados e capturados e outras tarefas técnicas.

d. Devido à relação de dependência para o sucesso dessa atividade logística, os elementos de manutenção realizam a atividade de suprimento de peças e conjuntos.

2-46. TRANSPORTE

a. O transporte, como atividade logística geral, se interpenetra com as demais. Diz respeito aos deslocamentos de tropas e de materiais, à evacuação de feridos e de materiais ou, ainda, à distribuição de suprimentos.

b. O planejamento dessa atividade, quando o volume justificar uma centralização, será feito no nível de estado-maior, nas seções de operações logísticas ou nas seções logísticas que detêm o controle dos meios nas OM operacionais.

c. Nos G Cmdo, refere-se à mobilização e integração entre os modais e a utilização de recursos locais de transportes, responsabilizando-se pela entrada dos meios no TOT ou nas Ba Log. A concentração estratégica é uma grande operação logística, preponderantemente de transporte.

d. Seus elementos realizam transportes atuando em qualquer via e utilizando os meios adequados. Podem enquadrar meios ou fornecê-los em apoio aos elementos das demais atividades logísticas.

e. Os elementos logísticos operacionais devem dominar este conhecimento especializado que apóia tanto o sistema de pessoal quanto o de material. Suas unidades e frações são coordenadas e comandadas pelos elementos do sistema que for preponderante.

2-47. ATIVIDADES TERRITORIAIS E OUTRAS ATIVIDADES

a. As atividade de responsabilidade do Sistema Comando, ou outras necessárias às operações e à administração ou à organização do TOT, poderão ser delegadas aos Comandos Logísticos (Ver Prf 2-15).

b. Essas atividades referem-se ao campo do pessoal, quando não enquadradas pela logística operacional, como o controle de prisioneiros de guerra ou evacuação de civis. No campo dos assuntos civis, temos a ação comunitária e os assuntos de governo.

c. Ressaltam, também, as atividades de Segurança da Área de Retaguarda (SEGAR) e controle de trânsito, além de outras atividades territoriais, organizacionais ou trabalhos gerais de engenharia.

d. Para tanto, os Comandos Logísticos poderão enquadrar pessoal ou tropas especializadas ou destinadas ao cumprimento destas missões ou, ainda, utilizar-se de pessoal e recursos locais.

ARTIGO VI

OUTROS ELEMENTOS

2-48. AVIAÇÃO DE LIGAÇÃO E OBSERVAÇÃO

a. A missão da aviação de ligação e observação é de aumentar a capacidade das tropas de superfície na condução de operações de combate rápidas e contínuas. Isto é conseguido mediante o cumprimento, por suas unidades aéreas, das missões específicas previstas para a tarefa operacional de ligação e observação.

b. São as seguintes as suas missões específicas:

(1) Ligação - Visa a manter interligados os comandantes e seus elementos subordinados, mediante o transporte de pessoal, mensagens e comunicações.

(2) Observação - Visa ao controle da precisão dos disparos de artilharia, vigilância sobre áreas, itinerários e movimento de tropas.

(3) Lançamento - Visa ao lançamento de dispositivos de iluminação, marcadores, geradores de fumaça e fardos.

(4) Controle Aéreo Avançado - Visa a controlar o ataque de aeronaves amigas a alvos próximos às tropas de superfície, com a finalidade de evitar quaisquer danos às mesmas, por imprecisão de determinados armamentos utilizados.

c. Os meios aéreos de ligação e observação, normalmente, operam com a F Ter sob a forma de disponibilidade empenhada.

CAPÍTULO 3

ESTRATÉGIA OPERACIONAL TERRESTRE

ARTIGO I

NATUREZA DOS CONFLITOS

3-1. CARACTERÍSTICAS DOS CONFLITOS

a. Os Estados, muitas vezes, envolvem-se em conflitos com outros Estados, com vistas à conquista e manutenção de seus Objetivos Nacionais. Em outras oportunidades, o conflito envolve o Estado contra grupos nacionais ou estrangeiros dos mais variados matizes e motivações, que contestam a autoridade do governo e tentam impor seus interesses à maioria pela força.

b. A solução desses conflitos pode ocorrer por meio da persuasão - forma não violenta, utilizando processos e técnicas inerentes aos meios diplomáticos, jurídicos e políticos - ou por meio da coerção - forma violenta, utilizando a capacidade de coagir do Poder Nacional e abrangendo desde o emprego dos meios diplomáticos até a guerra declarada.

3-2. CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA DO EXÉRCITO

a. O SIPLEX-4 aborda a Concepção Estratégica do Exército, o espectro dos conflitos, as estratégias de segurança e as concepções estratégicas de preparo e emprego da Força Terrestre.

b. O presente manual refere-se ao emprego da Força Terrestre em um cenário de defesa externa, em operações convencionais dentro de um Teatro de Operações Terrestre (Ver Cap 2, Art II). Os assuntos relativos à defesa interna e à defesa territorial serão estudados nos manuais específicos.

ARTIGO II

OPERAÇÕES CONJUNTAS, COMBINADAS E INTERALIADAS

3-3. GENERALIDADES

a. Operações conjuntas - São aquelas relacionadas com o emprego coordenado de elementos de mais de uma força armada, sem que haja, no escalão considerado, a constituição de um comando único.

b. Operações combinadas - São aquelas relacionadas com ações militares estratégicas, estratégico-operacionais ou táticas, em que tomam parte elementos ponderáveis de mais de uma força armada, sob um só comando.

c. Operações interaliadas - São aquelas relacionadas com o emprego de forças ou elementos ponderáveis de dois ou mais Estados aliados, sob um comando único, para o cumprimento de uma missão comum.

3-4. COMANDO

a. As forças conjuntas, combinadas e interaliadas são caracterizadas por certas diferenças específicas que existem nos tipos das organizações militares componentes.

b. Entre as forças interaliadas, as diferenças na doutrina, nas técnicas e nos costumes, normalmente, são mais acentuadas. As operações tornam-se mais complexas quando existem diferenças nos sistemas políticos, nas religiões, no idioma e nos padrões culturais e filosóficos.

c. O comandante de uma força combinada ou interaliada deve conhecer e saber avaliar as diferenças e variações que podem causar erros e opiniões discordantes. Deve combinar o tato com a determinação, e a paciência com o entusiasmo, para assegurar o máximo de eficiência da força. Nas operações interaliadas, o comandante deve também assegurar que interesses particulares não interfiram na tomada de decisões. Deve insistir no exercício do comando por meio dos canais estabelecidos, a despeito das dificuldades impostas pelas diferenças de procedimentos e pela barreira dos idiomas.

3-5. ESTADO-MAIOR

a. As forças conjuntas possuem seus próprios estados-maiores, que atuam dentro de uma definição precisa de suas responsabilidades.

b. As forças combinadas recebem um estado-maior combinado, de acordo com as prescrições estabelecidas.

c. Nas forças interaliadas pode ser estabelecido um estado-maior interaliado, ou o estado-maior do comandante da força aliada de maior efetivo pode ser ampliado para permitir uma representação equilibrada das outras forças participantes.

ARTIGO III

AÇÕES ESTRATÉGICAS

3-6. NÍVEIS DA GUERRA

a. Conceitos básicos - O C 124-1 - ESTRATÉGIA estuda as relações entre política, estratégia e poder nacionais. Do ponto de vista estritamente militar, interessam-nos particularmente os três níveis em que são travados os conflitos militares: o estratégico, o estratégico-operacional e o tático.

b. Estratégia militar é a arte de preparar e aplicar os meios militares para a consecução de objetivos fixados pela política nacional.

c. Do conceito acima deduz-se que a estratégia militar ocorre em âmbito nacional, na esfera das Forças Armadas ou do Teatro de Guerra, acima e além da área do Teatro de Operações Terrestre, abrangendo a conduta de toda a Guerra no seu sentido mais amplo e fugindo ao escopo deste manual, que se dedica em especial aos níveis estratégico-operacional e tático.

d. Dentro do TOT ocorrem as campanhas (nível estratégico-operacional) e as batalhas (nível tático). Normalmente, o Plano de Campanha do TOT divide a manobra estratégico-operacional em fases que culminam com a conquista dos objetivos estratégicos impostos ao TOT. Dentro de uma fase, podem ocorrer uma ou mais batalhas.

3-7. ESTRATÉGIA OPERACIONAL

a. É a arte de preparar, deslocar, desdobrar e empregar as Forças do Teatro de Operações visando a alcançar, nas melhores condições, os objetivos fixados pela estratégia militar.

b. O campo de emprego da estratégia operacional é o Teatro de Operações. No tocante à Força Terrestre, ela trata do emprego das forças do Exército na execução da estratégia militar, no âmbito do Teatro de Operações Terrestre.

3-8. ESTRATÉGIA OPERACIONAL TERRESTRE

a. É a arte de dispor Grandes Comandos, Grandes Unidades e Unidades terrestres e conduzi-los para a batalha.

b. Assim, a estratégia operacional terrestre concebe as operações, escolhe, distribui e conduz as forças nas condições mais favoráveis para alcançar os objetivos visados, preocupando-se em:

(1) Obter a superioridade de meios, pelo menos em região e momento selecionados;

(2) Usufruir da liberdade de ação;

(3) Adquirir a iniciativa das operações.

3-9. A CAMPANHA DO TOT

a. O nível estratégico-operacional, representado pelo TOT, é o elo vital entre a estratégia militar e o emprego tático das forças na batalha.

b. Seu instrumento é o Plano de Campanha, que prevê o emprego das forças militares para atingir os objetivos estratégicos.

c. O Plano de Campanha deve conter:

(1) O(s) objetivo(s) estratégico(s) final(is) imposto(s) ao TOT;

(2) Objetivos intermediários, se for o caso (objetivos estratégico-operacionais);

(3) Manobra estratégico-operacional visualizada;

(4) Faseamento das operações;

(5) Relações de comando nos órgãos conjuntos e combinados do TOT;

(6) Composição dos meios;

(7) Combinação prevista de meios, atitudes e direções; e

(8) Dosagem de esforços.

3-10. AÇÕES ESTRATÉGICAS OPERACIONAIS

a. As ações estratégicas operacionais são aquelas que utilizam meios predominantemente militares e produzem seus efeitos no TOT.

b. As ações estratégicas operacionais compreendem:

(1) O deslocamento estratégico;

(2) A concentração estratégica;

(3) A manobra estratégico-operacional.

ARTIGO IV

DESLOCAMENTO ESTRATÉGICO

3-11. CONSIDERAÇÕES GERAIS

a. O deslocamento estratégico objetiva a condução das forças para a área de concentração.

b. No âmbito do TOT, o deslocamento das forças da área de concentração para a região onde deverão iniciar as operações militares, ou onde se faça necessária a sua presença, é denominado deslocamento estratégico-operacional.

c. O deslocamento traz em si a idéia de, pelo movimento, gerar a surpresa e dificultar a reação adversária.

3-12. PLANEJAMENTO

O deslocamento estratégico é de natureza física e seu planejamento deve considerar, normalmente, os seguintes fatores:

- previsão das condições climáticas e meteorológicas;
- condições do terreno;
- capacidade dos transportes, significando não só a natureza e tipos dos meios existentes, como também sua quantidade, possibilidades, manutenção e suprimento;
- possibilidades de interferência do inimigo, que buscará, em suas ações de interdição, impedir ou retardar nossa concentração estratégica; em conseqüência os planejamentos devem ser flexíveis e prever alternativas para o caso de interrupções temporárias nos eixos de deslocamento;
- possibilidade de obter-se a surpresa.

3-13. TÉRMINO DO DESLOCAMENTO ESTRATÉGICO

Torna-se difícil determinar com exatidão onde termina um deslocamento estratégico e onde começa um movimento estratégico-operacional ou tático, porquanto, embora sejam claramente distintos em concepção, seu limite, na execução, é freqüentemente indefinível.

ARTIGO V

CONCENTRAÇÃO ESTRATÉGICA

3-14. CONSIDERAÇÕES GERAIS

a. Entende-se por concentração estratégica a ação de reunir os meios operacionais em determinadas áreas geográficas, de onde devem deslocar-se

para a execução de operações ulteriores com um determinado propósito de emprego.

b. O deslocamento estratégico precede a ação de concentração estratégica, podendo se suceder um novo deslocamento, caso a área de concentração não coincida com o local de emprego da força. O essencial é dispor de tempo para que se possa obter a iniciativa das operações.

c. A concentração estratégica é uma atividade complexa, que envolve o transporte e a instalação de grandes efetivos e ponderáveis quantidades de suprimentos em áreas muito vastas. A concentração estratégica deve atender a uma série de exigências, particularmente a de guardar flexibilidade para reunir a força para ser aplicada em uma manobra decisiva. Por essa razão, o dispositivo da concentração, normalmente, traz em si o embrião da manobra anteriormente concebida.

d. Maiores detalhes a esse respeito são encontrados no C 124-1 ESTRATÉGIA.

3-15. LOCAIS DE CONCENTRAÇÃO

a. Os locais de concentração estratégica devem permitir a dispersão e a camuflagem dos meios, a fim de contribuir para o sigilo da mesma.

b. Quando for possível, deve-se utilizar instalações fixas civis já existentes nos locais de concentração, com o intuito de mascarar e de permitir um menor tempo de resposta no momento da ordem para iniciar o próximo deslocamento.

c. A localização das áreas de concentração, além de considerar a sua distância da força inimiga, é influenciada pelos seguintes fatores:

(1) Emprego planejado para as forças;

(2) Possibilidades de interferência do inimigo e suas linhas de ação prováveis;

(3) Possibilidades do sistema de transporte e infra-estrutura logística;

(4) Terreno e condições climáticas e meteorológicas;

(5) Tempo necessário para completar a concentração;

(6) Possibilidades de defesa contra ações aéreas, aeroterrestres e aeromóveis, dirigidas contra a área de concentração e as vias de transporte.

3-16. ASPECTOS ESPECÍFICOS DA CONCENTRAÇÃO ESTRATÉGICA

a. Realizar a concentração com o máximo de sigilo de modo a facilitar a obtenção da surpresa estratégica.

b. Quando possível, fazer coincidir o local de concentração com a região de destino de uma GU (término do deslocamento estratégico), a partir da qual essa GU tem o seu emprego definido pela manobra do escalão superior.

c. Concluir a concentração das forças de 1º escalão o mais cedo possível em relação ao dia D, facilitando-lhes a realização de tarefas preparatórias para o cumprimento de suas missões, sem prejuízo do sigilo das operações ulteriores.

d. A segurança dos movimentos terrestres é proporcionada pela GU interessada e pela(o):

(1) Zona de Defesa, quando em deslocamento pela Zona do Interior.

(2) Meios terrestres do TOT (Força de Cobertura, Artilharia Antiaérea e outros) quando em deslocamento no TOT ou estacionada nas áreas de concentração.

(3) Meios aéreos à disposição do TOT.

3-17. PLANEJAMENTO DA CONCENTRAÇÃO

a. O Plano de Concentração é o conjunto de medidas e providências, no qual se põe à disposição do comandante do TOT, as forças que lhe foram atribuídas e os meios necessários para o apoio logístico, nos prazos e locais mais apropriados, para que o mesmo os empregue na execução da sua manobra.

b. Os elementos básicos que servem de instrumento para a elaboração de um Plano de Concentração, no nível TOT, são:

(1) As diretrizes e ordens do escalão superior;
(2) O Plano de Campanha do comandante do TOT;
(3) Os Planos de Mobilização;
(4) O Plano Geral de Transporte (inclui o Plano de Circulação);
(5) A concepção de emprego das Forças de Cobertura Estratégica;
(6) As áreas de concentração selecionadas;
(7) O dispositivo das forças para o combate e os meios para o Ap Log;
(8) A necessidade de proteção terrestre e aérea, inclusive os meios de defesa antiaérea e aérea.

ARTIGO VI

MANOBRA ESTRATÉGICO-OPERACIONAL

3-18. CONSIDERAÇÕES GERAIS

a. A manobra estratégico-operacional é um conjunto de operações destinado a colocar forças, equipamentos ou fogos em situação de vantagem estratégica em relação ao inimigo, criando as condições favoráveis à realização da batalha (nível tático), a fim de conquistar, nas melhores condições, o objetivo estratégico fixado.

b. Na busca dessa vantagem estratégica, a ação se resume, basicamente, na preservação da estabilidade das próprias forças e na adoção de medidas

que causem o desequilíbrio das forças inimigas, atuando sobre seu centro de gravidade. Entre outras, as medidas abaixo contribuem para esse fim:

(1) Alteração do dispositivo das forças, explorando-se o princípio da surpresa;

(2) Realização de ação que divida as forças inimigas;

(3) Atuação sobre os eixos de suprimento;

(4) Atuação contra as estruturas de comando e controle;

(5) Execução de medidas de guerra psicológica.

c. Entende-se por centro de gravidade as características, capacidades, sistemas ou localidades de onde uma força deriva sua liberdade de ação, poder de combate, moral ou vontade de lutar. Pode ser, também, a vulnerabilidade crítica de uma força que, devidamente explorada pelo inimigo, tenha um efeito decisivo no combate e acelere sua derrota.

d. São elementos básicos da manobra estratégico-operacional:

(1) Os objetivos estratégico-operacionais;

(2) A combinação de atitudes (ofensiva e defensiva);

(3) A combinação de direções estratégicas ou direções táticas de atuação;

(4) A repartição dos meios; e

(5) A dosagem de esforços.

e. Existem dois tipos básicos de manobras estratégicas: a manobra ofensiva e a manobra defensiva. Esses tipos de manobra são válidos, também, para a manobra estratégico-operacional. Estas designações referem-se ao caráter predominante da manobra estratégica, visto que, neste nível, a combinação de atitudes é normal.

TIPOS DE MANOBRA ESTRATÉGICA
➪ OFENSIVA ➪ DEFENSIVA

3-19. FORMAS DE MANOBRA ESTRATÉGICA

a. Manobra estratégica ofensiva

FORMAS DE MANOBRA ESTRATÉGICA OFENSIVA
➪ **RUPTURA** (PENETRAÇÃO) ➪ **LINHAS INTERIORES** (POSIÇÃO CENTRAL) ➪ **LINHAS EXTERIORES** (CONVERGENTE) ➪ **FLANCO** (ALA) ➪ **AÇÃO FRONTAL**

(1) **Ruptura -** A manobra central de ruptura ou penetração consiste no rompimento do dispositivo adversário por meio de ações poderosas, visando a criar flancos e poder rebater sobre eles os grupamentos de forças.

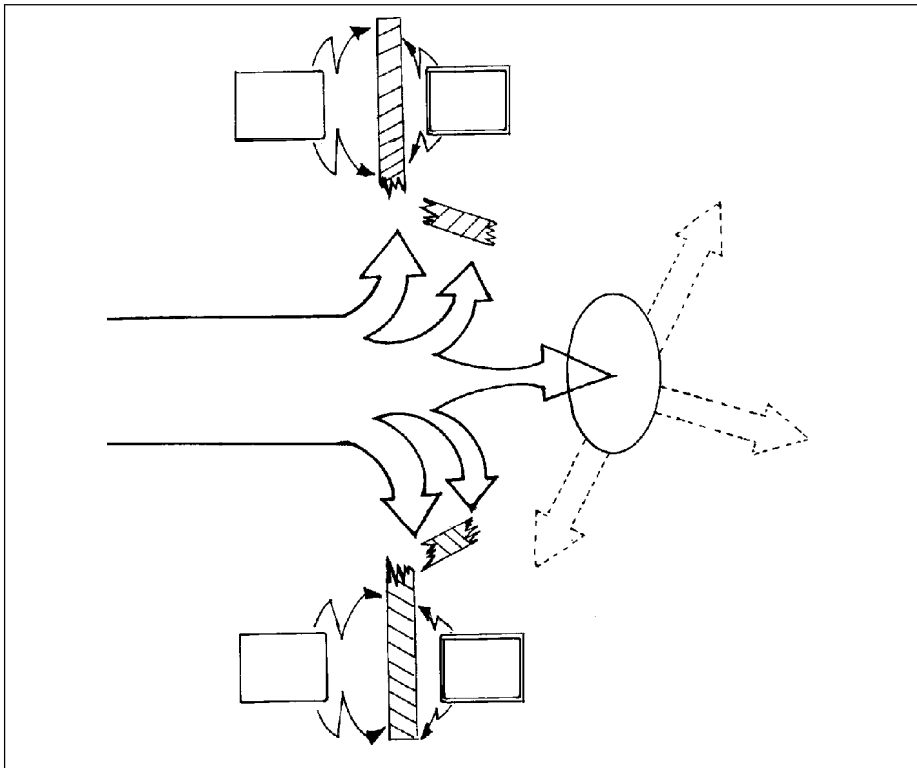



Fig 3-1. Manobra de ruptura

(2) **Linhas interiores** - A manobra em linhas interiores ou em posição central consiste na adoção de um comportamento defensivo em todos os grupamentos de forças, à exceção de um que, atuando ofensivamente, visa à destruição de uma das massas de manobra do inimigo. As ações são divergentes.

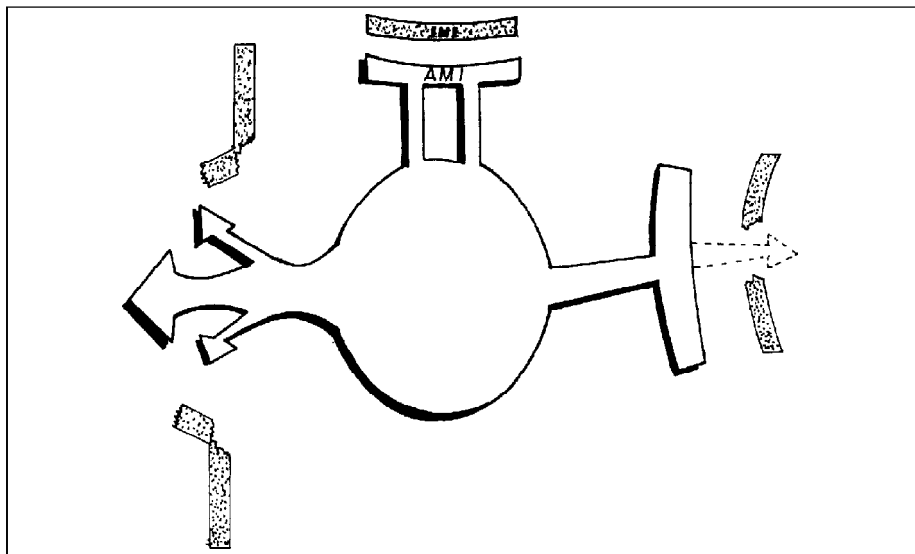



Fig 3-2. Manobra em linhas interiores

(3) **Linhas exteriores** - Nesta forma de manobra, dois ou mais grupamentos de forças atuam sobre o inimigo, de forma convergente.

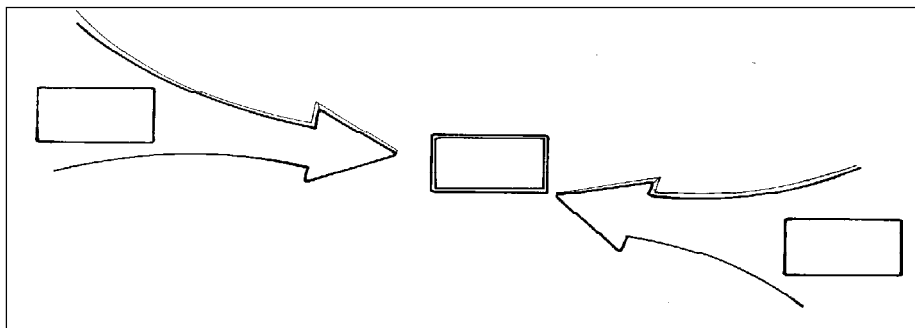



Fig 3-3. Manobra em linhas exteriores

(4) **Flanco** - A manobra de flanco ou ala consiste em uma pequena parte da força ser aplicada numa ação secundária frontal, com a finalidade de fixar o principal grupamento de forças inimigas, enquanto a força principal é empregada pelo flanco do dispositivo inimigo, ou por meio de movimento aeroterrestre ou aeromóvel, a fim de conquistar objetivo em profundidade que isole o campo de batalha e obrigue o inimigo a lutar em duas frentes, sujeitando-o à destruição.

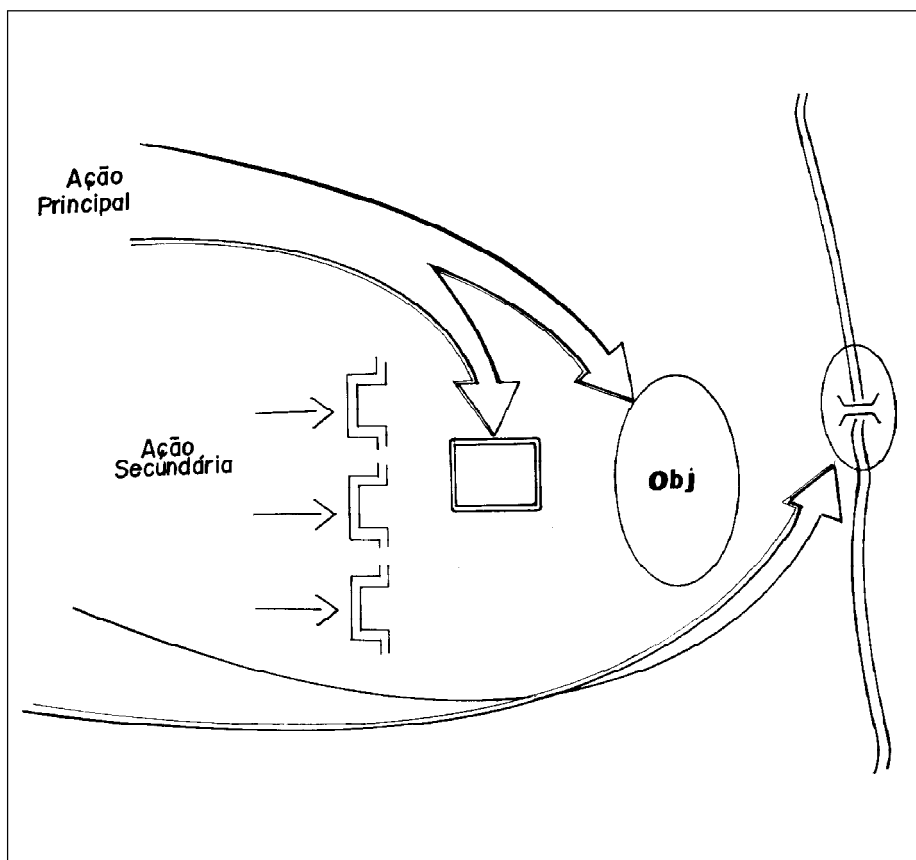



Fig 3-4. Manobra de flanco

(5) **Ação frontal -** A manobra de ação frontal é aquela que, incide em toda a frente do dispositivo inimigo. Só deve ser empregado por uma força com poder relativo de combate muito superior ao do inimigo. Caso isso não se verifique, permitirá ao defensor executar a manobra estratégica defensiva retrógrada (Ver item a seguir), apresentando novas resistências em linhas favoráveis e cobrando alto preço em tempo e baixas pela conquista de cada nova posição.

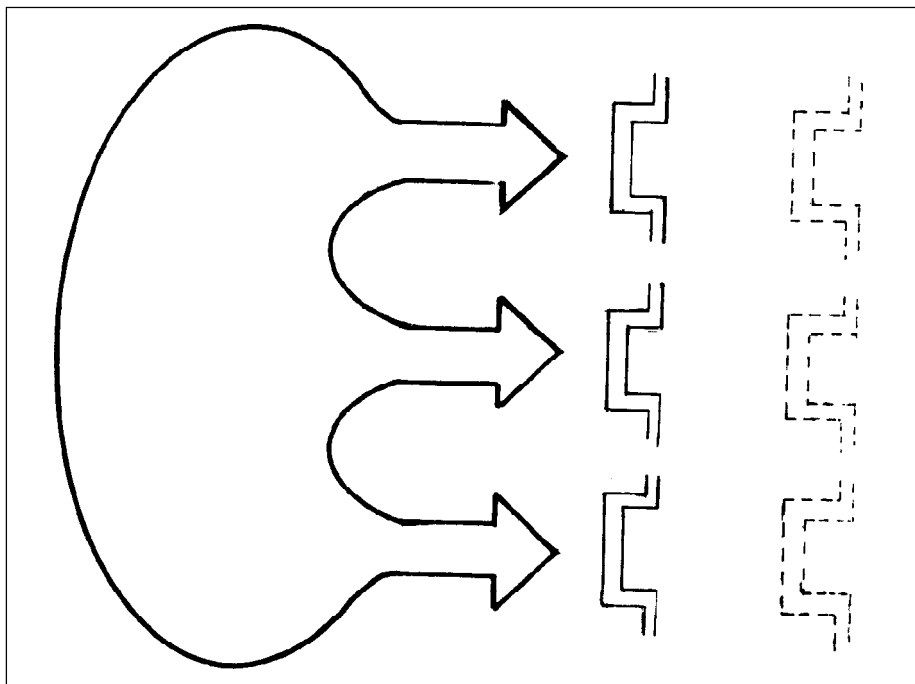



Fig 3-5. Manobra de ação frontal

b. Manobra estratégica defensiva

FORMAS DE MANOBRA ESTRATÉGICA DEFENSIVA
➪ EM POSIÇÃO
➪ RETRÓGRADA

(1) **Em posição** - A manobra em posição é realizada numa região que não se pode ceder, em virtude de sua importância estratégica. Sua finalidade é impedir o acesso inimigo à área considerada, ao mesmo tempo em que se enfraquece suas forças. No entanto, não deve ser confundida com uma defensiva inflexível: todas as oportunidades devem ser aproveitadas para, por meio do contra-ataque, destruir parcelas do poder de combate inimigo. Para isso, é necessário que o dispositivo tenha uma sólida organização em profundidade. No nível tático, são válidas todas as combinações de formas de manobra defensiva e mesmo, em determinadas situações, ações ofensivas locais.

(2) **Retrógrada** - A manobra retrógrada consiste em aproveitar as condições favoráveis do terreno, quanto à profundidade e à existência de obstáculos naturais, para evitar o combate numa situação inicial desvantajosa e, trocando espaço por tempo, decidir o combate no momento e local mais vantajosos.

(3) Também neste nível, em virtude da indefinição da direção do esforço principal do inimigo durante nosso planejamento, é importante a adoção de um dispositivo de expectativa semelhante ao descrito no parágrafo 6-4.

3-20. FASES DA MANOBRA ESTRATÉGICO-OPERACIONAL

A manobra estratégico-operacional é normalmente subdividida em fases (Fig 3-6). Os aspectos a considerar para o faseamento da manobra são os seguintes:

- Mudança de atitude estratégica;
- Mudança de direção estratégica;
- Necessidade de reorganização das forças;
- Possibilidades logísticas;
- Profundidade da operação;
- Duração da operação;
- Características da região de operações.

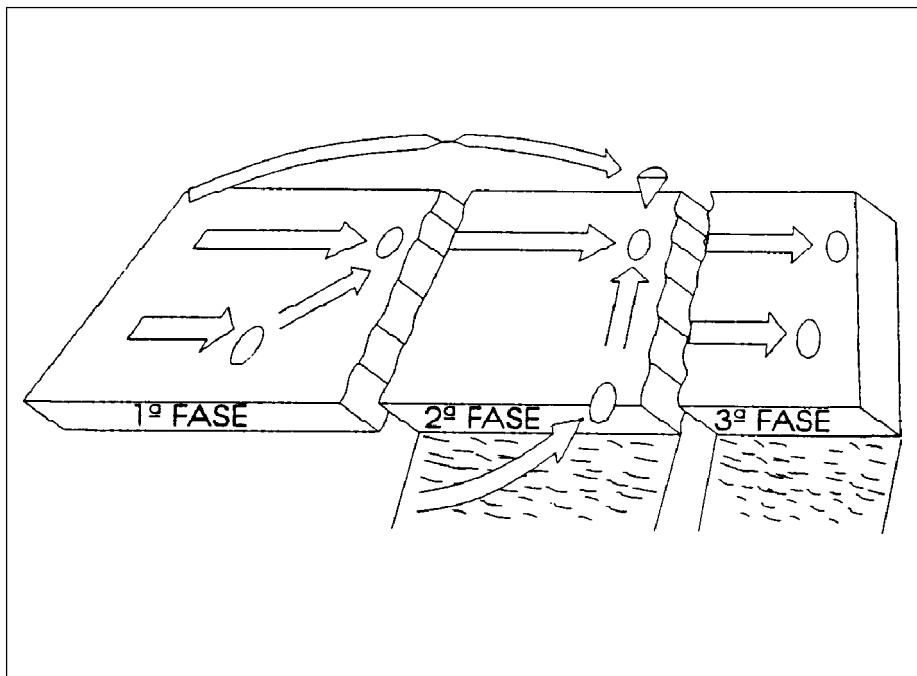



Fig 3-6. Faseamento da Operação

ARTIGO VII

A BATALHA

3-21. GENERALIDADES

a. A batalha consiste numa série de combates relacionados e próximos no tempo e no espaço. É travada no nível tático.

b. A estratégia operacional concebe as batalhas e as prepara, procurando estabelecer as melhores condições de tempo e espaço para que ela ocorra.

c. É a parte mais importante de toda a manobra estratégica operacional, é a sua culminância. Por meio dela pode-se atuar diretamente sobre a força inimiga e conseguir sua destruição.

d. A batalha compreende uma ou mais operações táticas e se materializa por meio de operações e ações táticas. Consiste no choque violento de forças de valor considerável, mediante o qual ambos os contendores visam a modificar sua situação estratégica, conquistando posições no terreno ou destruindo parcela do poder de combate inimigo.

e. A batalha pode ser breve e travada numa área relativamente pequena (Colinas de Golã - 1973) ou pode durar várias semanas, cobrindo grandes áreas (Batalha do Bolsão - 2ª Guerra Mundial).

f. A decisão da batalha se produz com a quebra da capacidade de combate de um dos contendores.

g. A batalha decisiva decide a sorte da campanha.

CAPÍTULO 4

FUNDAMENTOS DAS OPERAÇÕES

ARTIGO I

PRINCÍPIOS DE GUERRA

4-1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

a. Princípios de Guerra são normas básicas de procedimento, consagradas pela experiência, que visam ao sucesso na condução da guerra.

b. Eles devem ser simples e baseados no bom senso. Não obstante, sua aplicação tem se revelado uma das artes mais difíceis. Em cada operação, o comandante tem que decidir quais os princípios que vai privilegiar, em detrimento de outros.

c. Embora não sejam regras fixas a serem aplicadas rigidamente, é estudando e meditando sobre eles que os chefes militares encontram inspiração para conceber a manobra e conduzir as operações.

d. A forma com que são apresentados e a interpretação que se lhes dá têm variado ao longo dos tempos e, também, em função de fatores culturais e do tipo das experiências e das idiossincrasias próprias de cada Força.

PRINCÍPIOS DE GUERRA	
1. Objetivo	6. Unidade de Comando
2. Ofensiva	7. Segurança
3. Manobra	8. Surpresa
4. Massa	9. Simplicidade
5. Economia de Forças	

4-2. PRINCÍPIO DO OBJETIVO

Dirija cada operação militar para um objetivo claramente definido, decisivo e atingível.

a. Uma vez fixado o objetivo, deve-se nele perseverar, sem permitir que as circunstâncias da guerra façam com que se perca de vista o objetivo final.

b. Nas ações militares, cada objetivo parcial ou intermediário deve ser selecionado de modo que sua conquista permita atingir de maneira mais direta, rápida e com menor desgaste o objetivo maior da operação.

c. Este princípio é fundamental para o sucesso das operações. Sem um objetivo claramente definido e sem a subordinação das ações à sua conquista, os demais princípios tornam-se sem sentido.

d. O Comandante deve compreender a missão e definir claramente seu objetivo, bem como apreciar, à luz deste, cada ação a realizar, e fixar coerentemente as missões dos elementos subordinados. O objetivo também deve estar claramente definido na intenção do comandante.

e. Cada elemento de uma força militar recebe seu próprio objetivo que, quando conquistado, contribui para a consecução do objetivo do escalão superior.

4-3. PRINCÍPIO DA OFENSIVA

Obtenha, mantenha e explore a iniciativa das ações

a. A ação ofensiva é inerente à própria finalidade de uma força militar.

b. A primeira manifestação da ofensiva é a iniciativa das ações.

c. A iniciativa permite a escolha da hora e do local do ataque, facilitando a surpresa.

d. O uso continuado de posturas ofensivas frente ao inimigo permite:
(1) Tirar vantagem de suas falhas;
(2) Retê-lo na defensiva, negando-lhe a ofensiva;
(3) Negar-lhe liberdade de ação; e
(4) Abater seu moral.

e. Quando obrigado à defensiva, o comandante deverá procurar, por todos os meios, reverter a situação, retomando a ofensiva o mais rápido possível.

f. A audácia inteligente, a aceitação criteriosa de riscos calculados, elevado grau de adestramento e prontidão que permitam antecipar-se às ações do inimigo são indispensáveis à postura ofensiva.

4-4. PRINCÍPIO DA MANOBRA

Coloque o inimigo numa posição desvantajosa, pela aplicação flexível do poder de combate.

a. A manobra é um componente essencial do poder de combate. Contribui para o aproveitamento do êxito, para a preservação da liberdade de ação, bem como para reduzir a vulnerabilidade da força.

b. A finalidade da manobra é dispor os meios de tal maneira que coloque o inimigo em desvantagem relativa e, assim, atingir os resultados que, de outra forma, seriam mais custosos em homens e material.

c. O sucesso da manobra exige flexibilidade de organização, apoio logístico adequado, e comando e controle eficientes.

d. A correta aplicação do Princípio da Manobra pode aumentar o poder relativo de combate, pois consiste em levar os meios disponíveis a uma situação que proporcione melhores condições de emprego e o máximo de rendimento. A manobra eficaz surpreende e desequilibra o inimigo e protege a força que a realiza.

e. A rapidez de movimentos e a quantidade de meios, com o propósito de assegurar a continuidade da pressão sobre o inimigo, influenciarão a execução da manobra. A execução continuada e ininterrupta da manobra apresenta sérios problemas para o inimigo, podendo reduzir a eficácia de suas ações e levá-lo a perder a iniciativa.

f. No nível estratégico-operacional, a manobra é o meio pelo qual o comandante determina onde e quando vai combater, evitar o combate ou agir para tirar vantagem do resultado das ações táticas de suas peças de manobra.

4-5. PRINCÍPIO DA MASSA

Emasse um poder de combate esmagador no momento e local decisivos.

a. Os meios devem ser concentrados para que se possa obter superioridade decisiva sobre o inimigo, no momento e local mais favoráveis às ações que se têm em vista.

b. Consegue-se essa superioridade pelo aumento da qualidade, da quantidade e da eficiência dos meios empregados.

c. A aplicação deste princípio permite que Forças numericamente inferiores obtenham superioridade decisiva em determinado local e momento críticos.

d. Modernamente, o surgimento de armas com alcance e precisão cada vez maiores, aliado à letalidade das munições de alta tecnologia e ao crescente emprego do apoio aéreo e da guerra eletrônica, permite às forças que disponham desses meios que emassem grande poder de combate num só local,

compensando, às vezes, deficiências de efetivos. Neste caso, as forças dotadas desses modernos meios de combate podem obter a massa de efeitos sem que tenham que empregar a massa de forças.

4-6. PRINCÍPIO DA ECONOMIA DE FORÇAS

> *Empregue todo o poder de combate disponível, da maneira mais eficaz possível; destine o mínimo indispensável de poder de combate a ações secundárias.*

a. Consegue-se a economia de forças com distribuição e uso judicioso e balanceado de meios, evitando-se a dispersão, ou o desgaste de segmentos destes em ações secundárias, economizando-os para, no momento oportuno, concentrá-los contra o inimigo.

b. Há dois aspectos importantes a considerar na aplicação da Economia de Forças:

(1) Deve-se evitar o emprego de meios insuficientes, o que implicaria não se obter o efeito desejado; e

(2) Igualmente, deve-se evitar o excesso de meios, o que caracterizaria desperdício e contrariaria o próprio princípio.

c. Resumidamente, os meios devem ser dosados de modo a obter-se o máximo de rendimento com o mínimo de esforço.

d. Economiza-se forças conduzindo operações limitadas, defensivas ou mesmo medidas de dissimulação tática em certas partes da frente, a fim de obter-se a massa no local e momento decisivos.

4-7. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE COMANDO

> *Para cada objetivo, certifique-se de obter unidade de comando e unidade de esforços.*

a. A aplicação decisiva do poder de combate exige Unidade de Comando. Ela possibilita a unidade de esforço, pela coordenação de todas as forças sobre um objetivo comum.

b. Embora a coordenação possa ser conseguida pela cooperação, é melhor obtida quando se investe um único comandante da responsabilidade necessária.

c. A Unidade de Comando é caracterizada, primordialmente, pela atribuição da autoridade a uma só pessoa, ou seja, a pessoa do Comandante.

d. Além disso, uma eficiente Unidade de Comando requer: cadeia de comando bem definida, com precisa e nítida divisão de responsabilidades; sistema de comunicações adequado ao exercício do comando, quaisquer que sejam as circunstâncias; doutrina operacional bem compreendida, aceita e

praticada pelos comandantes em todos os níveis; e chefes altamente preparados, moral e profissionalmente, capazes de infundir total confiança e entusiasmo a seus subordinados.

4-8. PRINCÍPIO DA SEGURANÇA

Nunca permita que o inimigo obtenha uma vantagem inesperada.

a. A Segurança tem por finalidade negar ao inimigo o uso da surpresa, impedir que interfira, de modo decisivo, em nossas operações e restringir-lhe a liberdade de ação nos ataques a pontos sensíveis de nosso território ou às nossas Forças.

b. Do exposto, surgem os dois aspectos relevantes que devem ser considerados na aplicação do Princípio da Segurança:

(1) É indispensável a obtenção de informações oportunas e precisas sobre o inimigo, não somente para o planejamento de nossas operações, como também para negar-lhe o uso da surpresa.

(2) Os planos, a localização das nossas Forças e dos pontos sensíveis em nosso território, assim como todas as atividades relacionadas com as nossas ações devem ser cercados do maior grau de sigilo possível, o que dificultará a intervenção inimiga em nossas operações ou em nosso esforço de guerra.

c. Para isso, é fundamental a existência de doutrina e de mentalidade de contra-informação, estabelecidas desde o tempo de paz.

d. No entanto, Segurança não implica evitar-se todos os riscos, uma vez que um pouco de audácia é essencial ao êxito das operações. Demasiado cuidado ou indevida cautela podem comprometer seriamente o uso da ofensiva ou a exploração de vantagens.

4-9. PRINCÍPIO DA SURPRESA

Atinja o inimigo num tempo, local ou maneira para os quais ele esteja despreparado.

a. Este princípio encerra o conceito do emprego da força em um contexto de tempo e espaço onde o inimigo não o espere.

b. Com a Surpresa procura-se infligir ao inimigo o máximo de danos, com um mínimo de perdas para as próprias Forças.

c. A surpresa absoluta não é necessária. É suficiente a surpresa relativa, isto é, que o inimigo só perceba a situação tarde demais para uma reação eficiente.

d. A mobilidade específica de cada Força deverá ser explorada para o atendimento deste princípio.

e. A obtenção da surpresa depende de:

(1) Originalidade;
(2) Audácia nas ações;
(3) Velocidade de execução;
(4) Sigilo; e
(5) Dissimulação de intenções;

4-10. PRINCÍPIO DA SIMPLICIDADE

Prepare planos claros e descomplicados e ordens concisas para garantir seu completo entendimento.

a. Este princípio sintetiza a idéia de que o melhor plano é aquele que, em todos os níveis de planejamento, evidencia simplicidade de concepção, apresentação e execução, reduzindo a possibilidade de falha ou incompreensão e facilitando a introdução de modificações ou ampliações que o controle da ação planejada determinar, sem sacrificar a precisão, a flexibilidade e a cabal consecução do propósito.

b. Há três aspectos a serem considerados no Princípio da Simplicidade:

(1) As Operações devem ser concebidas de modo a que possam ser facilmente compreendidas pelos escalões subordinados e estar dentro das possibilidades dos meios disponíveis.

(2) Os planos devem ter objetivos claramente definidos e priorizados e também devem ser de fácil compreensão pelos que os vão executar.

(3) Por outro lado, as missões atribuídas aos níveis subordinados devem ser de fácil cumprimento e ser compatíveis com os equipamentos a serem empregados e o grau de adestramento das Forças.

ARTIGO II

CONCEITOS OPERACIONAIS

4-11. CONSIDERAÇÃO INICIAL

Conceitos operacionais são preceitos táticos que norteiam o planejamento e a execução da batalha terrestre, em conflitos de natureza convencional. Traduzem o entendimento dos princípios de guerra, ante as peculiaridades dos ambientes operacionais julgados prioritários e são adequados, com os indispensáveis ajustes, a todos os escalões, constituindo o arcabouço da doutrina militar terrestre.

4-12. GUERRA DE MOVIMENTO

a. O perfil dos prováveis conflitos em Áreas Operacionais do Continente (AOC) condiciona a formulação de um conceito operacional básico: a “Guerra

de Movimento”. Este conceito preconiza a busca da decisão da batalha terrestre por meio de ações ofensivas extremamente rápidas e profundas, convenientemente apoiadas, orientadas sobre segmentos vulneráveis do dispositivo do inimigo e conduzidas a cavaleiro dos eixos disponíveis, em frentes amplas e descontínuas; o quadro tático resultante distingue-se por um grande dinamismo, pela importância da obtenção da surpresa, pela descentralização das operações e, finalmente, pelo caráter fundamental da iniciativa, em todos os níveis de comando.

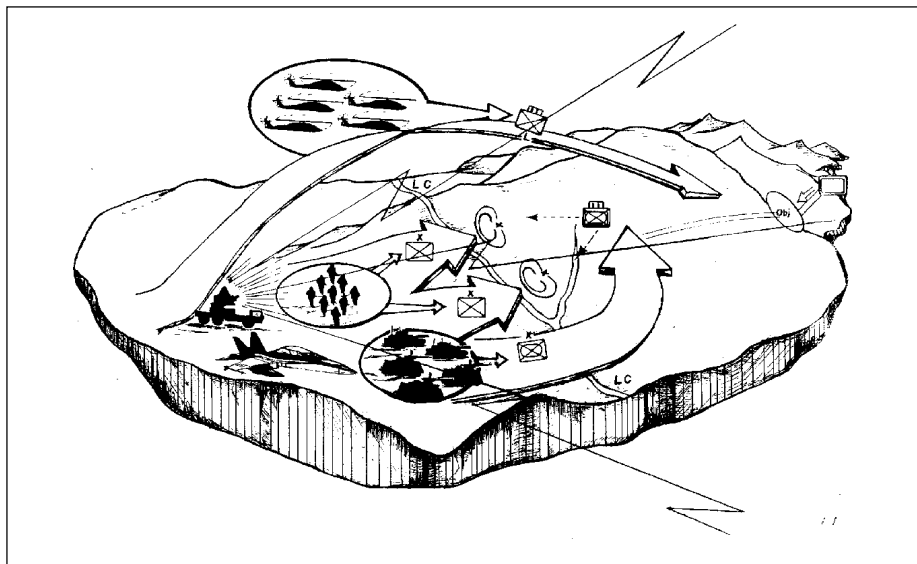



Fig 4-1. Guerra de Movimento

b. A conquista da iniciativa obrigará o inimigo a reagir às ações numa seqüência de decisões cada vez mais desordenadas e deficientes. A pressão constante sobre as forças inimigas, impedindo-as de se reorganizar e de apresentar qualquer forma de resistência, tem sido o objetivo dos exércitos modernos.

c. O conceito “Guerra de Movimento” permite a derivação dos conceitos operacionais de menor abrangência que a seguir se discriminam e que devem reger, concretamente, a execução do combate:

(1) Ação desbordante ou de flanco

(a) As operações ofensivas devem ser conduzidas de forma a obter-se, o mais cedo possível, o desequilíbrio físico e psicológico do oponente, como condição indispensável à sua posterior destruição, com um mínimo de desgaste para a força atacante.

(b) As ações principais devem evitar as linhas de maior expectativa, a cavaleiro das quais se concentre o grosso do poder de combate do defensor, e incidir sobre regiões cuja posse dificulte a execução do combate defensivo em profundidade por parte do inimigo, paralise seu sistema de

comunicações e de comando e interrompa seus eixos de suprimento e seus itinerários de retraimento. Sob tais circunstâncias, o inimigo é conduzido a um dilema: tentar abrir um corredor de retraimento a viva força, conduzindo, sob pressão, um avanço desequilibrado sobre uma sólida posição de bloqueio, ou destacar parcelas importantes de seu poder de combate para fazer face à ameaça, correndo o risco de ser batido por partes.

(c) Quando for inevitável a progressão inicial através de setores densamente defendidos, as ações principais devem ameaçar, em profundidade, objetivos alternativos que, em mãos do atacante, comprometem a integridade do dispositivo defensivo. Desta forma, torna-se difícil para o inimigo emassar suas reservas a cavaleiro de uma única direção. Nesta situação, a execução de uma operação aeromóvel sobre um objetivo em profundidade pode levar o inimigo à situação desvantajosa descrita no subitem anterior e facilitar a progressão do escalão de ataque.

(d) Após o rompimento da posição da tropa inimiga empenhada (tropa em contato e suas reservas imediatas), somente circunstâncias excepcionais justificam a incidência frontal das ações principais sobre uma região do terreno fortemente defendida, mesmo que esta última configure o objetivo decisivo da força considerada. O comando atacante deve buscar, pela manobra, tornar insustentável a resistência inimiga na mencionada região.

(e) O presente conceito operacional vincula-se, estreitamente, aos princípios de guerra: manobra, surpresa e objetivo.

(2) Iniciativa

(a) O ritmo intenso das operações, seu caráter descentralizado e os amplos espaços em que se desenvolvem, além de limitações eventuais dos meios de comunicações, exigem que os comandos de todos os níveis exercitem um alto grau de iniciativa. Cada comandante, conhecendo precisamente a idéia de manobra do escalão superior, deve ser capaz de solucionar os problemas táticos locais, à luz de seu próprio critério.

(b) Sempre que possível, as missões devem ser atribuídas pela finalidade, tendo-se em vista direcionar os esforços dos escalões subordinados para a obtenção de condições favoráveis à manobra da força como um todo.

(c) Este conceito operacional decorre, basicamente, do princípio de guerra: objetivo.

(3) Seleção de Frente

(a) Os amplos espaços em que são conduzidas as operações impõem, normalmente, o emprego da maioria de meios do atacante em uma frente na qual se procura obter a decisão, conduzindo-se ações secundárias nos setores não selecionados.

(b) Constitui, no entanto, fator fundamental o emprego modular das peças de manobra de valor unidade, as quais devem receber frentes compatíveis com suas possibilidades orgânicas, em termos de fogo e de movimento. Os maiores riscos serão admitidos pelos escalões Divisão de Exército e superiores.

(c) Este conceito operacional resulta, particularmente, dos princípios de guerra: massa e economia de forças.

(4) Flexibilidade

(a) O planejamento das operações deve incluir alternativas em face de contingências do combate, permitindo a intervenção oportuna do comando, no sentido de aproveitar um sucesso tático inesperado ou de fazer reverter a seu favor o curso da batalha.

(b) A formulação de hipóteses previsíveis, para fins de planejamento, e a preservação de uma reserva tão potente e móvel quanto possível contribuem para um considerável incremento da flexibilidade, ao longo da execução do combate.

(c) Em curso de operações ofensivas, o comando da força deve estar preparado para, se necessário, modificar radicalmente seu esquema de manobra original, alterando direções de emprego e objetivos de suas ações principais, no sentido de aproveitar, sempre, as linhas de menor resistência à progressão.

(d) A flexibilidade reside, ainda, na agilidade mental, na criatividade e na capacidade de improvisação dos comandos em todos os níveis.

(e) Este conceito operacional realça a observância dos princípios de guerra: manobra, massa, segurança e ofensiva.

(5) Dissimulação

(a) As medidas de dissimulação tática, como fintas, demonstrações e a dissimulação eletrônica, convenientemente complementadas pelo emprego da camuflagem e de fumígenos, têm como finalidade básica iludir o inimigo e dificultar-lhe a condução de fogos, induzindo-o a dispersar seus meios ou a orientar, de forma inadequada, suas ações principais.

(b) A dissimulação é indispensável à preservação da integridade da força e permite, freqüentemente, que se criem ou se acentuem vulnerabilidades no dispositivo do oponente.

(c) Medidas de dissimulação proporcionais aos meios disponíveis devem constituir parte integrante dos esquemas de manobra de todos os escalões, quaisquer que sejam a atitude e o tipo de operação em curso.

(d) Este conceito operacional materializa, principalmente, a aplicação dos princípios de guerra: surpresa e segurança.

(6) Ação Tridimensional

(a) O largo emprego de aeronaves de asa rotativa e de asa fixa orientadas para a ação contra as tropas terrestres, utilizando-se, basicamente, da faixa inferior do espaço aéreo, aliado ao tradicional emprego das forças aéreas, tornaram o campo de batalha moderno acentuadamente tridimensional.

(b) A coordenação do uso do espaço aéreo do campo de batalha é requisito fundamental para o emprego de uma força terrestre, não só por um imperativo de segurança, como também pelo acréscimo de uma nova dimensão à manobra. Este assunto será abordado no Art III deste capítulo.

(c) Operações aeroterrestres e aeromóveis constituem o complemento indispensável à atuação de uma força de superfície, conferindo-lhe a capacidade de progredir sobre objetivos profundos, em ritmo intenso e constante, e permitindo-lhe obter, a curto prazo, o total desequilíbrio do oponente.

(d) Nos menores escalões, a disponibilidade de helicópteros de manobra e de reconhecimento e ataque permite um acréscimo às respectivas

áreas de influência, proporcional ao conseqüente incremento da mobilidade e da potência de fogo.

(e) Este conceito confere particular ênfase aos princípios de guerra: manobra, surpresa e ofensiva.

(7) Ação em Profundidade

(a) Em operações ofensivas, os êxitos iniciais devem ser aproveitados instantaneamente e na maior profundidade possível, com a finalidade de acentuar o desequilíbrio inicial do inimigo, restringindo-lhe a capacidade de reagir, cerceando-lhe a liberdade de ação e comprometendo sua vontade de lutar.

(b) Operações móveis, profundas e ininterruptas produzem, com freqüência, por meio de uma pressão constante e potente, o colapso material e anímico do inimigo, reduzindo-o à inação e tornando iminente sua destruição.

(c) O combate em profundidade compreende as operações de interdição, visando ao isolamento do campo de batalha, o que não permite ao inimigo concretizar suas possibilidades de reforço em tempo útil e permite batê-lo por partes. Entre outros meios empregados para esse fim, citam-se a guerra eletrônica, a busca de alvos, os fogos de longo alcance, o fogo aéreo, as ações de forças especiais, de comandos e de guerrilhas, além das incursões profundas de elementos altamente móveis e das operações aeromóveis e aeroterrestres.

(d) Os alvos típicos do combate em profundidade são o sistema de comando e controle inimigo, suas instalações logísticas, meios de apoio de fogo, eixos de suprimento e evacuação, ou objetivos no terreno que caracterizem o isolamento do campo de batalha, impedindo que o inimigo reforce a tropa isolada ou que a mesma retraia para novas posições mais à retaguarda.

(e) Este conceito realça a aplicação dos princípios de guerra: ofensiva e objetivo.

(8) Combate Eletrônico

(a) O controle do espaço eletromagnético, permitindo o seu uso adequado pelas forças amigas, constitui fator de multiplicação do poder de combate, conferindo maior liberdade de ação à força terrestre, implementando sua capacidade de atuar ofensivamente com rapidez e em profundidade e proporcionando maior flexibilidade, segurança e dinamismo às ações defensivas.

(b) A obtenção de informações, por meio do emprego de medidas eletrônicas de apoio, deve iniciar-se mesmo antes da deflagração das hostilidades, prosseguindo, num processo contínuo, durante todo o ciclo de operações, com vistas a revelar o mais cedo possível as intenções do inimigo, seu dispositivo, suas possibilidades, limitações e vulnerabilidades.

(c) A utilização de contramedidas eletrônicas ativas constitui importante meio de intervenção no combate. A decisão oportuna de emprego da interferência produz degradação sensível nos sistemas eletrônicos de vigilância, de armas e de comando e controle do inimigo, em momentos decisivos da batalha. Por outro lado, o uso da dissimulação eletrônica, dentro do esforço integrado preconizado no Plano de Dissimulação da força, concorre, de forma proeminente, para a obtenção dos efeitos desejados na aplicação dessas ações.

(d) Ações de contra-contramedidas eletrônicas convenientemente

aplicadas e o uso de contramedidas eletrônicas passivas reforçam a nossa capacidade de manobrar com rapidez e segurança.

(e) Este conceito operacional evidencia a aplicação dos princípios de guerra: manobra, surpresa, ofensiva e segurança.

(9) Risco

(a) O risco é inerente à guerra e deve ser aceito pelos comandos de todos os níveis, sempre que o cumprimento da missão o exija ou a transcendência do êxito esperado o justifique.

(b) É necessário, entretanto, que o grau de risco que se pretende assumir seja avaliado, em toda a sua extensão, no sentido de que, em caso de insucesso, o comando disponha de alternativas para preservar a integridade da força.

(c) Este conceito vincula-se aos princípios de guerra: objetivo e segurança.

(10) Combate Continuado

(a) O desenvolvimento tecnológico, aliado à rápida evolução das técnicas e táticas de combate, do apoio logístico e do apoio ao combate, permitem que as operações prossigam durante a noite com ritmo e intensidade semelhantes as conseguidas durante o dia.

(b) A continuidade da operação deverá ser assegurada mediante a ampla utilização do combate noturno, do ataque de oportunidade e da guerra de movimento.

(c) Essas características podem exigir uma reorganização temporária na estrutura e equipamento das forças que forem realizar este tipo de combate, além de evidenciarem a necessidade de adestramento específico.

(d) Este conceito confere particular ênfase aos princípios de guerra: objetivo, surpresa e ofensiva.

(11) Combate não linear

(a) O combate moderno deixou de ser realizado apenas no compartimento de contato. Ele ocorre ao mesmo tempo no compartimento de contato, na área de segurança e na retaguarda. Caracteriza-se, portanto, pela não linearidade. Deste modo, o comandante preocupa-se não apenas com o combate aproximado, mas também com as ações profundas que pode realizar, mediante operações aeromóveis e com blindados, aplicação de fogos maciços em profundidade, infiltrações e incursões, ações essas que desequilibram todo o dispositivo inimigo, forçam-no a lutar em mais de uma direção e o isolam de seus apoios e reforços, além de ter que conservar em reserva forças potentes e móveis para fazer face às ameaças à sua retaguarda.

(b) O combate a cavaleiro dos eixos rodoviários, comum na guerra de movimento, leva à aceitação de brechas entre as posições ocupadas pelas tropas. Essas brechas, muitas vezes apenas vigiadas, aumentam a não linearidade do combate, criando, no dispositivo mais fluido das forças, vulnerabilidades que, devidamente exploradas, podem levar à decisão mais rápida do combate. É o ambiente favorável às manobras de flanco, às incursões profundas e à infiltração de tropas no dispositivo inimigo.

(c) Este conceito realça a observância dos princípios de guerra: manobra e surpresa.

(12) Letalidade

(a) Os sistemas de armas modernos, extremamente precisos e apoiados em avançadas tecnologias, aliados a uma capacidade de "ver" melhor por meio dos radares, equipamentos de visão noturna, veículos aéreos não tripulados e satélites propiciaram ao combate moderno a característica de extrema letalidade.

(b) Vincula-se ao princípio de guerra da ofensiva.

4-13. SINCRONIZAÇÃO

a. Sincronização é o arranjo das atividades de todos os sistemas operacionais (Ver parágrafo 2-26) no tempo, no espaço e na finalidade para obter o máximo poder relativo de combate no ponto decisivo.

b. A sincronização inclui o efeito de emassar o poder de combate no ponto decisivo, embora não se limite ao mesmo. Algumas das atividades que o comandante sincroniza em uma operação, como interferência nas comunicações inimigas, neutralização da defesa antiaérea e a mudança de posicionamento de reservas, podem ocorrer antes do momento decisivo. Essas atividades podem acontecer em locais distantes um do outro. Embora separadas no tempo e no espaço, precisam ser bem sincronizadas para que seus efeitos sejam sentidos na hora e local decisivos. A sincronização visa a obter poder de combate "vencedor".

c. No ataque, um comandante sincroniza seus fogos de apoio com a manobra ao levar sua artilharia a bater armas inimigas de fogo direto enquanto manobra suas forças rapidamente, em direção ao flanco e à retaguarda do inimigo. Em uma escala maior, um comandante sincroniza seus ataques principal e secundário quando o ataque secundário acontece no exato tempo e local que atrai forças e fogos inimigos para fora da zona de ação do ataque principal, no momento em que este enfrenta o inimigo. Um comandante no nível estratégico-operacional sincroniza duas grandes operações se uma atrai a atenção do grosso das forças inimigas, desprotegendo um objetivo chave para o ataque decisivo da outra operação.

d. A sincronização, usualmente, requer estreita coordenação entre várias unidades e atividades que participam de uma operação. Contudo, por si só, essa coordenação não é garantia de sincronização, a não ser que o comandante primeiro visualize os efeitos desejados e qual a seqüência de atividades que os produzirá. O estado-maior precisa conhecer a intenção do comandante, pois é o estado-maior quem faz uma grande parte do plano de sincronização acontecer. A sincronização deve estar sempre na mente dos comandantes e, a partir daí, no planejamento e coordenação de movimentos, fogos e atividades de apoio. Ensaios são a chave para o êxito de operações sincronizadas.

e. O objetivo da sincronização é usar cada meio disponível onde, quando e da maneira que este meio melhor contribua para obter a superioridade no local e momento decisivos. A sincronização exige:

(1) O perfeito conhecimento dos efeitos produzidos pelos diversos

meios de combate;

(2) O conhecimento da relação entre as possibilidades do inimigo e das forças amigas;

(3) O domínio perfeito das relações entre o tempo e o espaço; e

(4) A clara unidade de propósito.

f. A sincronização acontece a partir da concepção da operação pelo comandante e seu estado-maior, quando estes planejam que ações realizar e como estas ações devem ocorrer no tempo e no espaço, para atingir seu objetivo. A sincronização visa a fazer com que os efeitos da ação de diversas forças se façam sentir de maneira total no momento e no local desejados.

g. O resultado da sincronização efetiva é o máximo uso de todos os recursos para obter a máxima contribuição para o sucesso. Sincronização implica o julgamento de escolha entre atividades simultâneas e seqüenciais. O comandante deixa claro para seu estado-maior e comandantes subordinados quando os efeitos de uma atividade são precondição para uma ação subseqüente. Atingir isto requer uma antecipação dos eventos que vem com o "pensar em profundidade", com o domínio das relações de tempo e espaço e um completo conhecimento da interação das nossas possibilidades com as do inimigo. Acima de tudo, sincronização requer um claro estabelecimento da intenção do comandante.

h. A sincronização implica a judiciosa exploração do fator da decisão-tempo.

ARTIGO III

COORDENAÇÃO DO USO DO ESPAÇO AÉREO

4-14. GENERALIDADES

a. O combate moderno exige das forças empregadas manobras rápidas, flexíveis e sincronizadas, a fim de obter o melhor resultado em operações simultâneas e em diferentes profundidades, num campo de batalha não linear. Manobras rápidas e profundas, apoio de fogo, operações aeroterrestres e aeromóveis, operações especiais e de inteligência serão desencadeadas neste ambiente, usando o espaço aéreo sobrejacente ao campo de batalha tridimensional.

b. Essa nova realidade do ambiente operacional exige eficaz e eficiente coordenação do uso do espaço aéreo, seja para sincronizar as operações, seja para evitar o fratricídio.

4-15. ESPAÇO AÉREO DE INTERESSE DA FORÇA TERRESTRE

a. A área de interesse do comandante incluirá, necessariamente, o

espaço aéreo onde se fazem sentir os efeitos da aplicação de seu poder de combate.

b. Diversos componentes da Força Terrestre utilizarão esse espaço aéreo. Podem ser mencionados o apoio de fogo superfície-superfície da artilharia de campanha e morteiros, com trajetórias de diferentes flechas; a Aviação do Exército; as operações de inteligência e de guerra eletrônica com suas plataformas aéreas; e a artilharia antiaérea, defendendo pontos e áreas sensíveis.

c. Além dos elementos da Força Terrestre, o espaço aéreo sobre o TOT é também utilizado pela Força Aérea.

d. A utilização do espaço aéreo por tantos usuários exige, portanto, uma coordenação atenta. As medidas de coordenação precisam ser eficazes, eficientes e oportunas, funcionando em tempo real e com difusão imediata a todos os interessados. Deste modo, as três dimensões do campo de batalha poderão ser utilizadas em sua plenitude e de maneira coordenada.

e. O comandante da Força Terrestre do Teatro de Operações Terrestre necessita coordenar o uso do espaço aéreo de sua área de interesse. Essa coordenação não implica aprovar ou desaprovar diferentes operações de combate, mas determinar as medidas que melhor compatibilizem todas as ações que se realizam nessa área, para evitar interferências indesejadas e fratricídio.

4-16. COORDENAÇÃO E CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO

a. A coordenação do uso do espaço aéreo no Teatro de Operações Terrestre será responsabilidade do Comandante do TOT, enquanto seu controle caberá aos meios da Força Aérea existentes no TOT.

b. As normas e procedimentos operacionais para todo o TOT serão difundidas por documentos específicos ou instruções nos manuais de emprego.

c. As estruturas da F Ter que realizarão a coordenação devem integrar os Centros de Operações Táticas (COT) dos diversos escalões de comando.

d. As operações ar-superfície, que envolvem especificamente a Força Terrestre e a Força Aérea, são tratadas no FA-M-19 - MANUAL DE OPERAÇÕES AR-SUPERFÍCIE e nas IP 1-2 - OPERAÇÕS CONJUNTAS AR-TERRA.

ARTIGO IV

PODER DE COMBATE

4-17. GENERALIDADES

a. O poder de combate é a capacidade de combate existente em determinada força, resultante da combinação dos meios físicos à disposição e do valor moral da tropa que a compõe, aliados à liderança do comandante da tropa. O poder de combate depende, em larga escala, das qualidades de chefia e da competência profissional do comandante , traduzidas na organização, adestramento, disciplina, espírito de corpo, estado do equipamento e emprego engenhoso das forças. Depende, também, das características e possibilidades dos meios que compõem essas forças.

b. A aplicação do poder de combate relaciona-se diretamente com os princípios da massa e da economia de forças, embora exija a judiciosa observância dos demais princípios de guerra. A aplicação bem sucedida do poder de combate exige execução vigorosa.

c. O poder de combate só tem significado quando confrontado com o poder de combate das forças oponentes (Poder Relativo de Combate).

4-18. FATORES RELACIONADOS COM O PODER DE COMBATE

a. Existem determinados fatores que influem diretamente no poder de combate. Quando adequadamente explorados, e em conformidade com os princípios de guerra, tais fatores permitem tirar o máximo partido do poder de combate disponível. Alguns fatores são susceptíveis de quantificação enquanto outros, não; uns ampliam os efeitos, outros reduzem-nos.

b. São elementos básicos do poder de combate as unidades de manobra, o apoio de fogo e a liderança.

c. Todos os elementos que de alguma maneira ocasionam acréscimos ou decréscimos são genericamente chamados de multiplicadores do poder de combate. Entre estes, têm grande importância a rapidez e violência da ação de combate, visando a agir sobre o flanco ou retaguarda do dispositivo inimigo, atacando-o de surpresa e numa direção inesperada.

4-19. PODER RELATIVO DE COMBATE

a. Com base no estudo sobre a situação do inimigo e sobre a nossa situação, o comandante, mediante uma análise, procura fazer o confronto entre as forças oponentes no meio ambiente em que estão operando, considerando que os elementos básicos do poder de combate são as unidades de manobra, o apoio de fogo e a liderança.

b. Ao fazer a análise do poder relativo de combate, o comandante procura determinar, em cada fator analisado, os aspectos predominantes e as deficiências de ambos os contendores. As conclusões obtidas permitem ao comandante abreviar o seu estudo de situação, proporcionando-lhe indicações sobre as características gerais das linhas de ação que podem ser adotadas. Durante a análise, deve ser ressaltada a aplicação dos princípios de guerra.

c. Na determinação do poder relativo de combate os fatores abaixo servem, normalmente, como termo de comparação:

(1) Unidades de manobra (número, efetivos, valor combativo etc.);
(2) Apoio de fogo;
(3) Apoio de guerra eletrônica;
(4) Apoio de engenharia;
(5) Apoio logístico;
(6) Comando e controle;
(7) Mobilidade;
(8) Terreno;
(9) Dispositivo;
(10) Outros (algumas considerações adicionais podem ser incluídas, tais como: moral, aptidão das unidades para a operação, experiência de combate, adestramento, dissimulação, abrigos, interdição, inteligência, guerra psicológica etc).

d. O inimigo a considerar será a tropa empenhada e mais as reservas do(s) comando(s) inimigo(s) de primeiro escalão do mesmo nível do comando que realiza o estudo de situação, cuja maior probabilidade de emprego seja na sua zona de ação.

e. Ao concluir a análise, deve-se procurar:

(1) Consolidar os fatores em que temos superioridade;
(2) Desequilibrar os fatores em que não haja vantagem marcante para nenhum dos contendores;
(3) Reverter os fatores em que o inimigo tem superioridade.

f. A reversão dos fatores em que o inimigo tem superioridade deve ser realizada por meio da:

(1) Valorização dos fatores da decisão que se nos apresentem favoráveis (Missão, Inimigo, Terreno e Condições Meteorológicas , Nossos Meios e Tempo);
(2) Utilização judiciosa dos princípios de guerra e dos fundamentos da ofensiva ou defensiva, conforme o caso.

g. No local onde se busca a decisão do combate deve ser procurada uma superioridade esmagadora em poder relativo de combate, o que resultará em maior velocidade da progressão e menores perdas para as nossas tropas.

ARTIGO V

FATORES DA DECISÃO

4-20. GENERALIDADES

A sistematização do estudo de uma situação de combate, em qualquer nível, divide de forma cartesiana tal estudo em partes para maior detalhamento de cada questão. As partes constitutivas deste estudo estão consagradas na doutrina militar brasileira e de muitos outros países, por meio dos chamados fatores da decisão, que tradicionalmente se dividem em: MISSÃO, INIMIGO, TERRENO E CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS, MEIOS e TEMPO.

4-21. MISSÃO

a. A missão é prescrita pelo escalão superior, contendo os aspectos principais que nortearão as ações do escalão considerado, no contexto da manobra por ele idealizada.

b. Logo após receber a missão e antes de proceder sua análise, o comandante reúne as informações já disponíveis para o cumprimento da mesma.

c. O comandante analisa a missão à luz da situação, confrontando-a com o plano geral e o conceito da operação do escalão superior, a fim de definir para o estado-maior sua diretriz de planejamento com o novo enunciado da missão.

d. A missão pode ser atribuída de forma minuciosa e rica em detalhes, ou, simplesmente, por meio da finalidade da mesma. A gradação entre uma e outra forma dependerá da situação, da missão e da personalidade do comandante.

e. No estudo da missão, a intenção do comandante que a atribui deve ser facilmente dedutível, quando não tiver sido expressa oral ou verbalmente.

4-22. INIMIGO

a. O estudo do inimigo, em face de cada situação apresentada, deve dirigir-se para o levantamento das peculiaridades e deficiências deste inimigo que poderão influir, favorável ou desfavoravelmente, na sua eficiência de combate. Essas peculiaridades e deficiências são obtidas por meio da análise integrada da situação do inimigo na operação em estudo e do conhecimento anterior que se tem do mesmo, em bancos de dados, referentes à sua doutrina de emprego , estrutura organizacional, modo de atuar nas diversas condições ambientais, personalidades de seus principais comandantes, meios de dotação, entre outros.

b. O levantamento das peculiaridades e deficiências servirá de base para a determinação das vulnerabilidades do inimigo, bem como auxiliará quando da análise das linhas de ação. As vulnerabilidades do inimigo resultam de suas

peculiaridades e deficiências que possam ser exploradas pelos escalões considerado, superior e subordinado, devendo ser alvo de estudo do oficial de inteligência.

4-23. TERRENO E CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS

a. O estudo do terreno e das condições meteorológicas está condicionado ao escalão considerado.

b. Nos mais altos escalões, é realizado por meio do estudo estratégico de área operacional, desde o tempo de paz, e mantido constantemente atualizado. Esse levantamento constitui a base dos estudos do comandante da FTTOT e traz consigo o estudo geográfico militar da área de operações, que é de particular importância para os comandantes operacionais.

c. Nos menores escalões, o estudo do terreno e das condições meteorológicas é realizado por meio da análise detalhada das condições de observação e campos de tiro, das cobertas e abrigos, dos obstáculos, dos acidentes capitais, das vias de acesso e das condições meteorológicas locais. Como conclusão, são levantados os efeitos de todos esses fatores sobre as nossas operações e as operações do inimigo.

4-24. MEIOS

a. A estratégia operacional terrestre vale-se dos meios materiais e morais, que vão desde o emprego de armas e instrumentos da mais avançada tecnologia e de tropas suficientemente adestradas, até a propaganda. A escolha adequada dos meios e sua aplicação no tempo e no espaço, para alcançar os objetivos impostos ou eleitos, constitui propriamente a arte de planejar.

b. Na análise realizada, o planejamento deve avaliar as necessidades decorrentes do estudo dos demais fatores. Após o confronto entre os meios necessários e os disponíveis, estudam-se os reajustamentos necessários no planejamento, adequando-o à realidade e levando-se em conta as eventuais peculiaridades, deficiências e vulnerabilidades do inimigo.

c. Desde os menores escalões, devem ser analisadas as características da tropa, as condições de mobilidade tática e estratégica, as informações disponíveis sobre pessoal, logística e assuntos civis, entre outras. É necessário considerar, também, o apoio a ser prestado por outras forças singulares, tais como os apoio aéreo e naval, este último quando possível.

4-25. TEMPO

a. Embora o fator tempo tenha estado sempre presente nos estudos de situação e nas considerações para a tomada de decisão, o advento de meios cada vez mais modernos de combate, com melhora sensível na mobilidade, na

rapidez e na aquisição das informações, potencializou a importância da oportunidade. Não basta planejar bem, o desencadeamento das ações deve acontecer no tempo oportuno.

b. Na defesa, o tempo é fator fundamental na ocupação da posição, na organização do terreno, na instalação de obstáculos, na criação de áreas de engajamento, no planejamento dos fogos, no escalonamento da defesa em profundidade e nos treinamentos de contra-ataques. A fim de ganhar o tempo mínimo necessário para tais ações, os escalões mais elevados valem-se de uma força de cobertura.

c. No ataque, o fator tempo torna-se fundamental para que nossa ação ocorra antes do reforço do inimigo ou de que este inimigo organize adequadamente sua defesa. É decisivo quando a missão do escalão superior impõe a abertura do prosseguimento ou outra ação qualquer em um prazo restrito, de maneira a garantir, com o mínimo de perdas, o sucesso da operação como um todo.

d. Em ambos os casos, deve-se levar em conta que o prazo para planejamento e distribuição das ordens de cada escalão deve permitir também ao escalão subordinado o tempo necessário para o planejamento e distribuição de ordens, a realização dos reconhecimentos e o desencadeamento da ação.

e. Além disso, a correta administração do tempo é imprescindível para que se consiga a sincronização das ações nos momentos e locais decisivos, de modo a obter o máximo benefício do emprego coordenado de nossos meios. Por esse motivo, durante a análise das linhas de ação opostas (jogo da guerra), o estado-maior deve preocupar-se em sincronizar as ações a partir da hora e local em que se deseja um determinado efeito, calculando os prazos e providências, retroativamente, a partir desse evento. O efeito de ações simultâneas será maior do que se as mesmas ocorressem sucessivamente.

f. Finalmente, os comandantes em todos os escalões tirarão o máximo efeito do tempo, acelerando seu trabalho de comando e seu ciclo de decisão, realizando ataques de oportunidade, aproveitando o êxito de suas próprias ações, produzindo mais ação em menos tempo, e deixando o inimigo na situação de somente poder reagir às suas decisões, em prazos cada vez mais curtos.

CAPÍTULO 5

OPERAÇÕES OFENSIVAS

ARTIGO I

INTRODUÇÃO

5-1. GENERALIDADES

a. Das operações básicas, as operações ofensivas são essenciais para se obter resultados decisivos. Por outro lado, mesmo durante as operações defensivas, um comandante deve procurar todas as oportunidades para empreender ações ofensivas.

b. A ação ofensiva inspira audácia, fortalece o espírito de corpo e motiva o combatente.

c. As operações ofensivas visam ao cumprimento de uma ou mais das seguintes finalidades:

(1) Destruir forças inimigas;
(2) Conquistar áreas ou pontos importantes do terreno;
(3) Obter informações sobre o inimigo;
(4) Privar o inimigo de recursos essenciais;
(5) Desviar a atenção do inimigo de outras áreas.

d. O comandante visualiza operações ofensivas em termos de tempo e espaço. Seu estudo de situação indica a melhor combinação dos fatores que oferecem maiores possibilidades de sucesso. Esse estudo também inclui uma avaliação dos elementos pertinentes ao poder de combate.

e. Como as operações táticas ofensivas normalmente expõem o atacante, elas exigem superioridade de poder de combate no local selecionado para o ataque. Esse fato, e a necessidade de contar com forças disponíveis para

aproveitar o êxito, implicam aceitar riscos em outras partes não selecionadas da frente. O comandante deve obter superioridade relativa de combate esmagadora em seu ataque principal, a fim de destruir o inimigo no momento e local escolhidos.

f. Na frente selecionada, o comandante deve evitar a parte mais forte do dispositivo inimigo, atrai-lo para fora de suas posições defensivas, isolá-lo de suas linhas de suprimento e forçá-lo a lutar numa direção não planejada e em terreno não preparado para a defesa. Agindo dessa maneira, o inimigo ficará exposto e o princípio da surpresa será favorável ao atacante. Sempre que for possível, deve-se procurar atuar sobre o flanco e a retaguarda do inimigo. Somente em situações excepcionais devem ser realizadas manobras frontais.

g. Nas operações ofensivas, os resultados mais decisivos são alcançados por forças de aproveitamento do êxito, potentes e altamente móveis. Normalmente, as partes importantes do terreno são designadas como objetivos; todavia, uma força inimiga pode ser designada como tal.

h. As operações táticas ofensivas são batalhas contínuas. Podem prolongar-se por semanas, mantendo o inimigo sob pressão contínua e deixando-lhe poucas opções. Por esse motivo, o comandante deve planejar sua operação como uma operação continuada, de longa duração, com pouco ou nenhum tempo para descanso. O repouso da tropa, principalmente dos elementos de comando e controle, deve ser previsto como parte importante do planejamento, com o emprego de tropas descansadas, alternância ou combinação de diferentes formas de manobra ou tipos de operações, substituição do escalão de ataque, estabelecimento de esquemas de sono e rotação de funções, a fim de minorar os efeitos negativos da fadiga no desempenho individual e coletivo.

i. Ações ofensivas são parte importante das operações defensivas. Uma força que defende pode atacar para desorganizar um ataque iminente do inimigo (contra-ataque de desorganização), ganhando tempo e obtendo informações; se esse contra-ataque revelar fraquezas no dispositivo inimigo, essas devem ser imediatamente exploradas, dando início a uma operação ofensiva.

5-2. FUNDAMENTOS DAS OPERAÇÕES OFENSIVAS

a. Manutenção do contato - A manutenção do contato é um fundamento da ofensiva que garante ao comandante de qualquer escalão a obtenção de informações sobre o inimigo, a liberdade de ação e a conservação da iniciativa, evitando a surpresa. O contato com o inimigo deve ser estabelecido e mantido o mais cedo possível.

b. Esclarecimento da situação - Esse fundamento acha-se associado ao anterior e consiste em uma série de medidas adotadas com a finalidade de determinar o valor, o dispositivo, a composição, as atividades recentes, importantes e atuais e as principais deficiências das forças inimigas em presença, bem como o posicionamento, as possibilidades e limitações de seus sistemas de armas.

c. Exploração das vulnerabilidades do inimigo - Estabelecido o contato, é fundamental que o comandante da força evite o grosso do inimigo e reaja com o máximo de presteza, para explorar suas vulnerabilidades, induzindo-o a dissipar suas forças em frentes secundárias e iludindo-o quanto à verdadeira localização da área em que se pretende buscar a decisão. As ações de flanco, conduzidas sobre a retaguarda do dispositivo defensivo inimigo, são normalmente decisivas.

d. Controle dos acidentes capitais do terreno - O êxito no cumprimento de uma missão ofensiva depende basicamente do controle oportuno de acidentes capitais do terreno. O comandante concentra sua atenção sobre os acidentes capitais que, se conquistados ou neutralizados, proporcionam vantagens decisivas na manobra, favorecendo o cumprimento da missão.

e. Iniciativa - A iniciativa permite ao comandante impor sua vontade para a decisão do combate e, por isso, deve ser sempre buscada e conservada. O atacante pode escolher a hora, o local, a direção e o valor do ataque, mantendo sempre a iniciativa das ações.

f. Neutralização da capacidade de reação do inimigo - Todo esforço deve ser feito para eliminar a capacidade de reação do inimigo à manobra tática planejada. A cobertura e a dissimulação, as operações de interdição, de guerra psicológica e de guerra eletrônica constituem alguns dos processos utilizados para reduzir o poder de combate do inimigo.

g. Fogo e movimento - O ataque é caracterizado pela combinação do fogo e do movimento, culminando com o assalto violento à área decisiva. O atacante manobra para explorar os efeitos obtidos pelos fogos, para evitar o grosso do inimigo ou para cerrar sobre ele e destrui-lo pelo assalto. A manobra é a ação decisiva do combate.

h. Impulsão - O comandante procura cumprir sua missão no mais curto prazo possível. A impulsão do ataque é mantida por meio do máximo de rapidez na progressão, do emprego de reservas, da continuidade do apoio de fogo e do pronto atendimento às necessidades logísticas e de outros apoios ao combate.

i. Concentração do poder de combate - O êxito na ação ofensiva requer a concentração de um maior poder de combate, no local e no momento decisivos, e a sua rápida aplicação para a destruição do inimigo.

j. Aproveitamento do êxito - O ataque deve ser executado agressivamente, e todas as situações favoráveis devem ser convenientemente aproveitadas para explorar o êxito.

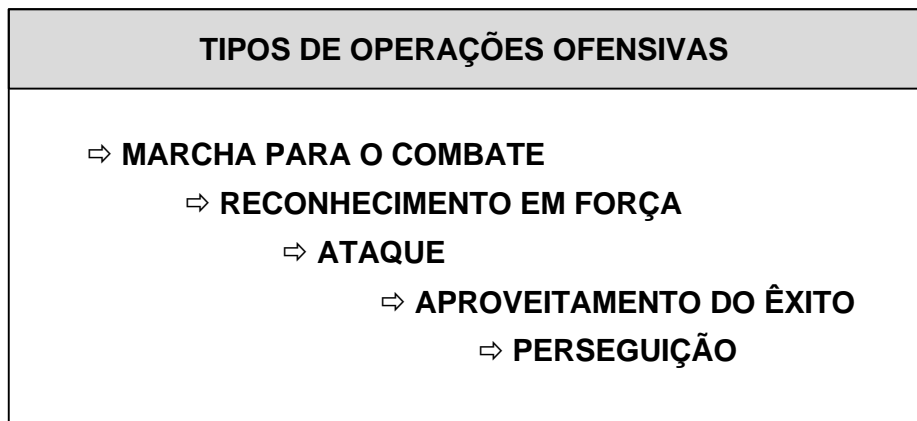
l. Segurança - A segurança é necessária, esteja a força estacionada, em deslocamento ou em combate. Na ofensiva, ela deve ser preservada sem, no entanto, tolher a iniciativa das ações ou desviar um poder de combate exagerado em seu benefício.

ARTIGO II

TIPOS DE OPERAÇÕES OFENSIVAS

5-3. GENERALIDADES

São cinco os tipos de operações ofensivas: a marcha para o combate, o reconhecimento em força, o ataque, o aproveitamento do êxito e a perseguição.

TIPOS DE OPERAÇÕES OFENSIVAS
⇨ **MARCHA PARA O COMBATE**
⇨ **RECONHECIMENTO EM FORÇA**
⇨ **ATAQUE**
⇨ **APROVEITAMENTO DO ÊXITO**
⇨ **PERSEGUIÇÃO**

5-4. MARCHA PARA O COMBATE

a. A marcha para o combate é uma marcha tática na direção do inimigo, com a finalidade de obter ou restabelecer o contato com o mesmo e/ou assegurar vantagens que facilitem as operações futuras. O melhor aproveitamento do dispositivo no momento do contato é obtido pela apropriada organização da força para o combate e pela manobra dos seus componentes. A marcha para o combate é executada agressivamente para se apossar do objetivo antes que o inimigo possa reagir. Todos os órgãos de inteligência e de segurança são empregados, de modo que a força principal possa engajar-se nas condições mais favoráveis. Na marcha para o combate as unidades de reconhecimento aéreo são eficientemente empregadas como órgãos de busca de informações e de segurança. Os fogos das aeronaves táticas e dos mísseis de longo alcance devem ser empregados o mais cedo possível. O grosso do poder de combate da força deve permanecer intacto, para permitir a flexibilidade de seu emprego após o contato com o inimigo. A execução deve ser descentralizada, mas deve ser mantido um controle suficiente para permitir o efetivo emprego dos fogos de apoio de longo alcance.

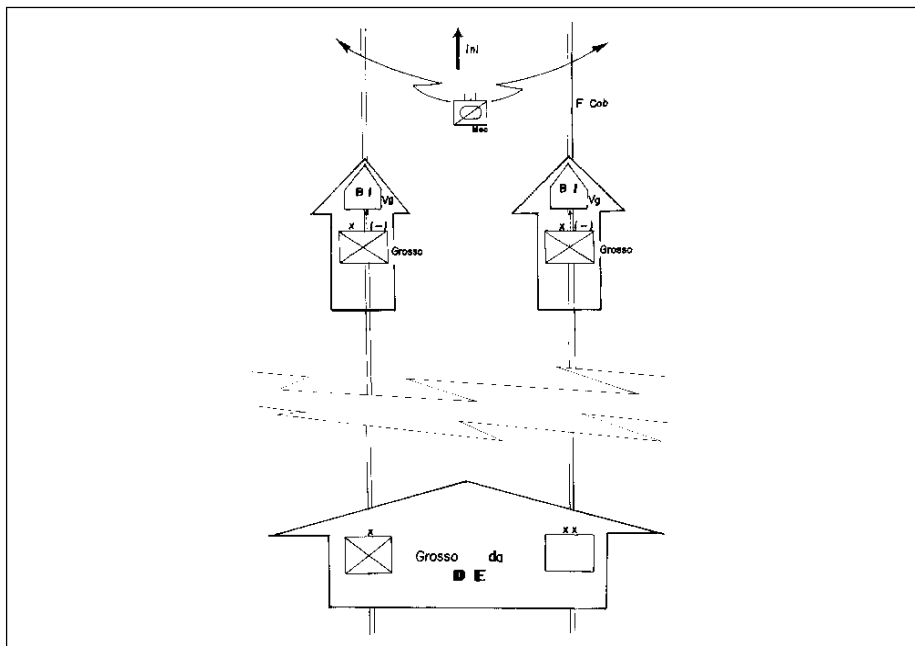



Fig 5-1. Marcha para o combate

b. A marcha para o combate é, normalmente, realizada em colunas múltiplas. O dispositivo é constituído por forças de segurança (forças de cobertura e de proteção) e pelo grosso. Os elementos subordinados empregam várias formações, conforme a situação tática o exija.

c. A composição, o valor e as ações da força de cobertura podem influenciar o curso das operações. A missão da força de cobertura é esclarecer a situação do inimigo e impedir o retardamento desnecessário do grosso. Suas ações podem incluir o ataque para destruir resistências inimigas, a conquista e manutenção de acidentes capitais do terreno ou as ações que objetivam iludir, retardar e desorganizar as forças inimigas. A força de cobertura é organizada para cumprir sua missão afastada do grosso. Deve ser constituída por elementos móveis e equilibrados. Normalmente, o controle é exercido pelo comandante geral da força que marcha para o combate. Entretanto, operações dispersas podem indicar a descentralização do controle para os comandantes de colunas.

d. Forças de proteção (vanguarda, flancoguarda e retaguarda) protegem o grosso contra a observação terrestre e os ataques de surpresa. A vanguarda, normalmente, provém do primeiro escalão do grosso, sendo empregada para assegurar-lhe um avanço ininterrupto, para protegê-lo de ataques de surpresa e para manter o contato com a força de cobertura. Normalmente, a vanguarda opera sob o controle do elemento de primeiro escalão do grosso e em ligação com a força de cobertura. A vanguarda é uma força de natureza essencialmente

ofensiva, enquanto que a flancoguarda e a retaguarda atuam, de modo geral, defensivamente.

e. As unidades do grosso são organizadas para o combate e colocadas em posições que lhes permitam o máximo de flexibilidade de emprego tanto durante o avanço como depois de estabelecido o contato.

5-5. RECONHECIMENTO EM FORÇA

a. O reconhecimento em força é uma operação de objetivo limitado, executada por uma força ponderável, com a finalidade de revelar e testar o dispositivo e o valor do inimigo ou obter outras informações.

b. O reconhecimento em força permite, normalmente, a obtenção de informes, de maneira mais rápida e pormenorizada do que outros tipos de reconhecimento. O comandante que conduz tal operação, com a finalidade precípua de obter informações, deve estar preparado para explorar, prontamente, a descoberta de pontos fracos no dispositivo inimigo.

c. Se a situação do inimigo precisa ser esclarecida em uma larga frente, o reconhecimento em força deve ser realizado por meio de ações potentes, em pontos selecionados da frente. O poder da força empregada deve ser capaz de obrigar o inimigo a reagir de tal forma que venha a revelar sua localização, dispositivo e valor.

d. Quando decidida a realização de um reconhecimento em força, deve ser utilizada a combinação dos elementos de cavalaria (carros de combate) e de infantaria, preferencialmente formando forças-tarefas, apoiados por artilharia, engenharia e meios aéreos.

5-6. ATAQUE

a. A finalidade do ataque é derrotar, destruir ou neutralizar o inimigo. A diferença entre os tipos de ataque reside no tempo disponível para planejamento, coordenação e preparação antes da execução — em outras palavras, na quantidade de tempo à disposição do comandante para essas atividades.

b. Ataque de oportunidade

(1) O ataque de oportunidade pode ser executado na seqüência de um combate de encontro ou de uma defesa com sucesso. Caracteriza-se por trocar tempo de planejamento por rapidez de ação. A fim de manter a impulsão ou reter a iniciativa, é dedicado um tempo mínimo para o planejamento e preparação e as forças destinadas ao ataque são aquelas que estão imediatamente disponíveis. O ataque de oportunidade procura tirar partido da falta de preparação do inimigo e envolve audácia, surpresa e rapidez para alcançar o sucesso antes que o inimigo tenha tempo para melhorar sua defesa. Se houver perda de impulsão, pode ser necessária a realização de um ataque coordenado.

(2) O princípio básico na conduta de um ataque de oportunidade é obter

e manter a iniciativa, por meio da qual o comandante pode, em seqüência, adotar a melhor forma de cumprir a missão.

(3) O ataque de oportunidade caracteriza-se pela imediata expedição de ordens fragmentárias pelo comandante, destinadas aos elementos de manobra e apoio de fogo, privilegiando a rapidez, a iniciativa e a manutenção da impulsão. Caracteriza-se, também, pela atribuição de missões pela finalidade e pela necessidade de um perfeito entendimento da intenção do comandante.

(4) Apesar de ser passível de execução por forças de qualquer natureza, as forças blindadas e mecanizadas são as mais aptas para realizar este tipo de ataque. Normalmente, é executado nos escalões brigada e inferiores.

(5) O ataque de oportunidade deverá ser realizado quando o comandante, após esclarecer a situação e analisar os fatores da decisão, concluir sobre a viabilidade de realizar um ataque imediato, sem perda da impulsão, desdobrando a força como um todo, com a finalidade de aproveitar oportunidade vantajosa oferecida pela situação.

(6) Quando, após a análise dos fatores de decisão, o comandante concluir que necessita de mais tempo para esclarecer a situação e se organizar para o combate, poderá optar por um ataque coordenado.

c. Ataque coordenado

(1) O ataque coordenado caracteriza-se pelo emprego coordenado da manobra e da potência de fogo para cerrar sobre as forças inimigas e destruí-las ou neutralizá-las. É empregado contra posições defensivas inimigas, necessitando de apoio aéreo.

(2) Um ataque coordenado é uma operação planejada que pode ser precedida por uma marcha para o combate, por um reconhecimento em força ou por um ataque de oportunidade, exigindo um estudo de situação completo e minucioso.

(3) A realização de um ataque coordenado requer tempo suficiente para permitir o planejamento, o reconhecimento e a conseqüente avaliação tática.

(4) Maiores detalhes de execução são encontrados nos Art III e VI deste capítulo.

5-7. APROVEITAMENTO DO ÊXITO

a. O aproveitamento do êxito é a operação que se segue a um ataque bem sucedido e que, normalmente, tem início quando a força inimiga se encontra em dificuldades para manter suas posições. Caracteriza-se por um avanço contínuo e rápido das forças amigas, com a finalidade de ampliar ao máximo as vantagens obtidas no ataque e anular a capacidade do inimigo de reorganizar-se ou realizar um movimento retrógrado ordenado.

b. Das operações ofensivas, o aproveitamento do êxito é a que obtém resultados mais decisivos. Permite a destruição do inimigo e de seus recursos com um mínimo de perdas para o atacante. O seu efeito psicológico cria confusão e apreensão nas forças inimigas, reduzindo sua capacidade de reação.

c. O planejamento para o aproveitamento do êxito deve proporcionar um avanço contínuo e rápido, prever adequado apoio de fogo e eficiente apoio logístico, e selecionar objetivos profundos na retaguarda do inimigo. Devem ser feitas prescrições para o reagrupamento dos elementos subordinados, enquanto outros elementos continuam o avanço. O reconhecimento aéreo e os elementos de segurança devem ser empregados na busca de informes.

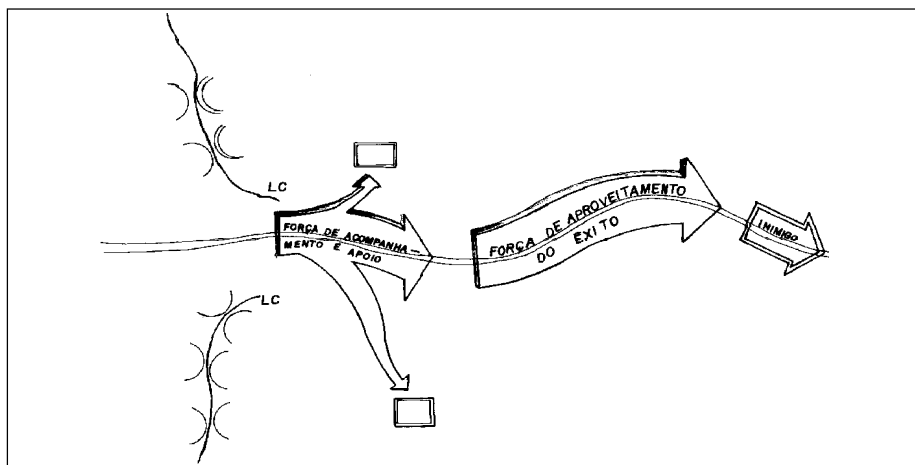



Fig 5-2. Aproveitamento do êxito

d. As missões das forças de aproveitamento do êxito incluem a conquista de objetivos profundos para cortar as vias de fuga do inimigo e desorganizar suas instalações de comando e de controle e a própria destruição da força inimiga. A missão atribuída ao comandante de uma força de aproveitamento do êxito deve ser suficientemente flexível para permitir que sejam exploradas as oportunidades de desorganizar e destruir o inimigo.

e. A oportunidade para o aproveitamento do êxito pode ser indicada pelo aumento do número de prisioneiros capturados e do material abandonado; pela ultrapassagem de posições de artilharia, de instalações de comando, de comunicações e de depósitos de suprimento do inimigo. Uma vez iniciado, o aproveitamento do êxito deve ser executado ininterruptamente, sem conceder ao inimigo qualquer alívio da pressão ofensiva, até a conquista do objetivo final.

f. As forças de aproveitamento do êxito devem possuir velocidade, grande poder de combate e, sempre que possível, avançar em larga frente. Carros de combate, infantaria blindada e cavalaria mecanizada constituem, normalmente, o escalão avançado de uma força de aproveitamento do êxito. O segundo escalão assegura a flexibilidade, a impulsão e a segurança da operação. Forças aeromóveis e aeroterrestres podem ser empregadas na conquista de objetivos críticos para o avanço e para interromper as vias de retirada do inimigo. As incursões rápidas, os ataques e os desbordamentos realizados por forças terrestres e aeromóveis retardam e impedem a reorgani-

zação inimiga. As ações são caracterizadas pela audácia, pelo combate continuado, pela pronta utilização da potência de fogo disponível e pelo emprego rápido e sem hesitação das unidades em segundo escalão.

g. Os esforços de reconhecimento são intensificados no aproveitamento do êxito. A rápida obtenção de informes sobre as atividades e o valor do inimigo, conjugados com os informes sobre o terreno, auxiliam o comandante a tomar as decisões sobre desbordar pequenas resistências inimigas ou modificar o esquema de manobra.

h. O comandante da força de aproveitamento do êxito deve estar alerta para impedir o fracionamento do poder de combate na obtenção de pequenos sucessos locais ou na redução de pequenas forças inimigas. A finalidade é atingir o objetivo com o máximo de poder de combate, tão rápido quanto possível. O controle é essencial para impedir o desdobramento demasiadamente extenso das forças de aproveitamento do êxito, particularmente quando o inimigo for capaz de reagrupar-se rapidamente e constituir-se em séria ameaça. Os fogos disponíveis são empregados para destruir as forças inimigas que não possam ser ultrapassadas ou contidas.

i. A eficiência da operação pode ser aumentada pelo emprego de forças com a missão de seguir e apoiar a força designada para realizar o aproveitamento do êxito. A força de acompanhamento e apoio assume as tarefas que possam retardar o avanço da força de aproveitamento do êxito, tais como: evitar que o inimigo feche as brechas na penetração, manter acidentes capitais conquistados durante o ataque; manter livres as vias de comunicações e de suprimento; destruir resistências inimigas ultrapassadas e substituir elementos da força de aproveitamento do êxito que estejam contendo resistências inimigas desbordadas.

j. Normalmente, a força de acompanhamento e apoio não se subordina à força de aproveitamento do êxito. As relações de comando são semelhantes àquelas do apoio direto de uma unidade de apoio ao combate a outra de combate. Entretanto, elementos da força de acompanhamento e apoio podem reforçar a força de aproveitamento do êxito a fim de, em determinadas situações, assegurar a unidade de comando. As ligações entre os elementos das duas forças devem ser mantidas em todos os escalões. As unidades empregadas como força de acompanhamento e apoio, sempre que possível, devem possuir ou serem providas do mesmo grau de mobilidade da força de aproveitamento do êxito.

5-8. PERSEGUIÇÃO

a. A perseguição é a operação destinada a cercar e a destruir uma força inimiga que tenta fugir. Ocorre, normalmente, logo em seguida ao aproveitamento do êxito e difere deste por sua finalidade principal, que é a de completar a destruição da força inimiga que está em processo de desengajamento ou que tenta fugir. Embora um objetivo no terreno possa ser designado, a força inimiga

é o seu objetivo principal. Quando o inimigo apresenta indícios de desmoralização e suas forças desintegram-se sob pressão ininterrupta, o aproveitamento do êxito pode transformar-se em perseguição. A perseguição pode também ocorrer em qualquer operação em que o inimigo tenha perdido a capacidade de operar eficientemente e tente desengajar-se do combate. Na perseguição, o inimigo perde sua capacidade de influenciar a situação e age de acordo com as ações da força perseguidora.

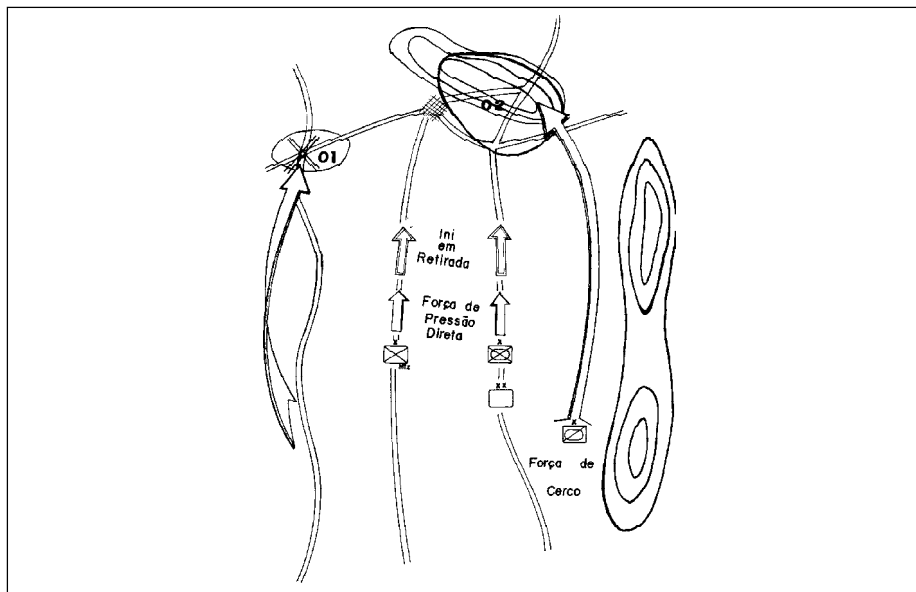



Fig 5-3. Perseguição

b. Na execução da perseguição, a força de pressão direta é empregada contra as forças inimigas que se retiram, devendo ser mantida permanentemente. Enquanto isso, a força de cerco corta-lhes as vias de retirada. O duplo desbordamento da força principal inimiga que se retira é executado quando as condições o permitirem. No cerco às forças inimigas, elementos aeromóveis e aeroterrestres devem ser empregados ao máximo.

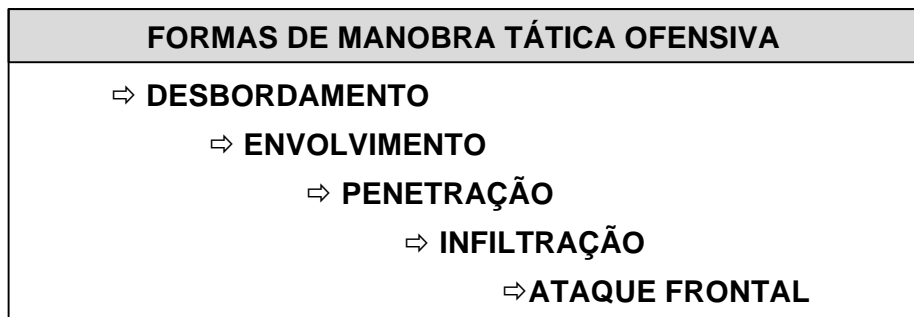
c. Uma vez ordenada a perseguição, o comandante impulsiona suas forças com todos os meios disponíveis para manter a continuidade da operação. Isto exige que as tropas e o equipamento sejam utilizados até o limite de sua capacidade de resistência, tanto de dia como à noite. O comandante localiza-se bem à frente, para manter o ímpeto do avanço. A força aerotática inflige o máximo de danos ao inimigo em retirada, concentrando-se sobre os pontos críticos ao longo das suas vias de retirada, sobre as colunas que se retiram e sobre as suas reservas. Contramedidas eletrônicas são empregadas para confundir o inimigo, para impedi-lo de utilizar suas redes de comando e controle e para prejudicar suas tentativas de reorganização. A continuidade do apoio logístico é vital para o sucesso da operação.

ARTIGO III

FORMAS DE MANOBRA TÁTICA OFENSIVA

5-9. GENERALIDADES

Nas operações ofensivas, as forças atacantes manobram para obter uma vantagem sobre o inimigo, para cerrar sobre ele e para destrui-lo. O comandante pode empregar cinco formas de manobra tática nas operações ofensivas: desbordamento, envolvimento, penetração, infiltração e ataque frontal.

FORMAS DE MANOBRA TÁTICA OFENSIVA
⇨ DESBORDAMENTO
⇨ ENVOLVIMENTO
⇨ PENETRAÇÃO
⇨ INFILTRAÇÃO
⇨ATAQUE FRONTAL

5-10. DESBORDAMENTO

a. Em um desbordamento, o ataque principal ou de desbordamento é dirigido para a conquista de um objetivo à retaguarda do inimigo ou sobre seu flanco, evitando sua principal posição defensiva, cortando seus itinerários de fuga e sujeitando-o ao risco da destruição na própria posição. O desbordamento é executado sobre um flanco vulnerável do inimigo, a fim de evitar o engajamento decisivo com a sua principal força defensiva. Um ou mais ataques secundários fixam o inimigo para impedir seu retraimento e para reduzir sua possibilidade de reagir contra o ataque principal, forçando-o a combater simultaneamente em duas direções. O(s) ataque(s) secundário(s), sempre que possível, deve(m) iludir o inimigo quanto à localização ou à existência do ataque principal.

b. O sucesso do desbordamento depende da surpresa, da mobilidade e da capacidade do(s) ataque(s) secundário(s) para fixar o inimigo. Os meios aéreos são de particular valor para aumentar a mobilidade da força de desbordamento, fornecendo condições para o assalto aeroterrestre ou para o assalto aeromóvel, a fim de facilitar a conquista rápida dos objetivos de desbordamento. Operações desta natureza, em larga escala, podem, na verdade, caracterizar um desbordamento vertical. Quando a situação permitir a escolha da forma de manobra tática, o desbordamento é normalmente preferido à penetração, uma vez que oferece melhor oportunidade para a aplicação do poder de combate com o máximo de vantagens.

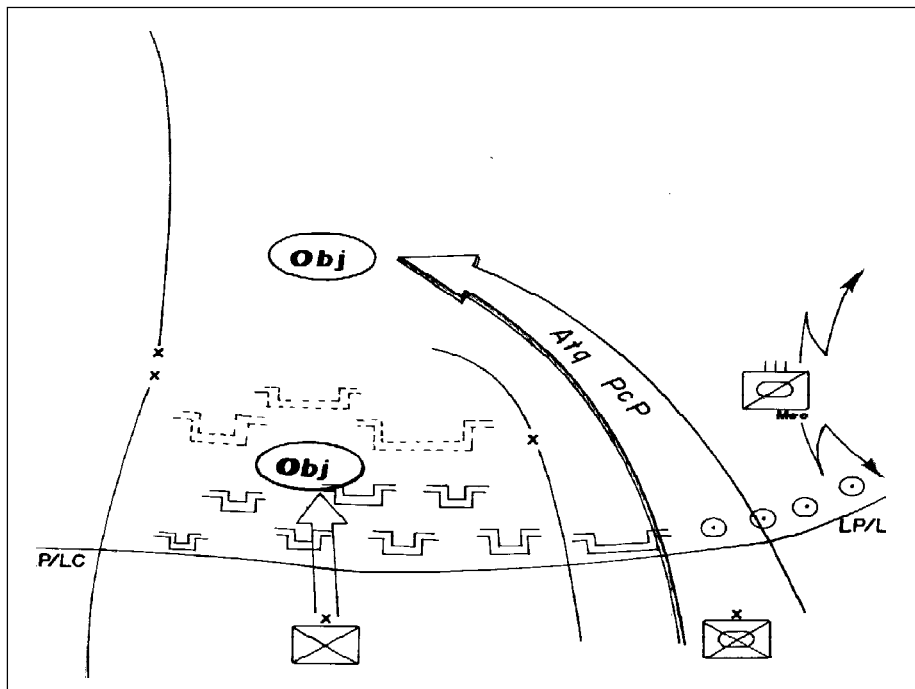



Fig 5-4. Desbordamento

c. Uma variante do desbordamento é o duplo desbordamento, onde o ataque procura contornar simultaneamente ambos os flancos do inimigo. Exige uma grande superioridade do poder de combate e de mobilidade e é difícil de ser controlado. A deficiência, em qualquer um desses fatores, pode submeter a força atacante à derrota por partes. A força que executa um duplo desbordamento deve ser capaz de se desdobrar em uma larga frente, contra um inimigo que esteja em uma frente mais estreita, ou que tenha limitada mobilidade.

d. Quando o desbordamento é executado com êxito, configura-se o cerco aproximado. A manobra de cerco caracteriza-se pela conquista e manutenção de regiões que cortam as principais vias de comunicações terrestres por onde o inimigo possa retirar meios ponderáveis ou carrear novos recursos, em tropa ou suprimentos. No cerco aproximado, o espaço de manobra deixado ao inimigo é tão reduzido que, freqüentemente, ele perde a capacidade de reorganizar seus meios e, em conseqüência, de reagir. Esta manobra oferece a melhor possibilidade para a fixação do inimigo na posição e permite sua captura ou destruição. O cerco aproximado é uma manobra de difícil execução, porque requer da força executante uma superioridade numérica e uma mobilidade muito acima do normal. Esta preponderância de forças e maior mobilidade ampliam a ação de surpresa dos elementos que realizam o cerco. O emprego de forças aeroterrestres e aeromóveis aumenta a possibilidade de

sucesso nessa forma de manobra tática. Na execução de um cerco é preferível a ocupação de toda a linha de cerco simultaneamente; entretanto, se isso não for possível, as melhores vias de fuga são ocupadas inicialmente. O cerco aproximado é largamente empregado no escalão exército de campanha.

5-11. ENVOLVIMENTO

a. No envolvimento, a força atacante contorna, por terra e/ou pelo ar, a principal força inimiga, para conquistar objetivos profundos em sua retaguarda, forçando-a a abandonar sua posição ou a deslocar forças poderosas para fazer face à ameaça envolvente. O inimigo é, então, destruido em local e em ocasião de escolha do atacante.

b. O envolvimento difere do desbordamento por não ser dirigido para destruir o inimigo em sua posição defensiva. A força envolvente fica normalmente fora da distância de apoio de qualquer outra força terrestre atacante, devendo ter mobilidade e poder de combate suficientes para executar operações independentes. Os meios aéreos são particularmente aptos para a realização do movimento envolvente e do apoio inicial a esta manobra. Uma mobilidade superior à do inimigo, bem como o sigilo e a dissimulação, aumentam a possibilidade de êxito na realização de um envolvimento.

c. Quando o envolvimento é executado com êxito, configura-se o cerco afastado. Nesta modalidade de cerco, deixa-se considerável espaço de manobra para o inimigo. Normalmente, torna-se necessária a realização de ações complementares para a sua destruição. Tal qual o cerco aproximado, o cerco afastado é largamente empregado no escalão exército de campanha.

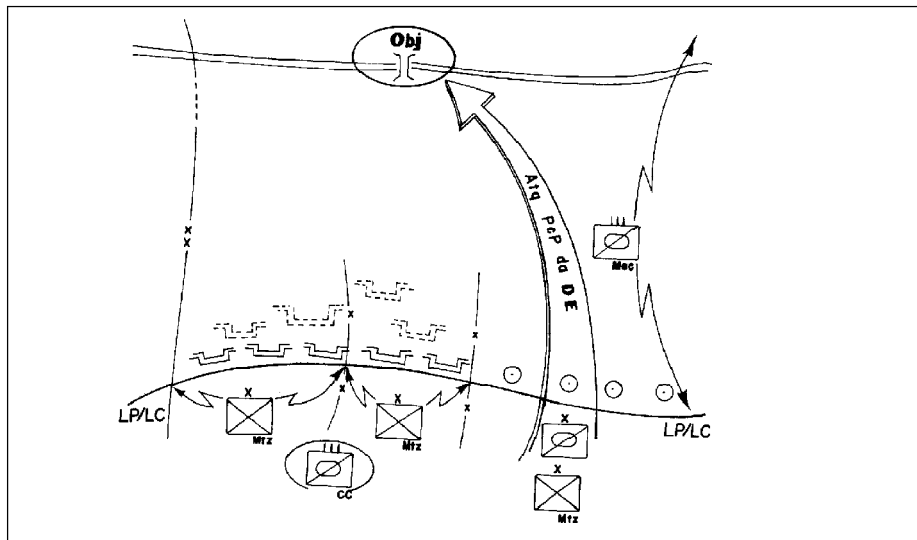



Fig 5-5. Envolvimento

5-12. PENETRAÇÃO

a. Na penetração, a força atacante passa através da posição defensiva do inimigo. A finalidade da manobra é romper o dispositivo do adversário, dividi-lo e derrotá-lo por partes. Uma penetração, para ser bem sucedida, exige a concentração de forças superiores no local selecionado para romper a defesa do adversário.

b. A penetração é indicada quando os flancos do inimigo são inacessíveis, quando ele está em larga frente, quando o terreno e a observação são favoráveis e quando se dispõe de forte apoio de fogo. Se houver flagrante superioridade no poder de combate, uma múltipla penetração pode ser realizada. Em tal caso, as forças atacantes podem convergir para um objetivo único e profundo ou conquistar objetivos independentes. Quando for impraticável prosseguir com mais de uma penetração, a que apresentar maior possibilidade de sucesso deve ser explorada. Depois do rompimento da posição avançada inimiga, forças são empregadas para alargar a brecha, destruir as guarnições de defesa e aproveitar o êxito por meio da conquista de objetivos vitais na retaguarda inimiga.

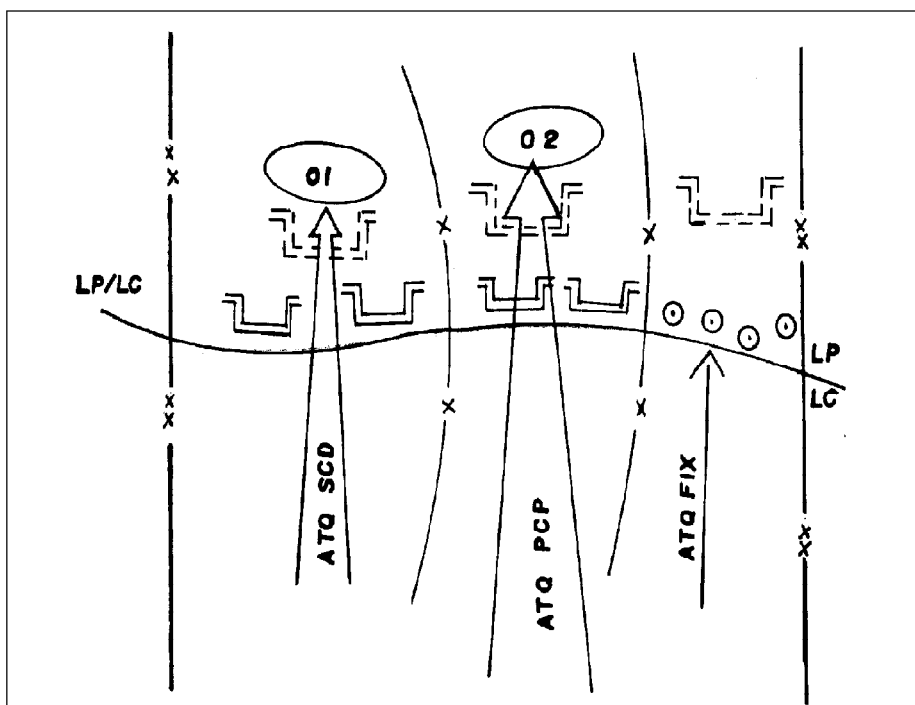



Fig 5-6. Penetração

5-13. INFILTRAÇÃO

a. A infiltração é uma forma de manobra tática ofensiva na qual procura-se desdobrar uma força à retaguarda de uma posição inimiga, por meio de um deslocamento dissimulado, com a finalidade de cumprir uma missão que contribua diretamente para o sucesso da manobra do escalão que enquadra a força que se infiltra.

b. O combate atual, caracterizado pela não linearidade do campo de batalha, pela ênfase na destruição da força inimiga em detrimento da conquista do terreno, executado em profundidade, com velocidade e de forma continuada, priorizando as manobras envolventes e desbordantes contra os flancos ou retaguarda do inimigo, possibilitou o surgimento de uma nova oportunidade para o emprego da Infantaria.

c. A infiltração é utilizada, normalmente, em conjunto com outras formas de manobra, desde o escalão brigada até os escalões inferiores. Em princípio, a Brigada de Infantaria Motorizada e a Brigada de Infantaria Leve realizarão a infiltração com parte de suas peças de manobra, empregando as demais na execução de outra forma de manobra.

d. O escalão mais adequado para a realização da infiltração é o Batalhão de Infantaria ou escalões menores. Esta unidade infiltrará seu efetivo em pequenos grupos, a pé, por via aérea (preferencialmente por helicópteros) ou por embarcações. Após realizar a infiltração desses pequenos grupos, reunirá suas peças de manobra em pontos preestabelecidos, reorganizando-se para o cumprimento de sua missão na retaguarda do inimigo.

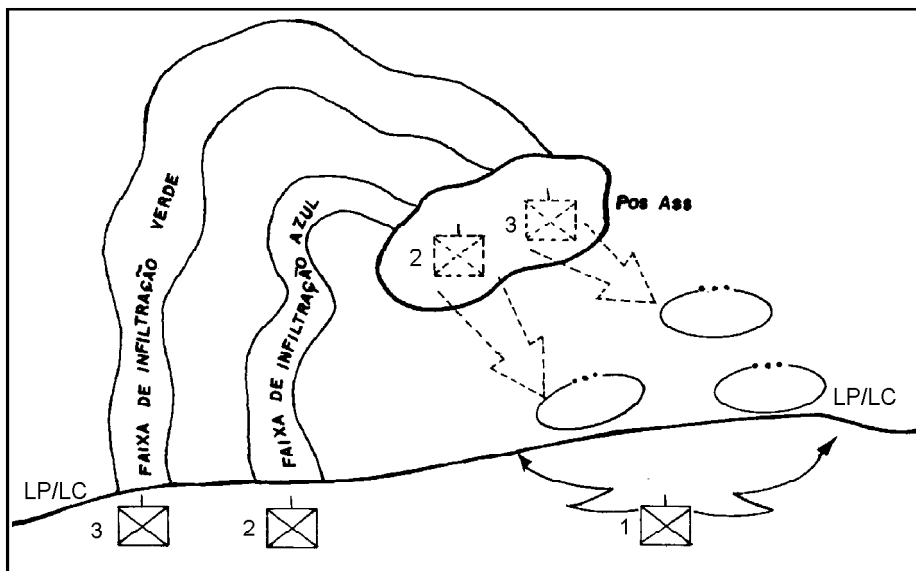



Fig 5-7. Infiltração

e. Uma infiltração bem planejada e conduzida pode, freqüentemente, permitir a colocação de uma força com certo poder de combate na retaguarda do inimigo, sem que este se aperceba do movimento. Para a execução da infiltração é fundamental a obtenção da surpresa.

f. Embora a infiltração possa ser empregada nas operações defensivas, ela é normalmente realizada em operações ofensivas, apoiando a ação principal e direcionada para:

(1) Atacar posições sumariamente organizadas;

(2) Atacar pontos fortes no flanco ou retaguarda do dispositivo inimigo;

(3) Ocupar posições importantes que contribuam para a ação principal;

(4) Conquistar terreno decisivo para o contexto geral da operação;

(5) Conduzir operações de inquietação e desgaste na área de retaguarda do inimigo.

g. Os objetivos a serem atribuídos a uma força que se infiltra devem contribuir diretamente para o cumprimento da missão do escalão superior, sem dispersar desnecessariamente o poder de combate. A brigada, ou suas peças de manobra, podem receber como objetivos subseqüentes à infiltração a conquista de pontos cujo controle restrinja o movimento das reservas inimigas ou isole suas posições defensivas, a conquista de posições defensivas em profundidade ou nos flancos do dispositivo inimigo, a destruição de postos de comando, centros de comunicações, áreas ou instalações logísticas, eixos de comunicações ou de suprimento e posições do sistema de apoio de fogo do inimigo.

h. A infiltração será facilitada quando realizada em terreno que limite a observação e a vigilância do inimigo sobre as vias de acesso. Zonas arborizadas, pântanos e terrenos difíceis para a progressão são áreas adequadas à infiltração terrestre. Evitando as melhores vias de acesso, a força que se infiltra terá maiores possibilidades de sucesso.

i. O planejamento de uma operação de infiltração deverá prever a utilização de ações de dissimulação e um cuidadoso posicionamento das peças de manobra e meios de apoio de fogo, além de atentar para os efeitos dos fogos de apoio à infiltração. Todo o cuidado deve ser tomado para não alertar o inimigo sobre as intenções da força que se infiltrará. Deve-se prever, também, medidas que assegurem o apoio e o resgate da força infiltrada, sua junção com outras forças e o prosseguimento das operações.

j. Para uma operação de infiltração, além das normalmente adotadas, devem ser previstas medidas de coordenação especiais como faixas de infiltração, número código e seqüência de infiltração para os pequenos grupos que se infiltrarão, pontos e linhas de controle e zonas de reunião.

l. A profundidade em que uma força que se infiltra irá atuar na retaguarda do inimigo será função das possibilidades e do alcance do apoio de fogo da artilharia de campanha, dos meios de guerra eletrônica disponíveis, do tempo necessário para realizar a infiltração e reunião das forças e dos meios a serem utilizados para o deslocamento.

m. A infiltração através de uma força inimiga alertada e dispondo de equipamentos para detecção do movimento exigirá o emprego cuidadoso de medidas de dissimulação, contramedidas eletrônicas e medidas passivas de segurança.

n. O desencadeamento de uma operação de infiltração requer rigorosa sincronização das ações de todos os escalões presentes no campo de batalha. É uma operação de difícil realização, exigindo medidas eficientes de coordenação e controle, e uma vez desencadeada será muito difícil introduzir-se modificações no planejamento inicial.

5-14. ATAQUE FRONTAL

O ataque frontal é uma forma de manobra tática ofensiva que consiste em um ataque incidindo ao longo de toda a frente, com a mesma intensidade, sem que isto implique o emprego de todos os elementos em linha: aplica-se um poder de combate esmagador sobre um inimigo consideravelmente mais fraco ou desorganizado, para destruí-lo ou capturá-lo, ou para fixá-lo numa ação secundária.

ARTIGO IV

PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DO ATAQUE

5-15. PLANEJAMENTO

a. O planejamento de qualquer operação, ofensiva ou defensiva, é iniciado, normalmente, com o recebimento da missão, cuja análise permite o levantamento das ações táticas a serem conduzidas pelo escalão considerado.

b. A missão é o farol que orienta o estudo de situação realizado pelo comandante e pelo seu estado-maior. O seu enunciado pode determinar a conquista de uma área ou, ainda, a destruição de uma força inimiga.

c. Os efeitos do terreno sobre a operação, a situação do inimigo e das forças amigas e o poder relativo de combate, avaliados à luz da missão, permitem o levantamento das linhas de ação, por parte do escalão considerado.

d. Os esquemas de manobra correspondentes às linhas de ação formuladas são elaborados, inicialmente, de forma bastante genérica; no decurso do estudo de situação, entretanto, a análise de seus prováveis efeitos, ante a concretização das possibilidades do inimigo, permite aperfeiçoá-los, além de estabelecer-lhes parâmetros para posterior comparação. Nessa oportunidade, são discriminados, detalhadamente, os grupamentos de forças a serem compostos, determinados os objetivos, outras medidas de coordenação e controle, além dos fogos a realizar e dos apoios ao combate e logístico necessários.

e. Os meios disponíveis raramente permitem que todas as forças, atacantes e em reserva, recebam um poder de combate de igual valor.

Normalmente, deve-se realizar um ataque principal e um ou mais ataques secundários. O ataque previsto para produzir os resultados mais decisivos e que tem a maior probabilidade de sucesso é designado como ataque principal, que deve receber a preponderância de forças e de apoio. Os ataques secundários, empregados no sentido de favorecer o êxito do ataque principal, recebem apenas os meios necessários e suficientes.

f. Uma parte do poder de combate deve ser mantida em reserva, a fim de ser empregada em local e momento decisivos para obter uma decisão favorável. A reserva é empregada para aproveitar o êxito do ataque, para manter a sua impulsão ou para proporcionar segurança, constituindo-se num dos principais meios com que conta o comandante para influir na ação, uma vez iniciada a operação. O valor e a composição da reserva variam com: o tipo de operação ofensiva a ser conduzida; a missão prevista; os meios disponíveis; a forma de manobra tática ofensiva adotada; as características da área de operações; as possíveis reações do inimigo; e o grau de conhecimento da situação por parte do comandante e de seu estado-maior. Quando a situação é relativamente clara e as possibilidades do inimigo são limitadas, a reserva pode constituir-se de uma pequena fração da força. Quando a situação é obscura, a reserva pode constituir-se, inicialmente, do grosso da unidade, preparada para o emprego em qualquer local. Embora a reserva deva ser de valor suficiente para obter uma decisão quando empregada, as forças que lhe são atribuídas não devem enfraquecer demasiadamente o ataque principal. A reserva deve receber adequado apoio ao combate, inclusive os transportes necessários, tanto terrestres como aéreos, para dispor da mobilidade desejada. Uma vez empregada, uma nova reserva deve ser constituída o mais cedo possível.

g. Os planos de apoio de fogo devem prever o emprego da totalidade dos fogos disponíveis, orgânicos ou não. Deve também ser previsto o adequado apoio de fogo à reserva quando empregada. Uma consideração importante diz respeito à exigência ou não de uma preparação. Tal decisão baseia-se no conhecimento do dispositivo inimigo, na munição disponível e no tocante aos resultados previstos, levando-se em conta a perda da surpresa.

h. Os planos de ataque incluem medidas de coordenação e controle para os vários tipos de operações. No mínimo, devem ser fixados os objetivos, o ponto ou a linha de partida e a hora do ataque. As medidas complementares podem incluir a designação de zonas de ação, limites e eixos de progressão, direções de ataque e linhas ou pontos de controle. Devem ser evitadas restrições exageradas à liberdade de ação dos comandantes subordinados, embora o comando superior deva manter o controle adequado para assegurar a coordenação de esforços.

i. O tempo não é apenas um recurso cuja disponibilidade ou escassez condiciona a execução de planos, a transmissão de ordens, a realização de reconhecimentos e os deslocamentos de tropas. Durante a batalha, a sincronização da manobra com o apoio ao combate transforma-se num verdadeiro multiplicador do poder relativo de combate, no local e no momento desejados.

Indubitavelmente, o inimigo terá muito maior dificuldade em resistir ao ataque se tiver que enfrentar, simultaneamente, o ataque terrestre e aéreo, os fogos diretos e indiretos, a interferência eletrônica em suas redes de comando, a contrabateria, um assalto aeromóvel em suas instalações logísticas e de comando, bombardeio por lançadores múltiplos, incursões de comandos em sua retaguarda e outras ações. A simultaneidade dessas ações pode levar o inimigo ao colapso em curto prazo, pois a soma dos efeitos será maior do que se as ações fossem sucessivas.

5-16. EXECUÇÃO

a. O ataque caracteriza-se pelo fogo e pelo movimento, combinados e controlados, originando uma preponderância de poder de combate de tal ordem que permita uma progressão rápida e agressiva, coroada por um assalto violento sobre os objetivos impostos.

b. Uma vez desencadeado o ataque, a flexibilidade e a mobilidade são considerações primordiais no emprego do poder de combate. O ataque caracteriza-se por uma série de rápidos avanços e assaltos, até que seja conquistado o objetivo final. O ataque deve ser executado vigorosamente, e todas as condições favoráveis devem ser exploradas. Se o avanço é lento, o esforço do ataque deve ser rapidamente mudado para outra parte da zona de ação que ofereça uma maior oportunidade para o sucesso. O ataque deve manter uma impulsão contínua e não deve ser retardado para preservar o alinhamento das forças ou para manter uma íntima concordância com o plano de ataque preconcebido. A impulsão do ataque é mantida:

(1) Pelo emprego oportuno e sincronizado de reservas, transporte aéreo de elementos de combate, reorganização das forças nos objetivos intermediários, fornecimento adequado de apoio ao combate e apoio logístico ou por uma combinação desses métodos. Em algumas circunstâncias, o emprego de uma parte da reserva pode ser suficiente para se obter o efeito desejado;

(2) Pelo avanço, tão rápido quanto possível dos escalões de ataque para seus objetivos. As resistências inimigas devem ser ultrapassadas, a menos que possam ser rapidamente sobrepujadas, ou sejam tão fortes que interfiram no cumprimento da missão;

(3) Pelo oportuno deslocamento dos elementos de apoio de fogo e estabelecimento de planos para os fogos de apoio ao prosseguimento do ataque, o que exige sincronização da manobra com o apoio de fogo desde as fases iniciais do planejamento;

(4) Pelo emprego de meios de engenharia adequados ao apoio à mobilidade das forças, em função das características da área de operações e da organização do terreno efetuada pelo inimigo;

(5) Pela modificação de plano logístico e execução de planos alternativos para prover o apoio necessário à continuidade das operações, incluindo o transporte aéreo de suprimento.

c. O comandante deve manter-se informado sobre a progressão do ataque, as reações do inimigo e a situação em que se encontram as unidades subordinadas, a fim de manobrar as forças mais eficientemente e empregar os fogos para a conquista de seus objetivos. Durante o ataque, o controle pode ser progressivamente descentralizado para os comandantes subordinados, a fim de permitir-lhes reagir mais rapidamente às mudanças de situação. Pelo conhecimento da situação e do conceito da operação do comandante superior, o comandante subordinado modifica ou complementa o plano de ataque.

d. Entre as áreas de resistência inimiga, as forças atacantes deslocam-se rapidamente pela terra e pelo ar. Quando é encontrada uma resistência, a primeira consideração do comandante é reduzi-la, acionando seus elementos de primeiro escalão, apoiados pelo fogo, para, rapidamente, sobrepujar e destruir o inimigo. Os escalões de ataque deslocam-se sob a proteção dos fogos de apoio e das cortinas de fumaça, até a distância de assalto à posição inimiga. Em um ataque rápido, violento e bem coordenado, a força de assalto destrói o inimigo pelo movimento, pelo fogo, pela ação de choque, ou por uma combinação desses, atuando preferencialmente sobre seu flanco ou retaguarda.

e. A segurança proporcionada ao ataque não deve prejudicar sua impulsão. Considerável grau de risco pode ser aceito, desde que os ganhos prováveis o justifiquem e o planejamento elaborado preveja alternativas para reduzi-lo ou neutralizá-lo. Planos e normas devem prescrever ações a serem executadas no caso de um contra-ataque inimigo. Os elementos inimigos ultrapassados devem ser fixados ou mantidos sob vigilância, até que sejam posteriormente eliminados. As forças de cobertura, as patrulhas, as flancoguardas, as reservas escalonadas e os fogos protegem os flancos expostos e os intervalos entre as forças. A proteção contra os ataques terrestres pode, freqüentemente, ser necessária para as unidades de apoio ao combate e de apoio logístico, quando as áreas de retaguarda dos escalões de ataque não tiverem sido limpas. Deve ser feito um mínimo de paradas no desenrolar das operações, pois elas permitem ao inimigo reorganizar-se e podem sacrificar a impulsão do ataque. A falha de não explorar incansavelmente uma vantagem obtida pode anular o sucesso inicial alcançado. Em princípio, o ataque deve prosseguir à noite, sem interrupção. Quando as forças necessitarem repousar ou receber suprimentos, devem ser substituídas por outras forças, descansadas ou em reserva, a fim de preservar o ímpeto do ataque. Para as forças autorizadas a interromper o ataque, as ordens devem incluir a hora e a área da interrupção, as missões e localização das unidades de apoio e as medidas de comando e de controle. Algumas forças podem ser desviadas para áreas afastadas, a fim de impedir o congestionamento durante a parada. As diferentes áreas devem ser escolhidas de forma a proporcionar cobertas, auxiliar a defesa, reduzir ao mínimo a vulnerabilidade aos ataques inimigos e facilitar a retomada do ataque. Nessas áreas, as medidas de proteção destinadas a reduzir sua vulnerabilidade são tomadas pelas próprias unidades.

f. Um mínimo de forças, fazendo o máximo emprego do apoio de fogo, mantém os objetivos conquistados. O restante da força prossegue no ataque

sem perda de tempo. Elementos de combate designados mantêm o contato e obtêm informes, com base nos quais o comandante planeja as ações futuras. A continuação do ataque com tropas descansadas, uma nova direção de ataque, ou o aproveitamento do êxito pela reserva, podem exigir uma operação de ultrapassagem.

g. Devem ser evitados horários estereotípados para a realização do ataque, principalmente, o ICMN.

ARTIGO V

OUTRAS AÇÕES OFENSIVAS

5-17. GENERALIDADES

a. Durante a execução de operações ofensivas, quaisquer que sejam seu tipo ou forma, é comum a realização de outras ações ofensivas que não caracterizam, necessariamente, novos tipos ou formas de operações ofensivas.

b. Essas ações ofensivas podem ocorrer em um ou mais tipos de operações ofensivas e podem, mesmo, representar parte importante em seu desenvolvimento.

5-18. COMBATE DE ENCONTRO

a. O combate de encontro é a ação que ocorre quando uma força em deslocamento, ainda não completamente desdobrada para a batalha, engaja-se com uma força inimiga, em movimento ou parada, sobre a qual dispõe de poucas informações.

b. Em AOC, com forças altamente móveis e dispersas lateralmente e em profundidade em amplos espaços, atuando primordialmente ao longo dos eixos rodoviários, os combates de encontro podem ocorrer freqüentemente, desde o nível brigada até o mais baixo escalão de comando.

c. No combate de encontro, o comandante da força que se desloca defronta-se, normalmente, com três linhas de ação:

(1) Procurar romper o contato e desbordar a força inimiga;

(2) Atacar diretamente partindo do dispositivo de marcha, tão logo as forças possam ser lançadas ao combate (ataque de oportunidade);

(3) Reconhecer e conter a força inimiga, retardando a ação decisiva até que o grosso de sua força possa ser empregado em um esforço coordenado, seja ofensiva, seja defensivamente (ataque coordenado ou defensiva).

d. O objetivo principal do comandante, no combate de encontro, é a obtenção e a manutenção da iniciativa. Sem a iniciativa ele poderá, apenas, reagir às ações inimigas. O sucesso no combate de encontro exige que o inimigo seja mantido em uma situação de desequilíbrio para as ações ofensivas.

e. O combate de encontro pode ocorrer, especialmente, nas operações de movimento, como a marcha para o combate e o aproveitamento do êxito.

5-19. INCURSÃO

a. A incursão é uma ação ofensiva, normalmente de pequena escala, compreendendo uma rápida penetração em área sob o controle inimigo, a fim de obter informações, confundi-lo ou destruir suas instalações. Não há idéia de conquista ou manutenção de terreno.

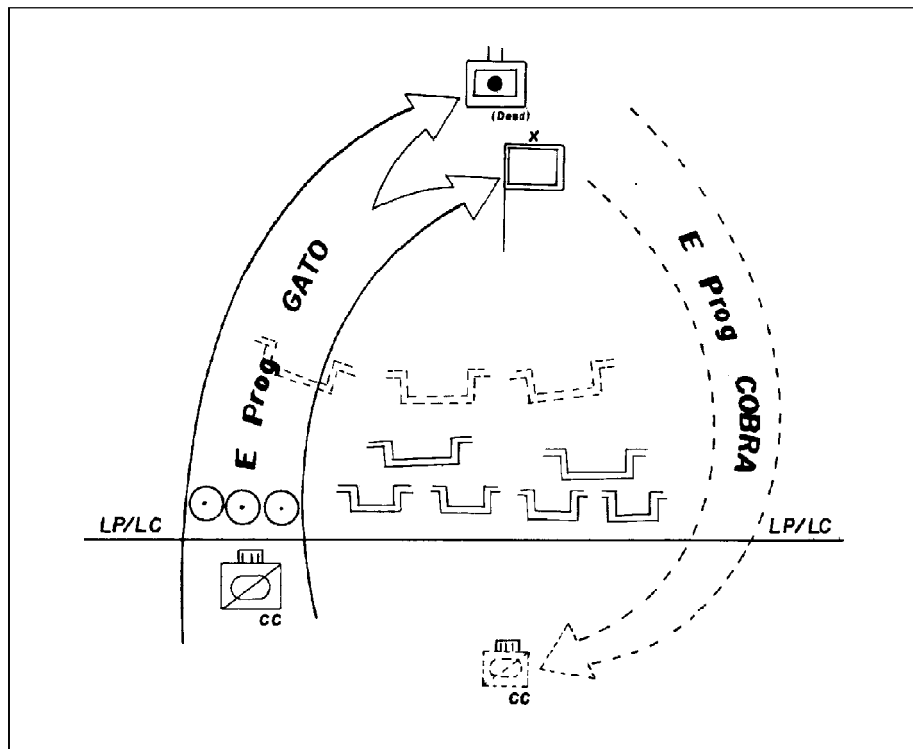



Fig 5-8. Incursão

b. A incursão termina com um retraimento planejado, após o cumprimento da missão.

c. A infiltração com o emprego de aeronaves capacita a força de incursão a atacar objetivos profundos. O retraimento de tal força pode ser realizado prontamente, também com a utilização de aeronaves.

d. A incursão ocorre em qualquer tipo de operação ofensiva, particularmente no ataque, no reconhecimento em força e no aproveitamento do êxito.

5-20. TÉCNICA DE DESBORDAMENTO

a. No desbordamento, como técnica de movimento, o comandante deliberadamente evita o combate ofensivo contra uma força, uma posição ou uma instalação inimiga. Ele se assemelha a um ataque de desbordamento, onde uma ação secundária fixa o inimigo, enquanto a força principal manobra em torno do mesmo. No desbordamento, como técnica de movimento, não se visa à destruição da força inimiga que foi desbordada, mas sim, a manter a impulsão do ataque. O desbordamento é realizado para evitar a dissipação ou a diluição do poder de combate em direções que não interessam ao cumprimento da missão. Ele é particularmente aplicável durante o aproveitamento do êxito, a perseguição ou outras operações ofensivas, quando as forças inimigas encontradas não comprometem o cumprimento da missão da força.

b. Um mínimo de tempo é necessário para esclarecer a situação e formular planos para acelerar a execução do desbordamento. Forças altamente móveis são particularmente aptas para esclarecer rápida e agressivamente a situação e para localizar possíveis eixos de desbordamento.

5-21. DISSIMULAÇÃO TÁTICA

a. As operações de dissimulação tática são empregadas para induzir o inimigo a levantar de forma incorreta ou incompleta o dispositivo das tropas amigas, suas possibilidades e intenções, de tal forma que reaja de uma maneira preestabelecida e específica, que lhe seja desvantajosa.

b. Ataques secundários, incursões, fintas, demonstrações e dissimulação eletrônica, desde que destinados a iludir ou enganar o inimigo, são algumas operações de dissimulação tática.

c. A dissimulação tática contribui para a segurança e para a surpresa e aumenta a probabilidade de sucesso da operação. Ela pode ser usada para compensar um poder relativo de combate desfavorável e permitir o emprego judicioso de homens, material e tempo.

d. O plano de dissimulação tática é parte integrante do planejamento operacional. Sua adoção é de tal ordem que, em caso de insucesso, não comprometa o conjunto da operação. A sua coordenação com o escalão superior, unidades vizinhas e subordinadas é essencial, a fim de que não comprometa outros planos de operações e de dissimulação.

e. A finta é uma ação em força com a finalidade de iludir o inimigo e desviar sua atenção do ataque principal. Normalmente, consiste de um ataque pouco profundo, de objetivo limitado, executado por pequena parte de uma força que realiza uma operação. Pode variar desde uma pequena incursão até um ataque secundário de considerável valor. As fintas destinam-se a obrigar o inimigo a reagir de um modo predeterminado. O atacante pode pretender que o inimigo reaja fisicamente, pode desejar desviar sua atenção e pode querer confundi-lo ou obrigá-lo a reavaliar as possibilidades e intenções do atacante.

f. A demonstração é uma operação de força em uma área onde a decisão não está sendo procurada. Difere de uma finta porque não há avanço contra o inimigo. As forças de demonstração empregam fogos, fumaça e outros artifícios, com a finalidade de iludir o inimigo quanto às possibilidades das forças amigas. As demonstrações são particularmente eficientes quando o inimigo e as forças de demonstração estão separados por um obstáculo.

ARTIGO VI

ATAQUE NOTURNO E SOB CONDIÇÕES DE VISIBILIDADE LIMITADA

5-22. GENERALIDADES

a. A moderna tecnologia explora largamente a utilização de equipamentos de visão noturna, que modificam, substancialmente, determinadas características peculiares ao combate noturno. O desequilíbrio em favor de um dos contendores, no emprego judicioso desses meios visuais e de orientação, durante as operações noturnas, pode ser decisivo no resultado final da batalha.

b. O combate noturno é inerente a todas as operações e oferece excelentes oportunidades para a dissimulação e a surpresa. Ele contribui para o sucesso, particularmente quando as operações durante o dia são impraticáveis, e também quando a superioridade aérea local torna-se difícil de obter. A pressão contínua, aplicada dia e noite, especialmente contra um inimigo enfraquecido, apressa a decisão, e um sistemático e implacável aproveitamento do êxito nega ao inimigo o tempo necessário para reorganizar-se, acelerando a sua destruição.

c. Ao ataque noturno aplicam-se as mesmas considerações sobre o planejamento, a preparação e a conduta previstos para o ataque diurno. As mesmas formas de manobra tática ofensiva dos ataques diurnos são empregadas; no entanto, quando a tropa não dispuser de equipamentos de visão noturna, os planos são menos flexíveis.

d. O sigilo é imprescindível na fase dos preparativos para o ataque. O reconhecimento, os ruídos e as luzes são cuidadosamente controlados. As medidas de dissimulação incluem os sons para encobrir o movimento de veículos. Tais medidas auxiliam a obtenção da surpresa a ser conseguida pelo ataque noturno. O silêncio rádio é mantido durante o maior tempo possível.

e. A decisão de realizar um ataque noturno é tomada com suficiente antecedência para permitir o reconhecimento diurno, possibilitar o planejamento detalhado e proporcionar a coordenação necessária. É habitual o uso de ordens preparatórias e fragmentárias durante o planejamento. Ataques diurnos em execução não devem ser interrompidos com a chegada da noite.

f. O ataque noturno previsto para conquistar terreno favorável para um ataque diurno posterior é normalmente executado durante as horas finais de escuridão, a fim de reduzir ao mínimo o tempo disponível para o inimigo

interferir na ação subseqüente. A infiltração pode também ser empregada durante o período de escuridão.

g. Quando as condições o permitirem, o ataque noturno deve prevalecer sobre o diurno.

5-23. ILUMINAÇÃO DO CAMPO DE BATALHA

a. A decisão de realizar um ataque iluminado é tomada em função do valor do inimigo, do grau de preparação de suas posições, de suas medidas de segurança, do terreno, das condições de luminosidade (principalmente a fase da lua) e dos meios disponíveis.

b. A iluminação do campo de batalha pode ser utilizada desde o início do ataque ou desencadeada a pedido da força atacante, quando a surpresa tenha sido quebrada. Os planos incluem todos os meios de iluminação: granadas iluminativas e meios de iluminação lançados de aeronaves. A principal finalidade da iluminação do campo de batalha é atenuar as limitações impostas às forças amigas pela ausência de luz ou pela inferioridade em meios de visão noturna.

CAPÍTULO 6

OPERAÇÕES DEFENSIVAS

ARTIGO I

INTRODUÇÃO

6-1. GENERALIDADES

a. As operações defensivas podem ser impostas pelo inimigo, mas, em qualquer situação, devem ser encaradas como transitórias.

b. O espírito ofensivo constitui a base para o sucesso da defesa, por meio da previsão e execução das ações dinâmicas.

c. As operações defensivas empregam todos os meios e processos disponíveis para impedir, resistir ou destruir um ataque inimigo. As operações defensivas têm por finalidade:

(1) Criar condições mais favoráveis às operações ofensivas subseqüentes;

(2) Impedir o acesso do inimigo a determinada área;

(3) Reduzir a capacidade de combate do inimigo;

(4) Destruir as forças inimigas ou canalizá-las para uma área onde possam ser destruídas;

(5) Realizar economia de meios em uma área, a fim de poder aplicá-los em uma ação decisiva em outra região;

(6) Obrigar uma força inimiga a concentrar-se.

d. A defesa é uma atitude temporária adotada por uma força, até que possa adotar ou retomar a ofensiva. Nela, a força inimiga atacante é inquietada continuamente pelos fogos e por ações ofensivas, conforme for apropriado. O defensor emprega todos os meios disponíveis para descobrir uma vulnerabilidade inimiga e mantém suficiente flexibilidade, em seu planejamento, para explorá-la.

e. O defensor esforça-se para diminuir as vantagens inerentes ao atacante, escolhendo a área de combate, forçando o inimigo a reagir de conformidade com o plano defensivo e explorando suas fraquezas e erros. As operações defensivas podem ser impostas, momentaneamente, pela impossibilidade de se realizar ações ofensivas. Entretanto, o comandante pode deliberadamente empreender operações defensivas, em combinação com a dissimulação, para destruir o inimigo.

f. A mudança deliberada da defensiva para a ofensiva, ou vice-versa, pode ocorrer rapidamente e com freqüência considerável. Uma operação defensiva é normalmente constituída por um conjunto de ações e engajamentos de maior ou menor vulto. Os elementos de uma força podem estar defendendo, retardando, atacando, realizando fintas ou executando fogos, como parte do esforço da defesa.

g. Quando surgir uma oportunidade, é necessário o emprego da atitude ofensiva para destruir o inimigo. Na defesa, a preparação psicológica da tropa e a ação vigorosa de comando são essenciais para sustentar o moral elevado, conservar as melhores condições de emprego e manter uma atitude agressiva. A tropa deve compreender que uma defesa eficaz vale como oportunidade para destruir o inimigo.

h. A conduta das operações defensivas, sob condições adversas de combate, é uma experiência significativa para o comandante em campanha. O defensor deve utilizar todas as vantagens que possua ou que possa criar e assumir riscos calculados, economizando forças para utilizá-las, sem hesitação e decisivamente, no momento e no local oportunos.

i. Em AOC, a adoção de um dispositivo de expectativa pode constituir-se em um fator decisivo de compatibilização entre os meios disponíveis e a área a defender (ver parágrafo 6-4, item e.).

6-2. FUNDAMENTOS DAS OPERAÇÕES DEFENSIVAS

a. Apropriada utilização do terreno - O terreno é fator importante na seleção das áreas de defesa e na localização e distribuição das forças. É necessário um estudo judicioso do terreno, para se organizarem forças suficientes e adequadas à sua defesa. Nas partes que favorecem à defesa, são economizados meios, liberando, assim, parte significativa deles para as áreas que favorecem ao atacante. As características defensivas naturais do terreno são agravadas pelo emprego de obstáculos artificiais.

b. Segurança - O atacante pode escolher a hora, o local, a direção e o valor do ataque. Em conseqüência, o defensor deve adotar todas as medidas possíveis para não ser surpreendido. Tais medidas compreendem o estabelecimento de meios para proporcionar o alerta sobre a aproximação do inimigo e o emprego de forças de segurança à frente, na direção provável de atuação do inimigo, nos flancos e na retaguarda, para manter a segurança em todas as direções.

c. Apoio mútuo - As forças de defesa são localizadas no terreno de tal forma que possam apoiar-se mutuamente. Esse apoio mútuo completa-se pelos fogos, pela observação e por elementos de manobra, tanto à frente como em profundidade. O sistema de núcleos é concebido de forma a garantir que a queda de um deles não provoque o rompimento da posição, ficando o inimigo submetido aos fogos dos núcleos vizinhos e da retaguarda. O apoio mútuo dificulta a infiltração inimiga entre os núcleos, pois o espaço entre eles fica permanentemente sob observação e batido por fogos. Se há espaços vazios entre os diferentes núcleos, estes devem ser controlados. O apoio mútuo entre os núcleos de defesa é considerado, particularmente, no escalão batalhão e inferiores.

d. Defesa em todas as direções - No planejamento da defesa, considera-se que o inimigo pode atacar de qualquer direção. Os flancos e a retaguarda da posição podem ser atingidos por meio de desbordamento terrestre, infiltração, assalto aeromóvel ou aeroterrestre, ou ainda por meio de ações de guerrilha em larga escala. O defensor dispõe suas forças para impedir que o inimigo, utilizando a surpresa, obtenha uma vantagem decisiva ou marcante, quanto à direção ou local do ataque. Quando o terreno permitir, é assegurada a defesa em todas as direções, utilizando-se um processo que permita a economia de meios pela disposição apropriada no terreno dos elementos de defesa e de segurança, e a manutenção de uma reserva, com adequada mobilidade, em condições de deslocar-se por toda a posição defensiva. Em AOC, as frentes a defender, normalmente, são extensas, o que acentua a necessidade de judiciosa seleção dos acidentes capitais em que se pretende articular os meios. Os obstáculos devem ser explorados ao máximo, contribuindo para o fortalecimento da posição defensiva, para proporcionar economia de meios e maior grau de segurança em todas as direções.

e. Defesa em profundidade - As forças de defesa são dispostas em profundidade, à frente da região que deve ser mantida para o cumprimento da missão. É essencial uma profundidade adequada para que o inimigo seja detido, canalizado, destruido (sempre que possível) ou repelido pelas forças de defesa, caso ele force a entrada ou penetre na região a ser defendida. A profundidade da defesa é obtida: pelo adequado desdobramento das forças; pela utilização de posições de bloqueio, de fortificações de campanha e de obstáculos em profundidade; pela manobra; e pelo emprego adequado de reservas e de fogos. Em AOC, com o combate predominantemente ao longo dos eixos rodoviários, avulta de importância a defesa em profundidade, sendo mais importante dispor as forças em profundidade do que dispersá-las num dispositivo linear.

f. Flexibilidade - A disposição das forças de defesa e o planejamento de seus fogos e deslocamentos visam a fazer face ao maior número possível de situações. A posição defensiva é organizada de forma a permitir a mudança de forças e de fogos. A mobilidade da reserva, os fogos e os meios de guerra eletrônica fornecem ao comandante a liberdade necessária para conduzir o combate defensivo. Em AOC, a flexibilidade é obtida, também, pela adoção do dispositivo de expectativa.

g. Máximo emprego da ação ofensiva - As forças defensivas mantêm-se alertas para aproveitar todas as oportunidades de retomar a iniciativa e destruir o inimigo pela ação ofensiva. Patrulhamento agressivo, incursões, contra-ataques de desorganização e outros, apoiados por fogos e pela guerra eletrônica, são os melhores meios pelos quais o espírito ofensivo é mantido.

h. Dispersão - Com os meios colocados à disposição pela moderna tecnologia, a dispersão é essencial para reduzir a vulnerabilidade das forças. Em AOC, a dispersão decorre da precariedade de meios em relação aos grandes espaços. Ao organizar-se a defesa, as forças são dispersas o quanto lhe permitam as imposições da missão, evitando que se constituam em alvos compensadores ou, pelo menos, reduzindo sua vulnerabilidade. O cumprimento da missão é primordial, ao passo que o grau de risco em aceitar-se uma menor dispersão é irrelevante. A dispersão em profundidade é preferível à dispersão em largura, pois evita que as frentes se tornem muito extensas para o defensor. Proporciona mais meios para a reserva, evita movimentos laterais em presença de um ataque inimigo, facilita a descoberta e a destruição de elementos de infiltração, e proporciona um melhor dispositivo de forças para a realização de contra-ataques. A dispersão em largura leva as forças avançadas a se arriscarem ao isolamento e, em conseqüência, a serem batidas por partes, após a penetração inimiga.

i. Utilização do tempo disponível - O tempo disponível para o planejamento e organização da defesa influencia o emprego das forças, a preparação de obstáculos, a coordenação de fogos e a prioridade na execução dos trabalhos. A utilização judiciosa do tempo e uma cuidadosa seleção de tarefas a serem executadas são essenciais para o cumprimento de uma missão defensiva. Todo o tempo disponível é utilizado na preparação da posição defensiva e, após a sua ocupação, os trabalhos ou os melhoramentos da posição prosseguem, mesmo durante as ações de defesa.

j. Integração e coordenação das medidas de defesa - O plano geral de defesa envolve a integração e a coordenação cuidadosa de todas as medidas defensivas.

(1) Planejamento da manobra **-** O planejamento da manobra defensiva deve guardar flexibilidade que proporcione boas condições de evolução para fazer face à concretização de qualquer hipótese de atuação do inimigo.

(2) Planejamento de fogos **-** O movimento e os fogos coordenados de toda natureza são os principais meios empregados para repelir ou destruir um ataque inimigo, à frente ou no interior da posição defensiva. Os fogos planejados auxiliam o controle de áreas não ocupadas, cobrem barreiras e apóiam ações ofensivas. Os fogos planejados são integrados no esquema geral de defesa, e os fogos das demais forças são coordenados. O planejamento deve proporcionar fogo eficaz sobre as forças atacantes, tanto terrestres como aéreas, durante toda a execução da defesa. Na elaboração do planejamento de fogos são considerados os aspectos ligados à defesa antiaérea, tais como: rotas de aproximação aérea do inimigo, cobertura ou proteção dos meios de defesa antiaérea, difusão oportuna de alertas e identificação das aeronaves.

(3) Plano de barreiras - As características defensivas do terreno são melhoradas ou suplementadas pelo estabelecimento de um sistema de barreiras que inclua campos de minas, destruições, bloqueios de estradas, obstáculos de arame e fossos anticarro, entre outros, com a finalidade de canalizar, restringir ou retardar o movimento das forças inimigas.

ARTIGO II

TIPOS DE OPERAÇÕES DEFENSIVAS

6-3. GENERALIDADES

As operações defensivas, em seu sentido mais amplo, abrangem todas as ações que oferecem um certo grau de resistência a uma força atacante. São dois os tipos de operações defensivas: a defesa em posição e o movimento retrógrado.

6-4. DEFESA EM POSIÇÃO

a. Na defesa em posição, uma força procura contrapor-se à força inimiga atacante numa área organizada em largura e profundidade e ocupada, total ou parcialmente, por todos os meios disponíveis, com a finalidade de:

(1) Dificultar ou deter a progressão do atacante, em profundidade, impedindo o seu acesso a uma determinada área;

(2) Aproveitar todas as oportunidades que se lhe apresentem para desorganizar, desgastar ou destruir as forças inimigas;

(3) Assegurar condições favoráveis para o desencadeamento de uma ação ofensiva.

b. As forças de defesa aproveitam o terreno como proteção e como um dos componentes dos elementos essenciais do combate. O terreno presta-se, pois, para ser utilizado contra o inimigo, compensando determinadas deficiências do defensor.

c. O comandante tem em vista evitar a batalha decisiva, a fim de permitir a montagem e o desencadeamento de uma nova operação. Procura, para isso, retardar o inimigo, afastá-lo de suas principais bases de suprimento e alongar suas linhas de transporte, infligir-lhe perdas por meio de ações ofensivas limitadas e, mesmo, desorganizar suas operações, realizando ações à sua retaguarda.

d. Excepcionalmente, no escalão Ex Cmp, tendo em vista os meios existentes no TOT, podem ser selecionadas duas posições defensivas para que a operação seja conduzida, inicialmente, em uma e, posteriormente, em outra posição, caracterizando a defesa em mais de uma posição.

e. Dispositivo de expectativa

(1) No âmbito de uma defesa em posição, a insuficiência de informações sobre o inimigo e a exigüidade dos meios disponíveis ante os amplos espaços a bloquear exigem, freqüentemente, a adoção de um dispositivo de expectativa. Isso é particularmente útil quando não houver informações suficientes sobre a direção onde o inimigo emprega a maioria de seus meios, a fim de permitir que os meios necessários sejam orientados, em curto prazo, na direção para a qual o inimigo tenha dirigido o seu esforço.

(2) Tal opção implica preservar, inicialmente, na área de reserva, o grosso do poder de combate do defensor e empregá-lo, no momento e local decisivos e com adequado poder relativo de combate, assim que for possível detectar a orientação da maioria de meios do inimigo.

(3) Para isso, deve ser empregada uma força de cobertura à frente da posição defensiva, com o objetivo de alertar sobre a aproximação do inimigo, retardá-lo, desgastá-lo, definir seu valor e onde realiza sua ação principal e, se possível, canalizá-lo para a região mais favorável à condução da defesa.

(4) Na área de defesa avançada, bloqueando cada eixo de progressão de provável utilização pelo inimigo, devem ser preparados, e não ocupados, núcleos defensivos para tropa com o valor necessário para barrar a progressão do mesmo, repelir seu ataque ou destrui-lo. Inicialmente, serão ocupadas apenas as posições de bloqueio avançadas, com o mínimo de meios suficientes para barrar, por tempo limitado, as forças atacantes, até que cheguem os reforços previstos para ocupar a posição defensiva como um todo (Figura 6-1).

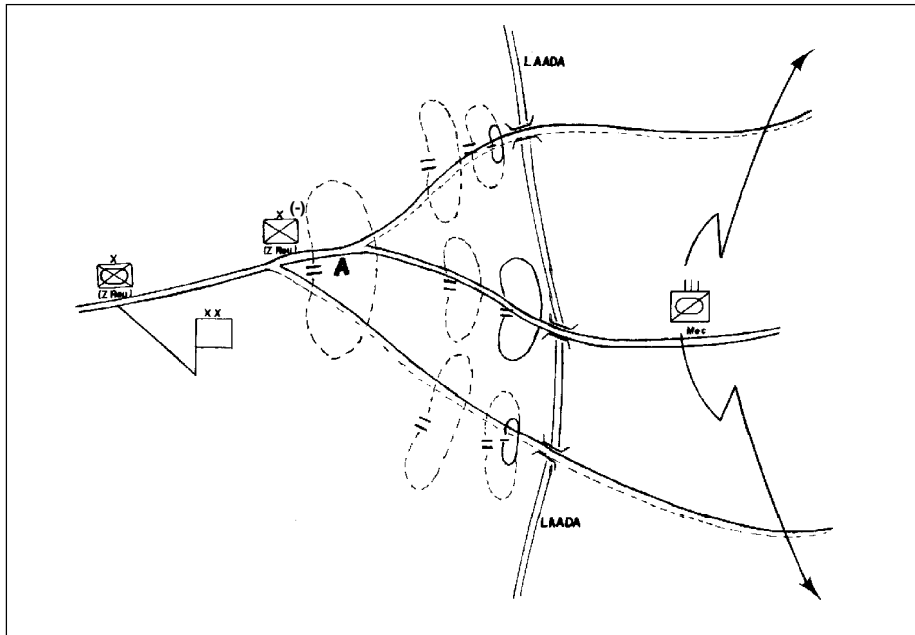



Fig 6-1. Divisão de Exército em dispositivo de expectativa - Situação inicial

(5) O dispositivo defensivo, em cada eixo de progressão, deve ser integrado por barreiras e ter seus fogos minuciosamente planejados. Para a ocupação efetiva da área de defesa avançada, prevalece a observação anteriormente formulada, em relação ao caráter fundamental do emprego modular dos batalhões nessa área; atribuir-lhes frentes e profundidades que superem as dimensões ideais equivale a diluir os meios da defesa, contrariando o propósito essencial do dispositivo adotado.

(6) Caracterizado(s) o(s) eixo(s) por onde o atacante realiza sua ação principal, parte da reserva desloca-se para essa região e ocupa, de acordo com o planejamento, a posição já preparada e, até então, ocupada apenas por um efetivo reduzido (Figura 6-2).

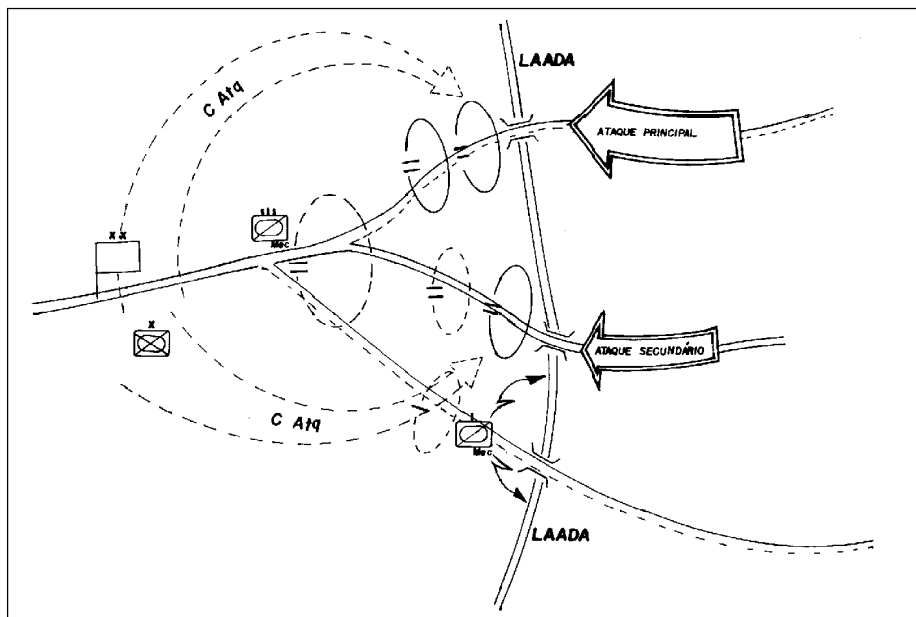



Fig 6-2. Divisão de Exército em dispositivo de expectativa - Situação final

(7) O restante da reserva é mantido à retaguarda, em condições de realizar as ações dinâmicas da defesa, num quadro de defesa de área ou de defesa móvel.

(8) A adoção de um dispositivo de expectativa, por parte de um grande comando operacional, pode justificar-se, ainda, pelo caráter essencialmente dinâmico a ser conferido à manobra defensiva, cuja execução deve orientar-se para a busca da decisão, por meio da retomada da atitude ofensiva. Assim, o defensor deve articular seus meios blindados de tal forma que lhe seja possível empregá-los, quer no interior da posição defensiva, para destruir parcelas significativas do poder de combate do oponente, quer em ações profundas sobre o eixo de comunicações e suprimentos do maior escalão inimigo em presença, a fim de reassumir plenamente a iniciativa das operações.

6-5. MOVIMENTO RETRÓGRADO

a. Movimento retrógrado é qualquer movimento tático organizado de uma força, para a retaguarda ou para longe do inimigo, seja forçado por este, seja executado voluntariamente, como parte de um esquema geral de manobra. Uma força somente o executa voluntariamente, quando uma vantagem marcante possa ser obtida. Em qualquer caso, deve ser aprovado pelo comandante do escalão imediatamente superior e é planejado com a antecedência devida. O movimento retrógrado é caracterizado pelo planejamento centralizado e pela execução descentralizada. Devido ao seu efeito sobre o moral da tropa, exige chefia efetiva e grande iniciativa, em todos os escalões.

b. O movimento retrógrado visa a preservar a integridade de uma força, a fim de que, em uma ocasião futura, a ofensiva seja retomada. Pode ter uma ou mais das seguintes finalidades:

(1) Inquietar, exaurir e retardar o inimigo, infligindo-lhe o máximo de baixas;

(2) Conduzir o inimigo a uma situação desfavorável;

(3) Permitir o emprego da força ou de uma parte da mesma em outro local;

(4) Evitar o combate sob condições desfavoráveis;

(5) Ganhar tempo, sem se engajar decisivamente em combate;

(6) Desengajar-se ou romper o contato;

(7) Adaptar-se ao movimento de outras tropas amigas;

(8) Encurtar as vias de transporte.

c. A utilização judiciosa do terreno e das barreiras, para reduzir a velocidade de progressão do inimigo, confundi-lo e iludi-lo, é ampliada pela potência de fogo, pelos obstáculos e por meio de incursões, para levar as forças inimigas a pagar um alto preço, em perdas, pelo terreno que vier a conquistar.

ARTIGO III

FORMAS DE MANOBRA TÁTICA DEFENSIVA

6-6. GENERALIDADES

Nas operações defensivas, o comandante pode empregar cinco formas de manobra tática defensiva: defesa móvel e defesa de área (na defesa em posição), retraimento, ação retardadora e retirada (no movimento retrógrado).

OPERAÇÕES DEFENSIVAS	
TIPOS DE OPERAÇÕES	FORMAS DE MANOBRA
DEFESA EM POSIÇÃO	DEFESA MÓVEL
	DEFESA DE ÁREA
MOVIMENTO RETRÓGRADO	RETRAIMENTO
	AÇÃO RETARDADORA
	RETIRADA

6-7. DEFESA MÓVEL

a. A defesa móvel emprega uma combinação de ações ofensivas, defensivas e retardadoras. Nessa forma de manobra tática, o comandante emprega um menor poder de combate à frente, na área de defesa avançada, e vale-se da manobra, dos fogos e da organização do terreno para recuperar a iniciativa. A defesa móvel visa à destruição das forças inimigas e, para isso, apóia-se no emprego de forças ofensivas dotadas de grande mobilidade e poder de choque. As forças da área de defesa avançada realizam o combate defensivo, retardam o inimigo ou executam limitadas operações ofensivas, sempre que for necessário fazer com que o atacante fique vulnerável ao contra-ataque, a ser desencadeado com a finalidade de destrui-lo. Na defesa móvel, a reserva recebe maior prioridade na distribuição dos meios, sendo empregada em vigorosa ação ofensiva, para destruir o inimigo em momento e local mais oportunos. É desejável que a força amiga disponha de superioridade aérea local, no momento adequado.

b. Normalmente, para atingir as finalidades de uma defesa móvel, na área de defesa avançada, parte dos meios opera como na defesa de área e uma outra parte, como força de fixação, com a missão de retardar o inimigo, atraindo-o para uma situação que favoreça o desencadeamento do contra-ataque de destruição. Em operações em AOC, essa forma de manobra tática defensiva é aplicável à guerra de grande mobilidade e às situações em que amplas frentes devam ser defendidas. A defesa móvel pode oferecer uma oportunidade para a destruição da força atacante inimiga e para a reconquista da iniciativa. Na sua condução, devem ser evitados métodos padronizados de ação. O comandante das forças de defesa deve manter a liberdade de ação de modo a escolher o momento e o local para desfechar seu contra-ataque decisivo. A defesa móvel requer da força defensora uma mobilidade igual ou superior à do inimigo. A disponibilidade de forças aeromóveis e de meios da Aviação do Exército aumenta a flexibilidade e a presteza da força para reagir às situações táticas.

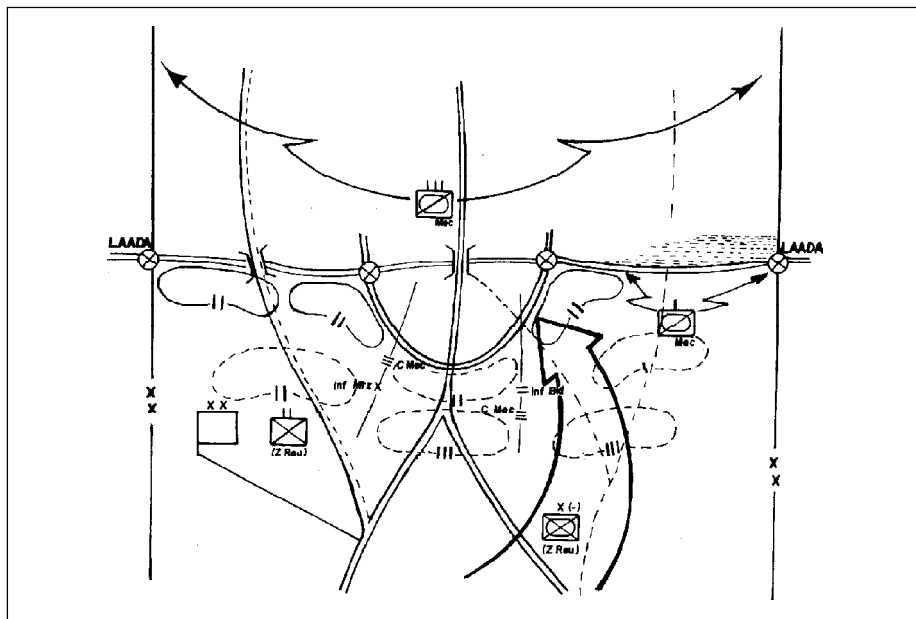



Fig 6-3. Divisão de Exército na defesa móvel

c. O emprego bem sucedido da defesa móvel depende da possibilidade de a força defensora ceder terreno, a fim de obter resultados decisivos com o emprego da reserva como força de choque. As forças da área de defesa avançada não devem ficar demasiadamente dispersas ou expostas, possibilitando ao inimigo batê-las por partes. Devem possuir poder de combate suficiente para compelir o inimigo a concentrar suas forças para o ataque, em locais onde possam ser destruídas pela potência do fogo e pela manobra. Quando as circunstâncias determinarem que parte da força conduza uma defesa móvel, enquanto os elementos vizinhos realizam uma defesa de área, as forças da área de defesa avançada das unidades que realizam a defesa móvel não podem expor os flancos dos elementos vizinhos.

d. No âmbito de uma força maior, as operações dos vários elementos subordinados englobam tanto ações defensivas estáticas, quanto ações retardadoras, sendo que certos elementos podem receber, ainda, missões fundamentalmente ofensivas.

6-8. DEFESA DE ÁREA

a. A defesa de área tem por escopo a manutenção ou o controle de uma determinada região específica, por um determinado período de tempo. Quando for imperativa a manutenção de determinada faixa do terreno, o comandante toma por base, principalmente, a capacidade dos fogos e das forças empregadas na área de defesa avançada, para engajar e repelir o atacante. O defensor

pode não ter capacidade para ocupar todos os acidentes capitais do terreno na posição defensiva; no entanto, emprega suficiente poder de combate à frente para controlar uma área. Na defesa de área, o defensor planeja aceitar um engajamento decisivo na faixa do terreno selecionada para a condução da defesa, priorizando cumprir sua missão pelo engajamento do atacante ao longo do limite anterior da área de defesa avançada, contando com um grande volume e variedade de fogos. Na distribuição dos meios de combate, a área de defesa avançada tem maior prioridade. A reserva é empregada, entre outras missões, principalmente, para bloquear e eliminar as penetrações ou reforçar as áreas ameaçadas. O planejamento defensivo exige planos de fogos detalhados, organização da posição para ampliar o valor defensivo do terreno, planos para emprego da reserva e plano de barreiras.

b. A defesa de área tira o máximo proveito dos obstáculos existentes, reduz o perigo do ataque à noite ou da infiltração, e força o atacante a empregar o máximo de poder de combate para realizar a penetração.

c. A defesa de área pode tirar vantagem da profundidade da zona de ação, ocupando posições ao longo do campo de batalha que proporcionem apoio mútuo e forcem o atacante a expor suas tropas, ao realizar sucessivos ataques contra as posições defensivas dispostas em profundidade na área de defesa avançada. Sempre que possível, são realizados contra-ataques, visando os flancos da tropa inimiga. É preciso não perder de vista, no entanto, que a área a ser mantida não pode ser colocada em risco.

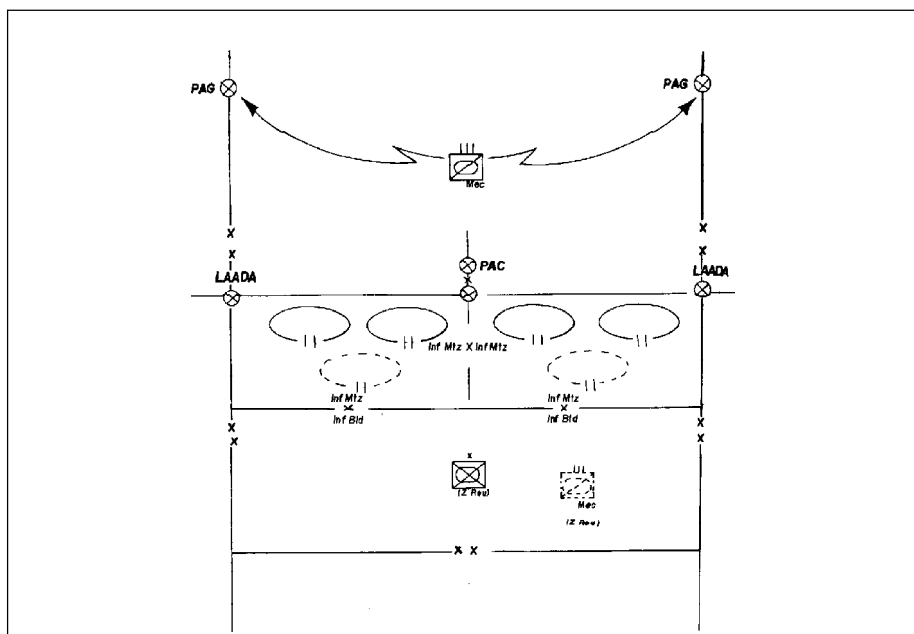



Fig 6-4. Divisão de Exército na defesa de área

d. A defesa móvel e a defesa de área situam-se nos extremos de uma ampla escala de variações nas formas de manobra tática defensiva atinentes à defesa em posição. Freqüentemente, nenhuma dessas formas, isoladamente, é adequada para determinada situação ou missão. Em tais casos, deve ser encontrada uma variante que incorpore partes aplicáveis de cada uma delas. Essa variante, por conservar a intenção de destruir o inimigo, é ainda considerada defesa móvel. O Art VI do presente capítulo exemplifica alguns casos de táticas e técnicas especiais que ilustram essas variantes. Mais exemplos podem ser encontrados no manual C 7-30 - BRIGADAS DE INFANTARIA.

6-9. RETRAIMENTO

a. O retraimento é um movimento retrógrado, por meio do qual o grosso de uma força engajada rompe o contato com o inimigo, de acordo com a decisão do escalão superior. Alguns elementos permanecem em contato, para evitar que o inimigo persiga o grosso das forças amigas e para infligir-lhe danos, pelo fogo e por uma manobra adequada. O retraimento pode ser diurno ou noturno e ser executado sob pressão do inimigo ou sem pressão do inimigo. O retraimento, conduzido durante a noite ou sob condições de reduzida visibilidade, é preferível ao retraimento executado durante o dia. O retraimento sem pressão do inimigo é mais favorável do que o realizado sob pressão.

b. Um retraimento sem pressão do inimigo (Fig 6-5), exige o emprego de contra-inteligência eficaz e depende, principalmente, do controle, da segurança e da dissimulação. O controle e a segurança são proporcionados pela preparação completa e minuciosa de planos pormenorizados; e a dissimulação, pela simulação de tráfego rádio, de fogos e de outras atividades normais. Pode ser realizado furtivamente ou após um ataque, para desviar a atenção do inimigo. Os planos devem incluir previsões para a eventualidade de detecção e de interferência por parte do inimigo. O êxito do retraimento sem pressão, normalmente, está condicionado a períodos de escuridão ou de visibilidade reduzida ou a terrenos cobertos. A visibilidade reduzida e o terreno coberto dificultam o controle. A utilização da fumaça e de itinerários cobertos auxiliam na redução da possibilidade inimiga de observar os movimentos das forças amigas. Deve ser prevista a interferência do inimigo, por meio do emprego de tropas aeroterrestres, aeromóveis ou infiltradas.

c. Um retraimento sob pressão do inimigo (Fig 6-6), pelo fato de estar sujeito à observação das forças adversárias, depende, para ter sucesso, da mobilidade, dos meios de guerra eletrônica, do apoio de fogo, do controle, do emprego de forças de cobertura e da superioridade aérea local. Um alto grau de coordenação e um judicioso emprego de obstáculos são essenciais em tais circunstâncias. Todos os fogos disponíveis devem ser empregados contra os elementos avançados do inimigo que estejam engajados com as forças de retardamento. As forças mais avançadas deslocam-se para a retaguarda pelo emprego das técnicas de ação retardadora.

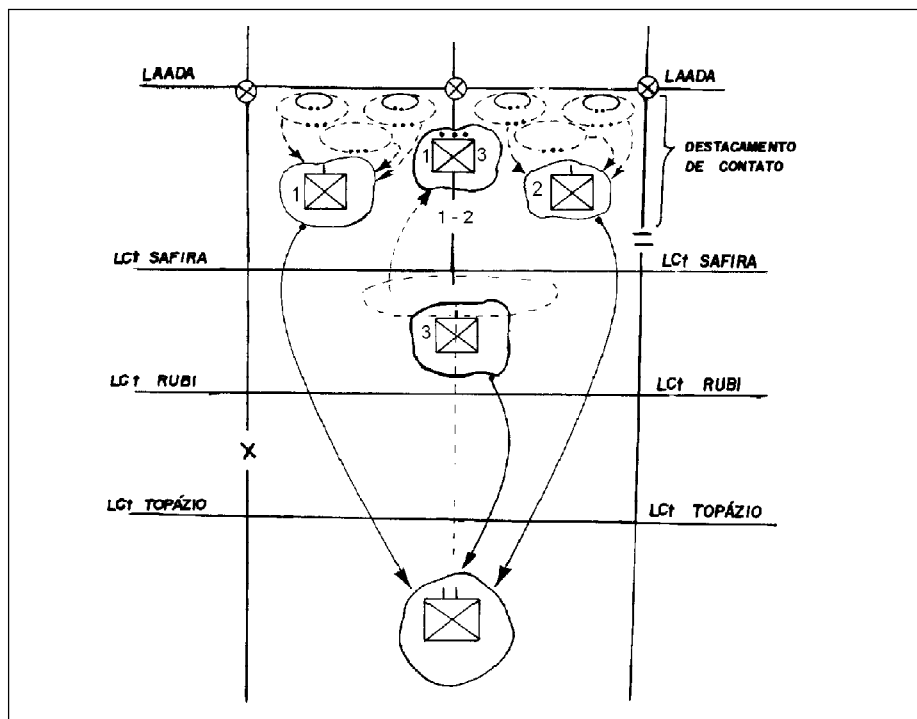



Fig 6-5. Retraimento sem pressão

d. Quando o retraimento simultâneo de todas as unidades não é praticável, o comandante determina a seqüência de realização. A decisão fica condicionada à determinação de um plano que melhor preserve a integridade da força e melhor contribua para o cumprimento da missão. De uma maneira geral, as unidades menos engajadas retraem antes.

e. No retraimento sob pressão, as reservas são desdobradas bem à frente, para proporcionar cobertura ao retraimento das forças avançadas, ou mesmo para auxiliar tais forças a romperem contato com o inimigo e a executarem o retardamento entre as posições.

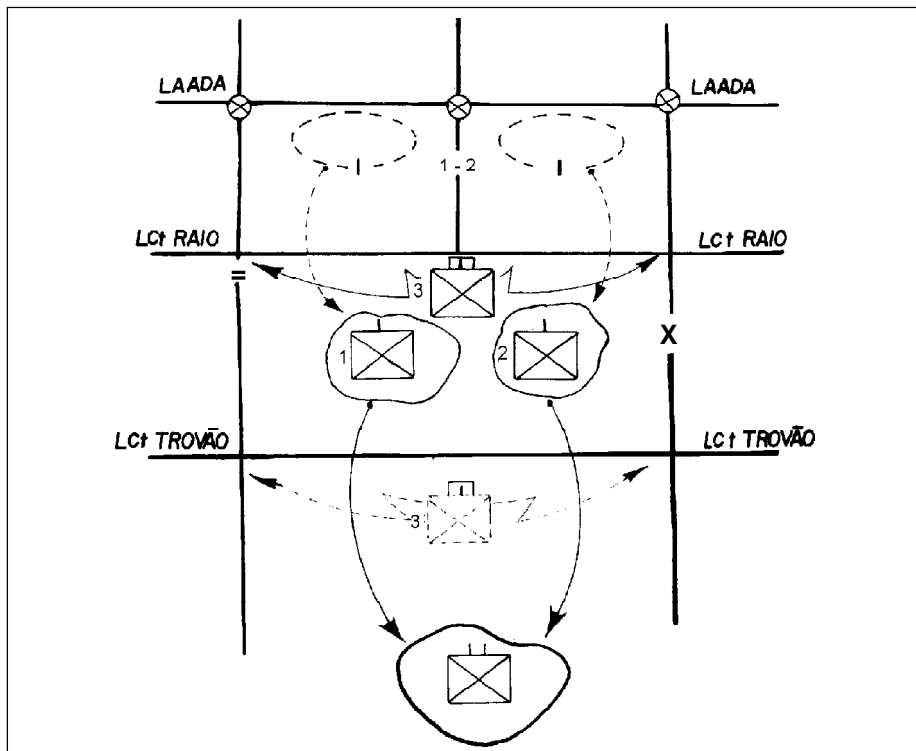



Fig 6-6. Retraimento sob pressão

6-10. AÇÃO RETARDADORA

a. A ação retardadora é um movimento retrógrado no qual uma força, sob pressão, troca espaço por tempo, procurando infligir ao inimigo o máximo de retardamento e o maior desgaste possível, sem se engajar decisivamente no combate. Na execução de uma ação retardadora, o mínimo de espaço é trocado pelo máximo de tempo. Normalmente, o retardamento é conseguido tanto nas posições como entre elas. A força de retardamento mantém o contato permanente com o inimigo e o retarda continuamente.

b. Uma ação retardadora é conduzida, normalmente, em mais de uma posição. Nesse caso, pode empregar a técnica do retardamento em posições sucessivas ou do retardamento em posições alternadas, ou, ainda, utilizar uma adequada combinação de ambas. As posições de retardamento são organizadas com profundidade limitada, tendo em vista que a tarefa principal do desgaste do inimigo é atribuída aos fogos de longo alcance de artilharia e à cortina de fogos das armas de primeiro escalão. O combate decisivo deve ser evitado. O emprego da Aviação do Exército aumenta a segurança e a flexibilidade da ação retardadora.

c. Na execução de uma ação retardadora, o inimigo deve ser engajado o mais longe possível, no alcance máximo das armas da defesa. Essa ação deve obrigar o inimigo a gastar tempo em desdobramentos, no esclarecimento da situação e em manobrar para expulsar a força de retardamento de sua posição. Em algumas situações, no entanto, os fogos de longo alcance podem ser deliberadamente contidos para fins de dissimulação. As forças de retardamento mantêm o contato e oferecem resistência suficiente, a fim de evitar a infiltração e forçar o inimigo a se concentrar para atacar. Forças inimigas emassadas são atacadas e destruídas pelo fogo, quando for conveniente. Tal ataque deve ser explorado pela manobra.

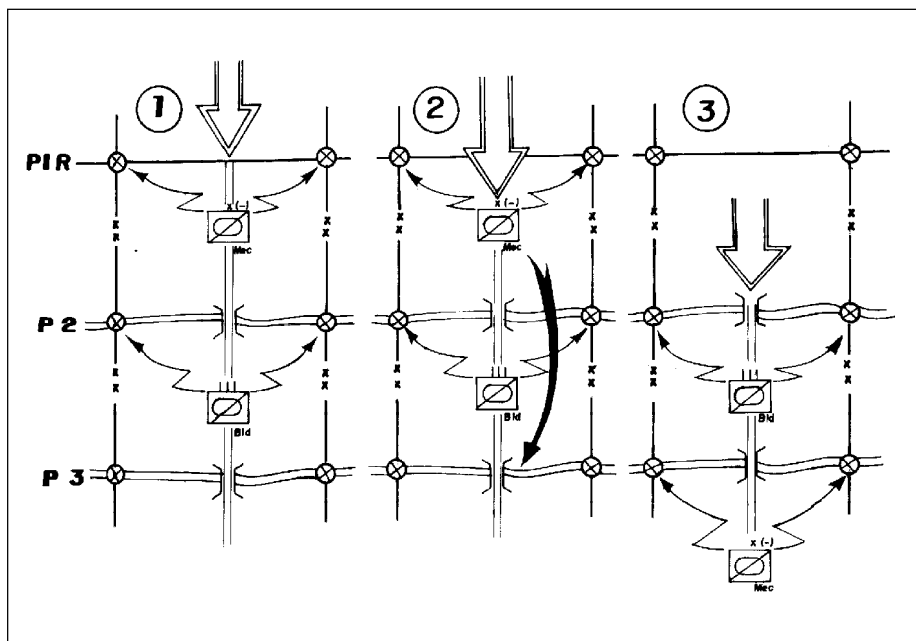



Fig 6-7. Ação retardadora

6-11. RETIRADA

a. A retirada é um movimento retrógrado realizado sem contrato com o inimigo e segundo um plano bem definido, com a finalidade de evitar um combate decisivo, em face da situação existente. Pode ser executada em seguida a um retraimento ou quando não houver contato físico com o inimigo. A força em retirada pode ser submetida a ataques de guerrilheiros, a incursões aeromóveis e aeroterrestres, a fogos de longo alcance e a operações psicológicas do inimigo.

b. A segurança é consideração importante na execução de uma retirada. Deve ser dada ênfase aos movimentos noturnos, devendo os diurnos serem

realizados apenas pela infiltração de pequenos grupos. No início da retirada, elementos da força podem separar-se e deslocar-se em grupos dispersos para zonas de reunião preestabelecidas. A força em retirada combate apenas quando isso for exigido pela missão. As medidas de segurança das comunicações e eletrônica, especialmente o silêncio rádio, devem ser empregadas ao máximo.

ARTIGO IV

PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DA DEFESA

6-12. PLANEJAMENTO

a. O desenvolvimento do plano de defesa exige a consideração dos seguintes fatores:

(1) Missão;
(2) Características da área de operações;
(3) Hipóteses de atuação do inimigo terrestre;
(4) Poder de combate necessário para a adoção dos graus de resistência adequados às diversas partes da frente a defender;
(5) Meios necessários para a condução do combate defensivo em profundidade;
(6) Valor desejável das forças de segurança e da reserva;
(7) Mobilidade dos meios disponíveis;
(8) Situação relativa aérea ;
(9) Prazo disponível para a organização da posição defensiva;
(10) Possibilidade de fornecer apoio logístico aos diversos planos.

b. Os meios disponíveis, para o comandante que planeja operações defensivas, incluem as forças desdobradas em posições defensivas e os fogos que devem atender às necessidades do próprio comandante e das forças que executam a manobra, tudo de acordo com o plano defensivo. Cada um desses meios depende dos demais para se obter o máximo de eficiência. A tarefa do defensor é combinar tais meios de modo sincronizado e em proporções que atendam ao cumprimento da missão defensiva. Determinadas considerações devem ser levadas em conta:

(1) Facilitar o emprego dos meios pelo aproveitamento das características defensivas naturais do terreno, as quais podem ser agravadas pela adequada organização do terreno e pela estreita coordenação entre a manobra e os fogos terrestres e aéreos. Normalmente, um defensor pode selecionar e reconhecer a área a defender, antes de sua organização e, assim, pode adotar um dispositivo que favoreça a retomada da iniciativa, o mais cedo possível. O atrativo operacional existente para o atacante, em determinadas partes da frente, deve merecer consideração prioritária, quando o propósito essencial da manobra defensiva for a destruição do inimigo; busca-se, assim, aproveitar a própria impulsão do oponente para destrui-lo, em melhores condições, no interior da posição defensiva.

(2) Manter ou controlar o terreno, conforme indicado pela missão. O terreno é analisado para que seja determinado o valor relativo das vias de acesso para o interior da área de defesa, as áreas favoráveis para ações ofensivas e os obstáculos, existentes ou em potencial que, se agravados, fortalecem a defesa ou contribuem para canalizar o inimigo, restringindo-lhe a capacidade de manobra.

c. Os fogos são planejados para destruir a força inimiga ou para permitir a exploração de seus efeitos pelos elementos de manobra, para completar a sua destruição. Os fogos devem possibilitar o engajamento da força inimiga o mais cedo possível, embora, em algumas circunstâncias, possam ser mantidos suspensos para obtenção máxima da surpresa e ação de choque. A decisão para realizar os fogos de longo alcance ou para mantê-los em suspenso é uma decisão crítica, tomada pelo comandante em cada caso. Assim, os planos devem ser suficientemente flexíveis para permitir tal liberdade de decisão. Os fogos são planejados contra todos os elementos inimigos, tais como: os meios de apoio de fogo, as reservas, as instalações de comando e apoio, o sistema logístico e as forças em contato.

d. Informações de combate eficientes são de difícil obtenção, devido ao fato de que a iniciativa não pertence ao defensor e em razão de sua inferioridade em poder de combate e em meios de reconhecimento. Essa desvantagem é compensada pelo conhecimento detalhado da área operacional por parte do defensor e, eventualmente, por sua capacidade de perceber a aproximação do atacante, permitindo a concentração dos fogos defensivos sobre áreas prová-veis de reunião, pontos críticos e outras áreas de possível utilização pelo inimigo.

e. O contra-ataque é o elemento básico da defesa. Sua finalidade varia de acordo com a forma de manobra tática defensiva que esteja sendo executada. Embora haja ocasiões em que possa ter êxito a intervenção realizada, unicamente, por meio de fogos, os resultados mais decisivos são obtidos, normalmente, pela combinação do fogo e do movimento. Os princípios do combate ofensivo são aplicáveis na execução do contra-ataque. Os planos para a defesa incluem os de contra-ataque, nas áreas onde haja mais probabi-lidade de execução ou onde se possa obter a máxima destruição das forças inimigas.

(1) Um contra-ataque de desorganização é a ação ofensiva desencadeada por uma força defensora contra forças inimigas que se preparam para o ataque. Sua finalidade pode ser destruir uma parte da força atacante, desarticular o inimigo, conquistar terreno do qual possa ser desencadeado um ataque ou impedir a observação e a vigilância terrestres inimigas sobre a área defendida.

(2) Na defesa da área, a finalidade do contra-ataque é repelir a força que penetrou na posição e reconquistar o controle da área de defesa avançada.

(3) Na defesa móvel, o contra-ataque é o elemento decisivo por meio do qual o comandante cumpre sua missão. O objetivo principal é a destruição da força inimiga e o aproveitamento das oportunidades conseqüentes para a

reconquista da iniciativa e, mesmo, para a retomada, a curto prazo, de uma atitude ofensiva, dependendo do escalão que conduza a manobra.

f. Os planos de barreiras são preparados simultaneamente com os outros planos. É necessário tirar o máximo partido da vantagem dos obstáculos naturais e agravá-los. A eficiência de um obstáculo é extremamente limitada quando ele não estiver coberto pela observação e pelo fogo. Passagens e brechas são necessárias para o movimento de reservas e outras forças na área de defesa. Os planos de barreiras estabelecem a localização das barreiras, a responsabilidade e a prioridade para a sua construção. O plano de barreiras deve ser cuidadosamente coordenado com os planos de contra-ataque.

6-13. EXECUÇÃO

a. Na defesa, é essencial um contínuo e agressivo esforço na busca de informes, particularmente com o emprego de meios aéreos, da guerra eletrônica e de elementos irregulares, para a determinação provável do valor e composição do inimigo e da direção, local e hora do seu ataque.

b. A ação das forças de combate em posição pode variar desde a vigilância até a manutenção do terreno a todo custo. As forças de combate empregadas em posições defensivas cumprem suas missões repelindo o inimigo pelo fogo e pelo combate aproximado ou, ainda, conduzindo o combate defensivo de tal forma que o oponente possa ser destruido pelo fogo e pela manobra. As forças de combate devem ficar em condições de desengajar-se e mudar rapidamente da defensiva para as ações ofensivas.

c. A menos que a surpresa ofereça uma maior oportunidade para o sucesso, as forças atacantes devem ser batidas pelo fogo, tão cedo quanto possível, por meio de aeronaves e pela artilharia de longo alcance. À medida que o inimigo avança, é batido pelos fogos dos elementos da área de segurança. As forças de segurança alertam sobre a presença do inimigo, iludem-no, obtêm informações e, dependendo da missão, executam o máximo de retardamento sem se engajarem decisivamente. Elas procuram infligir o máximo de perdas ao inimigo, forçá-lo a desdobrar-se e, se possível, a desenvolver-se no terreno. Como meio para a busca de informes sobre alvos prováveis, os elementos de segurança podem permanecer na área depois de ultrapassados pelo inimigo.

d. O dispositivo do atacante à frente da área de defesa avançada pode proporcionar a oportunidade para um contra-ataque de desorganização. Ao considerar tal operação, o comandante deve avaliar os riscos envolvidos, em relação a seus efeitos sobre o cumprimento da missão.

e. À medida que o atacante se aproxima da área de defesa avançada, deve ser batido pelos fogos de todas as armas, a menos que tais fogos devam ser deliberadamente retidos, visando à obtenção da surpresa. As áreas de alvos, previamente selecionadas, são mantidas sob cerrada vigilância. Para obtenção da eficiência máxima sobre os alvos móveis, os fogos devem estar em condições de serem desencadeados pronta e eficientemente.

f. Na defesa móvel, os elementos da força de fixação executam, essencialmente, a ação retardadora. Suas operações podem estender-se a uma profundidade considerável, na área de defesa. Eles devem, entretanto, estar preparados para, em curto prazo, interromper o movimento e manter o terreno para cooperar no sucesso do contra-ataque. A defesa móvel baseia-se no contra-ataque como elemento decisivo. O critério para determinar quando o contra-ataque deve ser desencadeado é, basicamente, o mesmo que condiciona a decisão sobre a manobra ofensiva. Entre as considerações significativas, estão o grau de sucesso obtido pelas forças da área de defesa avançada no enfraquecimento do atacante, e o potencial remanescente para a redução posterior de sua eficiência. É desejável que o inimigo seja detido, ou tenha sua velocidade de progressão diminuída, ou esteja desorganizado, mas estes não são requisitos imprescindíveis e não devem tolher a iniciativa no desencadeamento do contra-ataque.

(1) A possibilidade de contra-ataque não deve ser cogitada contra elementos não significativos do inimigo. Quando o contra-ataque é desencadeado, a ele devem ser dados todos os meios para cumprir a missão. O emprego parcelado de forças de contra-ataque põe em risco o sucesso da operação. O contra-ataque deve ser executado rápida e violentamente, empregando todo o poder de combate necessário para assegurar o sucesso.

(2) Em certas ocasiões, pode ser necessário desencadear contra-ataques independentes contra duas ou mais forças inimigas. O processo mais eficiente é a eliminação delas em função da importância de sua ameaça. Os contra-ataques simultâneos por elementos da reserva dividem o poder de combate disponível e devem ser evitados, embora possam ser necessários, em algumas situações.

(3) Conquanto os seus planos sejam preparados com antecedência, o contra-ataque pode ser lançado antes ou depois do momento planejado, e em áreas inteiramente diferentes das previstas. A probabilidade de êxito no cumprimento da missão é o fator determinante.

(4) Contra-ataques locais em pequena escala podem ser empregados para ajudar o desengajamento de uma força, ou para obrigar o inimigo a mudar seus planos. Alguns contra-ataques, em pequena escala, executados com perícia e determinação, podem ter sobre o inimigo efeito desproporcional ao do poder de combate envolvido.

g. A defesa de área é executada levando-se em consideração o fato de que a área de defesa avançada foi organizada para deter o inimigo ou, se ele nela penetrar, para bloqueá-lo ou contê-lo em regiões que favoreçam o contra-ataque. O contra-ataque é o meio principal para eliminar a penetração. A oportunidade de seu desencadeamento é uma das mais difíceis decisões a serem tomadas pelo comandante. Deve ser desencadeado no momento em que a força atacante seja mais vulnerável. Após a penetração da área de defesa avançada, há um período durante o qual o ímpeto do ataque é reduzido, a força atacante está de certa forma desorganizada, ou o seu poder de combate está dissipado, de tal forma que a torna vulnerável ao contra-ataque. As considerações para a escolha da oportunidade e do local do contra-ataque são semelhan-

tes àquelas levadas em conta na defesa móvel. Outras considerações peculiares à defesa de área devem ser levadas em conta.

(1) A dissipação de fogos e reservas contra pequenas penetrações pode deixar o defensor sem meios para reagir contra penetrações importantes.

(2) Se a penetração obtiver tal êxito que um contra-ataque se torne ineficaz, pode ser necessário o emprego das reservas em missão de bloqueio, ficando na dependência do escalão superior a execução do contra-ataque.

ARTIGO V

CONDUTA DA DEFESA

6-14. GENERALIDADES

a. Considerações iniciais - A conduta dos elementos de combate, na defesa, inclui os contra-ataques, inclusive o de desorganização, e a ação retardadora. A ação ofensiva é importante em todos os tipos de defesa e é de particular significado na defesa móvel. A ação ofensiva é executada: para explorar os resultados do ataque pelo fogo; para destruir uma força de penetração em um local e momento da escolha do defensor; para atacar onde o inimigo não está preparado e, deste modo, obter resultados significativos; ou para auxiliar o desengajamento de uma força. A ação retardadora é empregada: para permitir que as forças se desloquem para outras posições, das quais possam executar missões ofensivas ou defensivas; para conduzir o inimigo a uma situação desfavorável, criando condições para sua destruição no interior da posição defensiva; ou para ganhar espaço que permita organizar uma posição defensiva ou passar à contra-ofensiva.

b. Áreas e forças defensivas

(1) São áreas defensivas (Fig 6-8): a área de segurança, a área de defesa avançada e a área de reserva. As forças e os fogos são distribuídos a cada uma delas, de acordo com o plano defensivo. O esquema geral da manobra ou a organização defensiva desses elementos é prescrito com os detalhes necessários para permitir a execução eficiente do plano.

(2) As forças da área de segurança fornecem informações sobre o inimigo, iludem-no e proporcionam uma cortina de contra-reconhecimento. Dentro de suas possibilidades, retardam o inimigo e reduzem seu poder de combate. Elementos da força da área de segurança podem ser designados para permanecer atrás dos elementos inimigos que progridem. A sua composição e o apoio que lhes é fornecido incluem meios de reconhecimento e observação de longo alcance, terrestres e aéreos, forte potência de fogo, alto grau de mobilidade e excelentes e seguras comunicações.

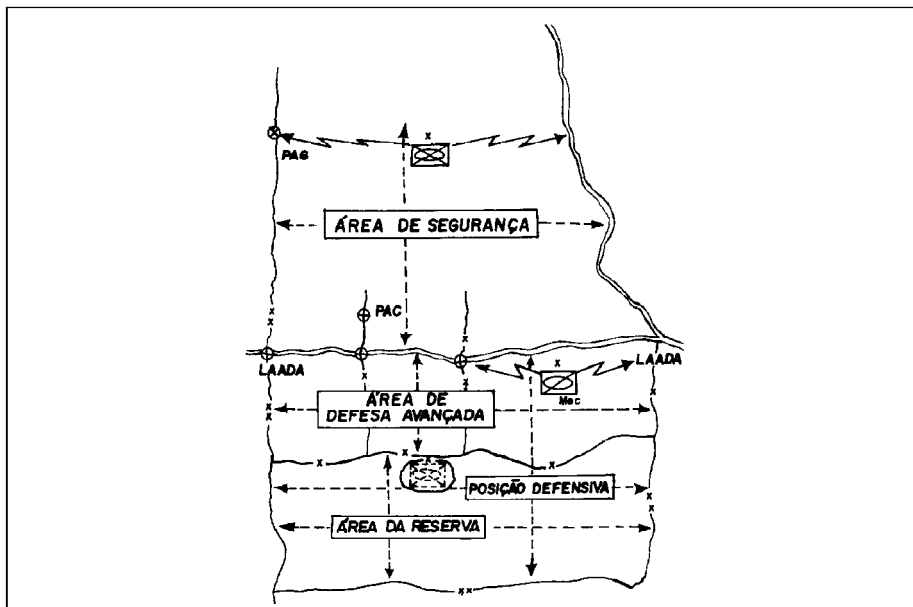



Fig 6-8. Áreas Defensivas

(3) A composição das forças da área de defesa avançada varia com a finalidade defensiva.

(a) quando a defesa é baseada na manutenção do terreno, a maioria das forças é utilizada na sua organização. Devido à impossibilidade de organizar uma defesa inexpugnável, uma reserva é necessária para manter a continuidade da defesa.

(b) as forças designadas para a área de defesa avançada, em uma defesa móvel, embora não tão fortes como aquelas da defesa de área, devem ser capazes de forçar o desdobramento do inimigo, necessitam ter possibilidade de executar fogos de longo alcance e são normalmente dotadas de uma mobilidade igual ou superior à do inimigo.

(4) As forças da área da reserva são os meios principais por meio dos quais o defensor reconquista a iniciativa. A manutenção de uma reserva potente permite a ação ofensiva, tanto no interior como à frente da área de defesa avançada. Quando a defesa móvel for empregada, a reserva constitui o elemento mais forte e mais decisivo da força. Embora possa ser empregada para realizar ações defensivas, sua missão principal é derrotar o inimigo pelo combate ofensivo. O poder de combate atribuído à reserva inclui elementos de fogo e de manobra. A possibilidade de a reserva concentrar, rapidamente, um poder de combate superior em uma dada área, aumenta consideravelmente sua capacidade ofensiva. Além disso, a reserva proporciona flexibilidade e pode ser usada para:

(a) reforçar ou substituir elementos empregados na área de defesa avançada;

(b) assegurar a manutenção de regiões importantes do terreno;
(c) auxiliar o desengajamento de forças;
(d) proteger os flancos;
(e) fornecer segurança contra assaltos aeroterrestres e aeromóveis;
(f) realizar operações contra infiltrações e forças irregulares, sempre que o valor do inimigo ultrapasse as possibilidades da força de defesa da área de retaguarda do escalão considerado.

c. Defesa contra blindados

(1) A eficiência das operações contra um inimigo que possua significativa possibilidade de emprego de blindados exige a defesa anticarro em toda a área de operações. Tal defesa deve ser planejada para cobrir as vias de acesso que apresentem maior ameaça às forças defensivas.

(2) Deve ser explorado ao máximo o emprego dos obstáculos naturais e artificiais, a fim de canalizar os blindados inimigos para os campos de tiro das armas anticarro, e facilitar a sua destruição. Deve ser empregado todo o sistema de armas anticarro, que inclui mísseis anticarro, armas anticarro individuais e coletivas, minas, carros de combate e fogos convencionais de artilharia e de aeronaves armadas. A defesa anticarro é estabelecida em profundidade, em toda a área de defesa. Os fogos de alto explosivo da artilharia podem ser usados contra os carros de combate, para produzir baixas entre as guarnições e na infantaria de acompanhamento, e para separar os fuzileiros dos carros de combate, o que facilita a ação anticarro a curta distância.

(3) Se os blindados inimigos forem bem sucedidos e sobrepujarem a área de defesa avançada, as armas anticarro localizadas em profundidade devem procurar deter o seu avanço. As forças na área de defesa avançada devem permanecer em posição para impedir que a infantaria inimiga acompanhe os blindados e para cooperar na destruição dos carros de combate que penetrarem na posição. Forças de reserva, fortes em blindados, devem ser então empregadas, para repelir ou destruir o inimigo no interior da penetração.

ARTIGO VI

TÁTICAS E TÉCNICAS ESPECIAIS NA DEFENSIVA

6-15. GENERALIDADES

Conforme foi dito no Art III deste Capítulo, há diversas variações possíveis entre as formas de manobra defesa móvel e defesa de área. Muitas vezes, para tirar proveito de um determinado terreno ou para melhor explorar as características de sua tropa, o comandante tático adota táticas e técnicas especiais, algumas das quais serão apresentadas a seguir. O manual C 7-30 BRIGADAS DE INFANTARIA contém outros exemplos.

6-16. DEFESA EM PONTO FORTE

a. A missão de estabelecer e defender um ponto forte implica deter, dividir ou desviar a direção de forças inimigas de considerável valor. Normalmente, os pontos fortes são estabelecidos ao longo de vias de acesso de grande valor para o inimigo, devendo apoiar-se em terreno restritivo ao movimento ou em tropas amigas em seus flancos.

b. O ponto forte é, essencialmente, um ninho anticarro de difícil conquista. O inimigo não pode ultrapassar um ponto forte sem sofrer grande desgaste, pois terá que realizar vários ataques de tropa a pé para conquistá-lo, se esta for sua decisão.

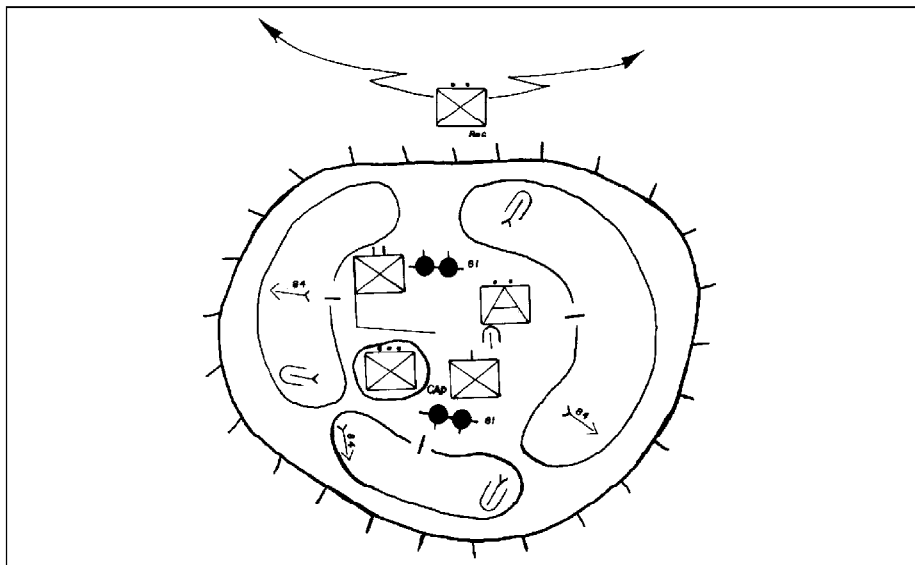



Fig 6-9. Batalhão de Infantaria na defesa em ponto forte

c. Por outro lado, o defensor, ao decidir instalar um ponto forte, também se desgastará: a instalação requer grande quantidade de mão-de-obra durante vários dias, recursos de engenharia para obras de fortificação, construção de obstáculos anticarro, espaldões especializados para viaturas, armas e pessoal (visto que a tropa que o guarnecer receberá maciços ataques de artilharia). As missões primordiais da engenharia, neste caso, serão voltadas para a contramobilidade e a sobrevivência.

d. Pela própria natureza de sua missão, os pontos fortes são localizados em terrenos favoráveis ao defensor, como florestas densas, terreno montanhoso, áreas urbanas ou passivas, que não podem ser facilmente desbordadas. A defesa em profundidade é obtida pela construção de posições suplementares no interior do ponto forte. Normalmente, o ponto forte adota um dispositivo de defesa circular.

e. Em princípio, os trens de combate da unidade ficarão em posições desenfiadas ou edificações dentro do ponto forte. Os suprimentos devem ser preposicionados nas proximidades das posições principais, de troca e suplementares.

6-17. DEFESA CIRCULAR

a. Um dispositivo de defesa circular é orientado em 360º. Sua finalidade é impedir o acesso do inimigo à área defendida. Esse dispositivo é utilizado para defender posições isoladas no interior das linhas inimigas (ex.: cabeça-de-ponte aérea — numa operação aeroterrestre — pontes, pistas de pouso, zonas de reunião, zonas de pouso de helicópteros), ou quando uma unidade é cercada pelo inimigo.

b. Este dispositivo defensivo também é comumente adotado pela tropa que mantém um ponto forte.

c. Normalmente, o perímetro de um batalhão é dividido em setores de companhias, que podem ocupá-los de vários modos, como mostra a Fig 6-10.

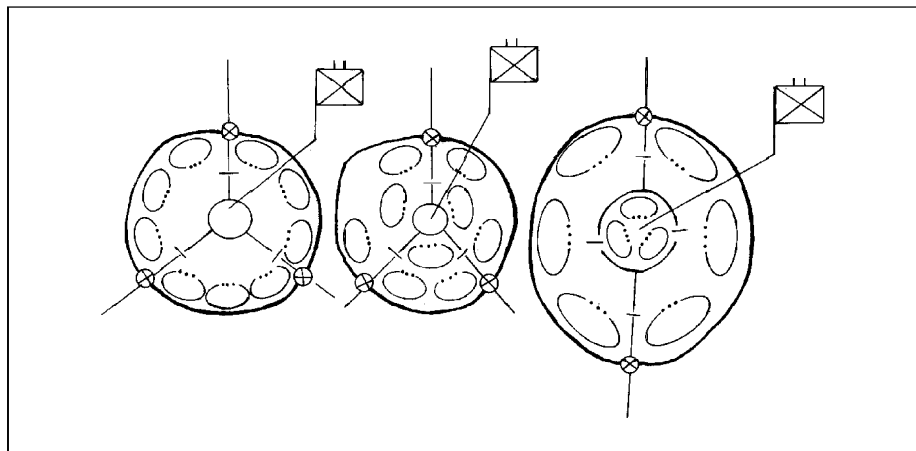



Fig 6-10. Batalhão de Infantaria na defesa circular

6-18. DEFESA ELÁSTICA

a. A defesa elástica é uma técnica que admite a penetração do inimigo em região selecionada para emboscá-lo e atacá-lo pelo fogo ao longo de todo seu dispositivo. A posição é ocupada por tropas desdobradas em profundidade, para permitir o ataque em toda a extensão da formação inimiga.

b. Batalhão de Infantaria na defesa elástica - A Fig 6-11 exemplifica essa técnica no escalão unidade.

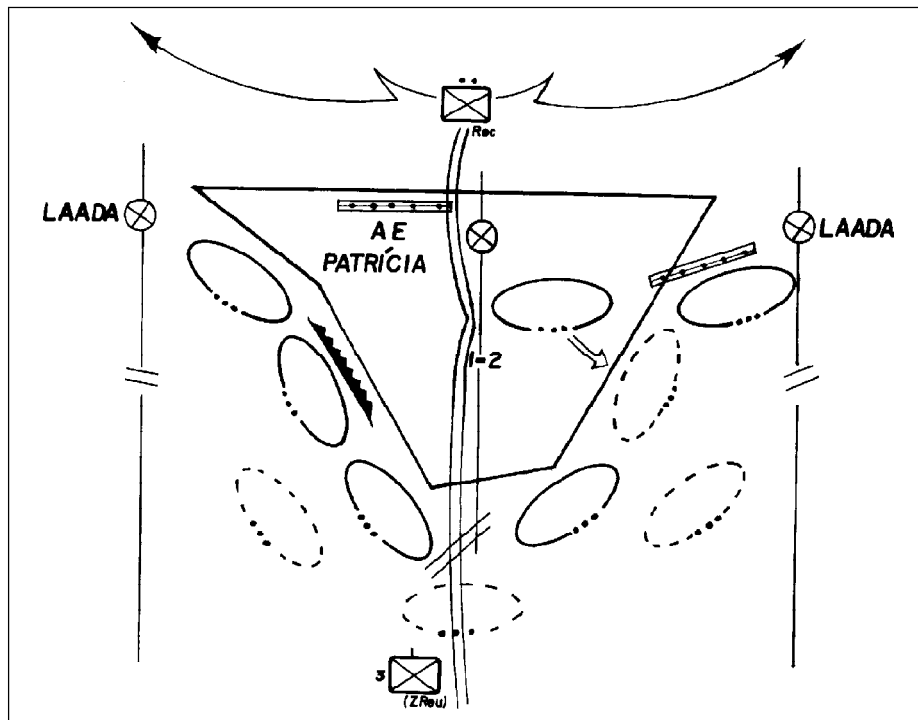



Fig 6-11. Batalhão de Infantaria na defesa elástica

(1) O plano do comandante do batalhão prevê enfraquecer as forças inimigas à frente da área de defesa avançada e, depois, destruir essas forças enfraquecidas quando progredirem para o interior de sua zona de ação. As 1ª e 2ª Cia Fzo são empregadas na área de defesa avançada (ADA), como mostra a figura. Sua missão é destruir elementos de comando e controle, apoio ao combate e apoio logístico, com a finalidade de retardar, enfraquecer e desorganizar o ataque, empregando várias operações de pequenas frações para esse fim. A 3ª Cia Fzo ocupará os núcleos de aprofundamento, para deter o ataque e destruir pelo fogo as forças remanescentes.

(2) O elemento de reconhecimento do BI é empregado, inicialmente, para vigiar à frente da zona de ação, informando o valor, dispositivo e direção do ataque inimigo e ajustando o fogo indireto. Quando o inimigo penetra na ADA, o elemento de reconhecimento ocupa posições desenfiadas e continua a informar sobre o segundo escalão e reservas inimigas.

(3) As armas AC são, inicialmente, instaladas em posições avançadas próximas ao limite anterior da área de defesa avançada (LAADA), engajando o inimigo desde seu alcance máximo e procurando retardá-lo, desorganizá-lo e forçar o desembarque das tropas. O uso de obstáculos reforça a posição defensiva e assegura a máxima eficácia dos fogos AC. Mediante ordem, as armas AC deslocam-se para as posições já reconhecidas de onde participarão

da destruição do inimigo na Área de Engajamento (AE) PATRÍCIA. O batalhão tira proveito do terreno compartimentado para reduzir a impulsão do inimigo. Isso o torna vulnerável a ataques múltiplos nos flancos, que o enfraquecem antes de chegar à área selecionada para sua destruição final pelo fogo (AE).

(4) Esta tática especial assemelha-se a uma grande emboscada.

(5) Chama-se área de engajamento a região selecionada pelo defensor onde a tropa inimiga, com sua mobilidade restringida pelo terreno e pelo sistema de barreiras, é engajada pelo fogo ajustado, simultâneo e concentrado de todas as armas da defesa. Tem a finalidade de causar o máximo de destruição, especialmente nos blindados inimigos, e de provocar o choque mental e físico pela violência, surpresa e letalidade dos fogos aplicados.

c. Brigada de Infantaria na defesa elástica - A Fig 6-12 apresenta um exemplo dessa técnica.

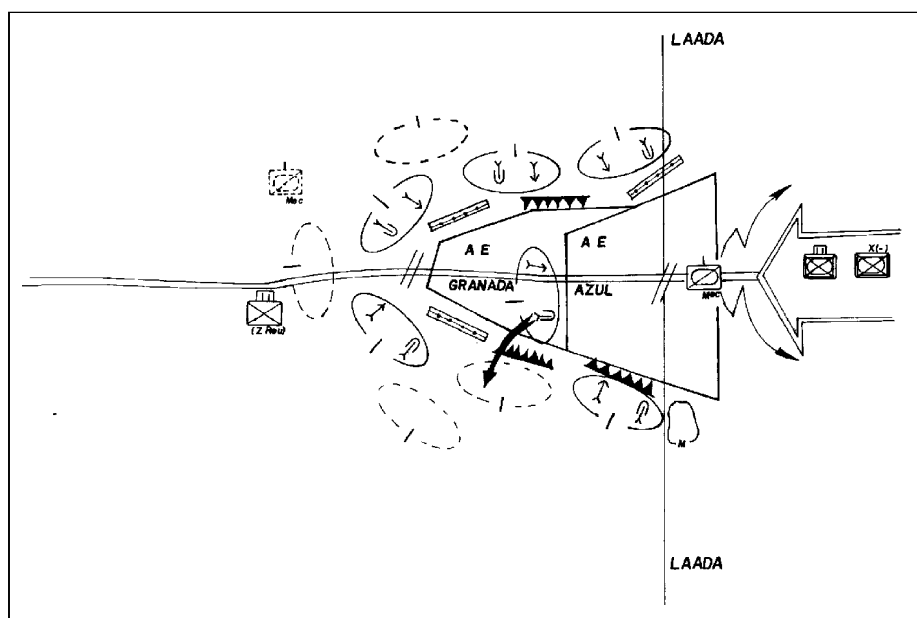



Fig 6-12. Brigada de Infantaria na defesa elástica

(1) A brigada recebe uma zona de ação. A intenção do comandante é separar a infantaria inimiga dos blindados, a fim de que os blindados desprotegidos possam ser destruidos. Para isso, estabelece uma defesa em profundidade. É desejável que o terreno nos flancos seja acidentado e se constitua em obstáculo para tropas blindadas.

(2) Quando o inimigo atinge o LAADA, tentará desbordar a posição ou penetrá-la. Ao abordá-la, é engajado pelas Cia de 1º escalão e retardado pelos obstáculos. As Cia dos flancos e as armas AC batem a formação inimiga, obrigando o desembarque da infantaria, para que ela tente atacar as posições

do LAADA. Enquanto as viaturas blindadas inimigas manobram para desbordar os obstáculos, são alvo para os tiros das armas AC dispostas na ADA (AE AZUL).

(3) O mesmo processo é repetido pelos núcleos dispostos em profundidade. Quando os blindados, sem a proteção da infantaria, se aproximam das posições em profundidade, são engajados por todos os fogos disponíveis e canalizados pelos obstáculos para a área onde serão destruidos (AE GRANADA).

(4) Os núcleos de 1º escalão continuarão a conduzir a defesa em sua zona de ação, mesmo após serem ultrapassados pelos blindados inimigos, continuando em sua missão de deter a infantaria inimiga desembarcada, até receber ordem de retrair para núcleos de aprofundamento já preparados.

(5) O sucesso da operação depende da separação dos blindados inimigos e da infantaria que os acompanha e protege, permitindo batê-los por partes.

d. Aspectos importantes

(1) É uma técnica onde se mesclam aspectos da defesa de área e da defesa móvel;

(2) Visa a destruir o inimigo no interior da posição, atacando-o em toda a profundidade de seu dispositivo;

(3) Busca separar a infantaria dos blindados inimigos;

(4) Necessita grande poder de fogo, inclusive AC;

(5) Tira o máximo proveito do terreno e da surpresa;

(6) Explora o combate em toda a profundidade da ADA;

(7) Consiste numa seqüência de defesas, deslocamentos e novas defesas.

6-19. DEFESA EM CONTRA-ENCOSTA

a. A defesa em contra-encosta visa a utilizar uma crista topográfica para proteger o defensor da observação terrestre e do fogo direto do inimigo. Essa técnica tira o máximo proveito da surpresa e obriga o inimigo a empregar parceladamente seus meios na crista topográfica da elevação. Além disso, reduz o efeito das armas de longo alcance do inimigo e tira o máximo proveito das armas de curto alcance das unidades em posição.

b. São empregadas medidas de simulação para levar o inimigo a crer que a posição defensiva está na encosta da elevação. Conforme o inimigo se aproxima da posição, é engajado no alcance máximo das armas AC. Empregam-se patrulhas para atacar os flancos do inimigo durante seu movimento para o ataque. Constroem-se posições falsas na encosta, com a finalidade de fazer o atacante desdobrar sua força para atacá-las.

c. A maior parte das forças do defensor é disposta na contra-encosta, de onde pode engajar o inimigo que atingir a crista topográfica da elevação, onde deve ser detido e desorganizado por obstáculos. Isso permite ao defensor engajar parceladamente pequenas frações inimigas que vençam a crista.

d. Os fogos indiretos são empregados para atingir o inimigo que ainda se encontra na encosta da elevação e para retardar sua progressão para a crista topográfica. As armas AC são reposicionadas aonde possam emassar seus fogos contra o inimigo.

Fig 6-13. Batalhão de Infantaria na defesa em contra-encosta

e. Aspectos importantes

(1) Explora ao máximo o emprego da surpresa e de medidas de proteção da força;

(2) Força o emprego parcelado da força inimiga e expõe sua silhueta na crista topográfica;

(3) Concentra o poder de fogo direto em elementos menores;

(4) Não utiliza o efeito das armas de fogo direto de longo alcance.

CAPITULO 7

AÇÕES COMUNS ÀS OPERAÇÕES BÁSICAS

ARTIGO I

INTRODUÇÃO

7-1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

a. As ações comuns às operações básicas correspondem àquelas ações que são realizadas, com grau de intensidade variável, no decorrer das operações ofensivas e defensivas.

b. São relacionadas e classificadas como ações comuns às operações básicas:

(1) Operações de reconhecimento, vigilância de combate e segurança;
(2) Operações de substituição de unidades de combate;
(3) Segurança de área de retaguarda;
(4) Operações ar-superfície;
(5) Ações contra ataques blindados, aeroterrestres e aeromóveis, a defesa contra guerrilheiros e contra forças de infiltração.

ARTIGO II

AÇÕES DE RECONHECIMENTO, VIGILÂNCIA DE COMBATE E SEGURANÇA

7-2. GENERALIDADES

a. As ações de reconhecimento, vigilância de combate e segurança estão normalmente presentes em quase todas as operações, sejam elas ofensivas ou defensivas.

b. O reconhecimento e a segurança completam-se mutuamente e não podem ser facilmente separados. Um eficiente reconhecimento proporciona um certo grau de segurança, e a força que executa uma missão de segurança provê também informes sobre o inimigo e a região de operações.

7-3. RECONHECIMENTO

a. O reconhecimento é a ação conduzida em campanha, pelo emprego de meios terrestres ou aéreos, com o propósito de obter informes sobre o inimigo e a área de operações.

b. As ações de reconhecimento terrestre são executadas de acordo com os seguintes fundamentos:

(1) Orientar-se segundo os objetivos de informações - O reconhecimento deve ser orientado para tropas inimigas, acidentes capitais do terreno, pontos sensíveis, localidades, direções de atuação, zonas ou áreas específicas. Os elementos que realizam um reconhecimento atuam em função dos objetivos de informações, condicionante essencial para o adequado cumprimento da missão.

(2) Participar com rapidez e precisão todos os informes obtidos - Os informes, positivos ou negativos, devem ser transmitidos logo que obtidos. Eles devem ser participados tal como foram obtidos, não devendo conter opiniões e, sim, fatos.

(3) Evitar engajamento decisivo - Uma força de reconhecimento deve manter a sua liberdade de manobra. O engajamento em combate ocorre, quando necessário, para a obtenção dos informes desejados, ou para evitar a destruição ou captura da força.

(4) Manter o contato com o inimigo - Na execução de uma missão de reconhecimento, o contato deve ser obtido o mais cedo possível. Uma vez estabelecido, é mantido e não deve ser rompido voluntariamente, sem autorização do escalão superior. O contato pode ser mantido, também, por meio da observação terrestre ou aérea.

(5) Esclarecer a situação - Quando o contato com o inimigo é estabelecido ou um obstáculo é encontrado, a situação deve ser esclarecida rapidamente. A localização, o valor, a composição e o dispositivo do inimigo são determinados, e um esforço especial é feito para delimitar os flancos da posição inimiga. De acordo com a missão, o comandante deve rapidamente decidir se ataca ou desborda a resistência inimiga.

c. Há três tipos de reconhecimento: de eixo, de zona e de área. O tipo a ser empregado é escolhido tendo em vista as informações desejadas, o conhecimento da situação do inimigo, o terreno, o valor da força de reconhecimento, onde o informe deve ser procurado e o tempo disponível para obtê-lo.

d. A maioria das unidades tem possibilidade de realizar reconhecimento. No entanto, as unidades de cavalaria mecanizada são especificamente organizadas, equipadas e instruídas para cumprir tais missões.

7-4. VIGILÂNCIA DE COMBATE

a. A vigilância de combate é um dos principais meios para a detecção e localização de unidades, instalações e atividades do inimigo. Compreende todas as técnicas utilizadas para realizar uma contínua e sistemática observação do campo de batalha, em particular de áreas críticas, estradas, pontes, áreas de lançamento, de aterragem etc.

b. Os fatores principais que influenciam a execução da vigilância de combate são as condições de visibilidade, o terreno, as cobertas naturais e artificiais, a defesa antiaérea e as características dos próprios equipamentos de vigilância.

c. A vigilância de combate faz parte da segurança de qualquer unidade e é conduzida em todo tipo de operação. No entanto, as unidades de cavalaria mecanizada têm grande aptidão para o seu desempenho e a conduzem, normalmente, como parte inerente às missões de reconhecimento e de segurança, pela manutenção de uma contínua e sistemática observação sobre uma extensa área, a fim de coletar e transmitir informes sobre o inimigo e a área de operações.

d. Em cada operação de combate está incluído um certo grau de vigilância de combate, a qual se apresenta sob as seguintes formas:

(1) Visual - É realizada pelas unidades terrestres e aéreas, particularmente no cumprimento das missões de reconhecimento. Utiliza equipamentos de visão noturna infravermelhos, amplificadores de luz residual ou termais.

(2) Eletrônica - Consiste na vigilância realizada com o emprego de meios especiais, tais como: radares, radiogoniômetros, equipamentos de rádio-escuta, sensores, câmeras de televisão etc.

(3) Fotográfica - Consiste, essencialmente, no emprego de equipamentos fotográficos especiais, montados em aeronaves leves ou veículos aéreos não tripulados.

7-5. SEGURANÇA

a. A segurança compreende o conjunto de medidas adotadas por uma força, visando a proteger-se contra a inquietação, a surpresa e a observação por parte do inimigo. Sua finalidade é preservar o sigilo das operações, manter a iniciativa das mesmas e obter a liberdade de ação.

b. As operações de segurança são executadas de acordo com os fundamentos abaixo:

(1) Proporcionar alerta preciso e oportuno ao escalão superior - A força de segurança deve informar ao escalão superior precisa e oportunamente, sobre a localização ou movimento das forças inimigas que possam constituir uma ameaça ao cumprimento de sua missão. Somente dessa maneira pode o comandante decidir sobre a aplicação dos meios e sobre o prazo e local para engajar-se com o inimigo e manobrar suas forças, a fim de obter a surpresa e vantagens táticas.

(2) Garantir espaço para a manobra - A força de segurança atua suficientemente distante da tropa em proveito da qual opera, de modo a garantir-lhe o prazo e o espaço suficientes para que possa manobrar, buscando ou evitando o contato com o inimigo. A distância entre ambas é função da análise judiciosa dos fatores da decisão.

(3) Orientar a execução da missão em função da força em proveito da qual opera - Uma força de segurança manobra de acordo com a localização ou o movimento da tropa em proveito da qual opera, interpondo-se entre ela e a conhecida ou provável ameaça do inimigo.

(4) Executar um contínuo reconhecimento - Toda força de segurança deve executar um reconhecimento contínuo e agressivo, capaz de fornecer ao comandante informes sobre o terreno e o inimigo em sua zona de ação e, ainda, possibilitar a localização adequada da força de segurança em relação à tropa, em proveito da qual opera, e à ameaça inimiga.

(5) Manter o contato com o inimigo - O contato com o inimigo deve ser mantido até que não constitua mais uma ameaça ou que se afaste da zona de ação da tropa em proveito da qual a força de segurança opera. O comandante de uma força de segurança não pode, voluntariamente, romper o contato com o inimigo, a menos que seja determinado pelo comando superior.

c. A segurança repousa nas informações, no dispositivo, no emprego de forças de segurança e nas medidas ativas e passivas adotadas contra a observação e os ataques inimigos de qualquer natureza.

d. A segurança é obtida, efetivamente, pela detecção antecipada de uma ameaça; pelo tempo e espaço suficientes para a manobra, a fim de que a força possa reagir a uma ameaça; e evitando, neutralizando ou destruindo uma ameaça. A segurança é proporcionada pelas informações oportunas e precisas, bem como pelo movimento rápido e agressivo. Toda unidade é responsável pela sua própria segurança, a despeito da proporcionada por outras unidades.

e. A força que proporciona segurança a uma tropa deve ser suficientemente forte e apropriada para lhe fornecer o tempo necessário para que possa reagir. De acordo com suas possibilidades, as forças de segurança engajam o inimigo apenas o tempo suficiente para cumprirem suas missões. Medidas de segurança não devem ser tomadas desnecessariamente, de tal forma que desviem o esforço da unidade do real cumprimento de sua missão.

f. Os graus de segurança proporcionados a uma força são os seguintes:

(1) Cobertura - É a ação que proporciona segurança a determinada região ou força, com elementos distanciados ou destacados, orientados na direção do inimigo e que procuram interceptá-lo, engajá-lo, desorganizá-lo ou iludi-lo antes que o mesmo possa atuar sobre a região ou força coberta.

(2) Proteção - É a ação que proporciona segurança a determinada região ou força, pela atuação de elementos no flanco, frente ou retaguarda imediatos, com a finalidade de impedir a observação terrestre, o fogo direto e o ataque de surpresa do inimigo sobre a região ou força protegida.

(3) Vigilância - É a ação que proporciona segurança a determinada

região ou força, pelo estabelecimento de uma série de postos de observação, complementados por adequadas ações que procuram detectar a presença do inimigo logo que ele entre no raio de ação ou campo dos instrumentos óticos ou sensores eletrônicos do elemento que a executa.

g. As missões de segurança são realizadas, basicamente, por forças de cobertura, de proteção e de vigilância. Complementarmente, incluem-se também, entre as missões de segurança, tanto a que estabelece a ligação entre duas outras forças de maior valor visando, principalmente, a tamponar uma brecha, quanto aquela que realiza a segurança da área de retaguarda. Os Postos Avançados Gerais (PAG) e os Postos Avançados de Combate (PAC) incluem-se entre as forças de segurança que atuam na área de segurança à frente do limite anterior da área de defesa avançada.

ARTIGO III

SUBSTITUIÇÃO DE UNIDADES DE COMBATE

7-6. GENERALIDADES

a. Quando as operações táticas se estendem por períodos prolongados, será necessária a substituição periódica de unidades empregadas, tendo em vista:

(1) Conservar o poder de combate;
(2) Manter a eficiência operacional;
(3) Atender as imposições dos planos táticos;
(4) Reequipar, reinstruir e ensaiar as forças para operações especiais.

b. O planejamento tático prevê tais substituições periódicas, seja pela substituição em posição, seja por uma ultrapassagem ou, ainda, por um acolhimento.

c. O congestionamento resultante dessas operações requer que toda a precaução seja tomada para reduzir a vulnerabilidade das forças ao ataque inimigo, durante a operação. São essenciais uma estreita coordenação dos planos e uma cerrada cooperação entre as forças que executam a substituição.

d. Alguns aspectos devem ser considerados no planejamento e na execução de todos os tipos de operações de substituição:

(1) Deve ser proporcionado tempo adequado para o planejamento e o reconhecimento;
(2) Devem ser expedidas ordens preparatórias o mais cedo possível;
(3) Os planos são minuciosos, simples e bem coordenados entre todos os escalões das forças que substituem e das forças substituídas;
(4) Sempre que possível, as substituições são executadas durante períodos de reduzida visibilidade;
(5) Os planos de dissimulação incluem todas as medidas indicadas para assegurar o sigilo e a surpresa;

(6) A substituição é executada no mais curto prazo possível;
(7) São tomadas todas as precauções para reduzir a vulnerabilidade ao ataque inimigo durante a substituição;
(8) As forças que substituem e as substituídas mantêm estreitas ligações;
(9) Os elementos de apoio ao combate e as forças por eles apoiadas são substituídos em oportunidades diferentes;
(10) A hora de assunção do comando pelo comandante substituto e as condições segundo as quais a substituição deve processar-se, são estabelecidas entre os dois comandantes interessados ou determinadas pelo comandante imediatamente superior.

7-7. SUBSTITUIÇÃO EM POSIÇÃO

a. A substituição em posição é uma operação de combate na qual, por ordem do escalão superior, uma força ou parte dela é substituída por outra em uma área de combate. As responsabilidades pela missão de combate e pela zona de ação da força substituída são assumidas pela força que substitui. A substituição em posição dá-se quando a força a ser substituída ocupa uma posição defensiva, e é realizada para o prosseguimento da defesa ou para a preparação de um ataque subseqüente.

b. O comandante de uma força que está sendo substituída é responsável pela defesa de sua área, até a passagem do comando. Esta passagem, normalmente, ocorre quando os comandantes das forças da área de defesa avançada tenham assumido a responsabilidade pelas respectivas áreas e quando tiverem sido estabelecidos meios adequados de comunicações para controlar toda a zona de ação.

c. Numa substituição em posição, para a continuação da defesa, a força que substitui deve adaptar-se ao plano geral de defesa da força substituída, até a passagem do comando. Todo o esforço deve ser feito para realizar a substituição sem enfraquecer a integridade tática da posição.

7-8. ULTRAPASSAGEM

a. A ultrapassagem é uma operação de combate em que uma força ataca através de outra que se encontra em contato com o inimigo. Ela é executada por uma força para substituir uma outra, desfalcada, dispersa ou sem condições de prosseguir, ou para iniciar um ataque.

b. Os elementos da força ultrapassada permanecem em posição e apoiam a força que ultrapassa, até que seus fogos se tornem ineficazes. A força ultrapassada pode permanecer em posição ou ser empregada em outra ação. A força em contato provê todo o apoio possível à força que ultrapassa.

7-9. ACOLHIMENTO

a. O acolhimento é uma operação na qual uma força que realiza um movimento retrógrado passa através da zona de ação de uma outra que ocupa uma posição defensiva à retaguarda. Esta operação é utilizada quando se deseja substituir uma força que esteja demasiadamente empenhada ou se encontre muito desfalcada. Pode também ocorrer como parte de um movimento retrógrado ou para permitir o retraimento de uma força que deva cumprir uma outra missão.

b. Na operação de acolhimento, a força em posição apóia ao máximo a força que retrai e toma a si a missão retardadora desta última, ou a de defesa, quando o retraimento, através de sua posição, for completado. A força que retrai tem prioridade nos itinerários e nas instalações. As áreas ou pontos selecionados para a passagem das tropas a serem acolhidas devem estar desocupados e localizados entre os elementos da força em posição, ou em seus flancos. Quando possível, os itinerários de retraimento, particularmente para elementos de carros de combate, evitam locais organizados da posição defensiva. Um plano pormenorizado de reconhecimento é preparado e cuidadosamente coordenado entre a força que retrai e a que se encontra em posição.

ARTIGO IV

SEGURANÇA DA ÁREA DE RETAGUARDA

7-10. GENERALIDADES

a. A segurança e o controle geral de uma área são da responsabilidade do comandante de maior posto na área. A segurança da área de retaguarda compreende dois tipos de ações: a defesa da área de retaguarda e o controle de danos.

b. Na área de retaguarda de uma determinada organização ou força é realizada a maior parte das atividades de comando e controle e de apoio logístico à mesma. Aí também, normalmente, desdobram-se as reservas, as unidades de apoio ao combate e as instalações de comando da organização ou força considerada.

c. As instalações da área de retaguarda, que anteriormente estavam protegidas pela distância da frente de combate, podem estar, agora, dentro do alcance das armas inimigas. Tal fato, aliado às frentes extensas, aos grandes intervalos entre as forças de combate e aos modernos conceitos de combate não linear e ação em profundidade, aumenta a vulnerabilidade das forças e instalações da retaguarda e exige que uma maior ênfase seja dada à segurança da área de retaguarda e às medidas de contra-inteligência.

d. Apesar de se constituírem em dois planejamentos distintos, ambos realizados pelo Controlador de Segurança da Área de Retaguarda, os planos de

defesa da área de retaguarda e de controle de danos complementam-se nas providências a serem tomadas, uma vez que a finalidade de ambos é a preservação das unidades, das instalações, das atividades de apoio logístico e das vias de transporte na área de retaguarda.

e. As atividades principais na área de retaguarda são as de comando e controle e de apoio logístico. A finalidade da segurança da área de retaguarda é evitar ou minorar a interferência do inimigo nessas atividades, os efeitos de um evento destruidor ou os de uma catástrofe da natureza.

7-11. DEFESA DA ÁREA DE RETAGUARDA

a. A defesa da área de retaguarda é um conjunto de medidas e de ações executadas nos diversos escalões da força terrestre, visando a assegurar a normalidade no desempenho das atividades dos elementos de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico, além dos de comando e controle localizados nas respectivas áreas de retaguarda.

b. A possibilidade de realização, pelo inimigo, de operações aeroterrestres, aeromóveis, de guerrilha ou de infiltração apresenta uma ameaça permanente para o comandante da área de retaguarda. O emprego com êxito, pelo inimigo, de tais ações pode ter um efeito desmoralizante e decisivo sobre uma força despreparada e interromper a continuidade de seu apoio logístico.

c. Devem ser preparados planos para a defesa da área de retaguarda, a fim de conter a ameaça inimiga. Informações precisas e oportunas a respeito das possibilidades do inimigo, inclusive quanto ao emprego de guerrilhas, são considerações importantes na elaboração do plano global. A composição e o valor das forças designadas para missões de defesa da área de retaguarda devem ser baseados na estimativa das possibilidades do inimigo e na missão principal de toda a força. Além disso, os planos integram todos os meios, incluindo não somente todas as forças amigas na área, mas também as guerrilhas e forças paramilitares amigas que estejam disponíveis. A defesa bem sucedida ou a destruição das forças inimigas na área de retaguarda depende da capacidade de as forças amigas reagirem rapidamente e da eficiência das comunicações.

d. As vias de transporte incluem todos os itinerários (terrestres, aquáteis e aéreos) que ligam a força militar em operações a uma base de operações, e ao longo dos quais os suprimentos e os reforços se movimentam. São as linhas vitais de comunicação da força militar em um Teatro de Operações. Quanto mais longa a via de transporte, mais vulnerável se torna às ações de interdição. A destruição ou a interrupção das vias de transporte prejudicam o cumprimento da missão da força e, portanto, constituem a consideração principal na conduta de operações eficientes de defesa da área de retaguarda.

e. As forças designadas para a defesa da área de retaguarda devem ter o valor adequado para conter as ameaças inimigas. As forças nela localizadas devem ser empregadas para cooperar na defesa de instalações e vias de

transporte. A eficiência da defesa da área de retaguarda exige que cada plano de defesa das instalações contenha a preparação e a realização de ensaios, tendo em vista a sua própria defesa e a execução da missão que lhe cabe no plano geral de segurança. A natureza da ameaça pode exigir a localização de forças altamente móveis nessas áreas. Efetiva autoridade de comando, áreas de responsabilidade definidas e comunicações adequadas e seguras devem ser estabelecidas. A localização e a fixação do inimigo são os principais problemas na defesa da área de retaguarda. Isso será melhor conseguido, por meio do controle de áreas favoráveis às ações inimigas, até que ele revele sua localização e seja possível o lançamento de operações para a sua destruição.

f. Devem ser preparados planos para a defesa de áreas e instalações críticas. Deve ser dada prioridade ao emprego das tropas de apoio logístico para a segurança de suas próprias instalações. Uma força de segurança pode ser também disposta em regiões favoráveis, de onde seus elementos possam deslocar-se para bloquear uma ameaça inimiga. Uma vez localizado o inimigo, os elementos da força de defesa da área de retaguarda, não engajados no bloqueio, são reunidos rapidamente, para a ação decisiva de sua destruição. As forças podem agir por iniciativa própria; no entanto, deve ser estabelecido o controle, a fim de assegurar coordenação, logo que a natureza da ameaça seja definida.

7-12. CONTROLE DE DANOS

As medidas preventivas e de controle, adotadas para reduzirem ao mínimo os efeitos dos bombardeios inimigos e para assegurarem a continuidade ou o restabelecimento do apoio logístico, após esses bombardeios, constituem o controle de danos. Tais medidas que são executadas antes, durante e após a ocorrência dos bombardeios, aplicam-se também no caso de graves desastres ou de catástrofes da natureza e incluem o restabelecimento do controle, os primeiros socorros e a evacuação de feridos, o isolamento de áreas perigosas, o combate a incêndio e outras ações.

7-13. PROVIDÊNCIAS DE COMANDO

a. Todos os comandantes são responsáveis pela defesa da área de retaguarda e pelo controle de danos de suas próprias forças e instalações. A responsabilidade total pela segurança da área de retaguarda, em uma área específica, cabe ao comando designado. É de sua responsabilidade assegurar a integração dos planos de defesa da área de retaguarda e de controle de danos no plano geral de segurança da área de retaguarda. Quando o controle e a coordenação operacionais assim o exigirem, subáreas são estabelecidas no interior da área de retaguarda. Todas as forças localizadas naquelas subáreas são integradas nos planos de segurança da área de retaguarda. Tais planos são coordenados com as forças vizinhas e com o escalão superior.

b. As atividades de segurança da área de retaguarda e de apoio logístico

são realizadas na mesma área geográfica e envolvem as mesmas forças. Uma vez que o emprego de unidades de apoio logístico na segurança da área de retaguarda é um complemento de suas missões de apoio logístico às forças de combate, a forma e a extensão da participação daquelas unidades na referida segurança são decisões do comandante responsável por todas essas atividades correlatas. Assim, um sistema eficaz de segurança da área de retaguarda deve estabelecer:

(1) Um único comandante, responsável pelas atividades na mesma área geográfica, com o necessário estado-maior e meios de comunicações, que não devem ser temporários, improvisados ou estabelecidos somente depois do ataque;

(2) Uma definição de responsabilidade geográfica;

(3) Uma estrutura de controle que evite conflitos entre as organizações responsáveis pela defesa da área de retaguarda, pelo controle de danos e pelo apoio logístico.

ARTIGO V

OPERAÇÕES AR-SUPERFÍCIE

7-14. CONSIDERAÇÕES GERAIS

a. As operações militares realizadas pela Força Aérea, no Teatro de Operações Terrestres ou Marítimo - e em Zonas de Defesa, incluem as Operações Ar-Superfície.

b. A Força Aérea realiza Operações Ar-Superfície por meio das Operações Aerotáticas, em proveito das ações que visam ao cumprimento das missões atribuídas aos comandantes daqueles TO ou ZD.

c. As Operações Aerotáticas compreendem operações realizadas pela Força Aérea, predominantemente de forma integrada com as Forças de Superfície, em prol da missão do TO em áreas de responsabilidade definida, realizadas simultaneamente ou não com a manobra (fogo e movimento) destas Forças.

d. As Operações Ar-Superfície abrangem as Operações Ar-Terra e Ar-Mar.

7-15. PLANEJAMENTO DAS OPERAÇÕES AR-SUPERFÍCIE

a. Os procedimentos necessários ao planejamento e demais características das Operações Ar-Superfície constam do FA-M-19 - MANUAL DE OPERAÇÕES AR-SUPERFÍCIE.

b. A ativação do Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (COMDABRA), em 1996, determina a inclusão em sua área de atuação da

parcela do território nacional contida no Teatro de Operações Terrestre. Assim sendo, a atuação do Sistema de Controle Aerotático (SCAT) deverá sofrer os reajustes necessários para adequar-se a essa nova situação. Todavia, a essência da missão do SCAT deverá permanecer.

ARTIGO VI

OUTRAS AÇÕES COMUNS

7-16. GENERALIDADES

O comandante deve estar alerta para a possibilidade de ataques de blindados, de forças aeroterrestres e aeromóveis e de guerrilheiros, bem como para a infiltração inimiga através de intervalos no dispositivo ofensivo ou defensivo.

7-17. AÇÕES CONTRA BLINDADOS

a. A defesa anticarro é planejada para cobrir as prováveis vias de acesso para os blindados, inclusive aquelas áreas do terreno aparentemente desfavoráveis ao seu emprego.

b. É essencial detectar, o mais cedo possível, a presença de unidades de carros de combate inimigas. Deve-se tirar o máximo proveito dos obstáculos naturais, das crateras e dos campos de minas anticarro, para facilitar a destruição dos blindados inimigos ou para canalizá-los para os campos de tiro das armas anticarro. Todos os tipos de armas anticarro são utilizados, incluindo os mísseis, as armas individuais e coletivas, as minas, os carros de combate, a artilharia e os meios de apoio de fogo aéreo. A defesa anticarro é estabelecida em profundidade, ao longo de toda a posição defensiva.

7-18. AÇÕES CONTRA FORÇAS AEROTERRESTRES E AEROMÓVEIS

a. A defesa contra forças aeroterrestres e aeromóveis inimigas inclui medidas de defesa aérea, um sistema de alarme, tropas em condições de defender prováveis zonas de desembarque e de lançamento e uma reserva móvel. Todo esforço é feito para isolar e evitar os reforços às forças inimigas. Se as forças locais não forem suficientes para derrotar o atacante, devem constituir a base para o contra-ataque de reservas móveis mais fortes. Os blindados são particularmente eficientes contra as forças aeroterrestres e aeromóveis inimigas, particularmente no momento do desembarque.

b. O problema principal é produzir informes precisos sobre a localização e o valor do inimigo. Tal dificuldade é decorrente de dados imprecisos, da dispersão e da interrupção das comunicações nas áreas atingidas. Devem ser utilizados todos os meios de observação e de comunicações. Normalmente, as

forças aeroterrestres não dispõem de boa mobilidade, logo após a aterragem. Daí decorre a necessidade de que essas forças sejam lançadas, de preferência, sobre ou nas proximidades de seus objetivos. Tal fato pode ser utilizado pelo comandante, ao planejar sua defesa, com relação aos locais de desdobramento de suas forças, visando a antecipar-se ao assalto aeroterrestre e ao seu emprego durante o mesmo.

c. Quando uma ameaça importante, aeroterrestre ou aeromóvel, justificar o dispêndio de meios e o tempo permitir, obstáculos e barreiras são improvisados ou construídos em zonas prováveis de lançamento ou de desembarque, e nas vias de acesso que conduzem aos possíveis objetivos do inimigo. Embora os obstáculos e as barreiras não possam assegurar a defesa absoluta contra o ataque aeroterrestre, dificultam a ação do inimigo, negam-lhe a utilização livre do terreno disponível e podem reduzir o número de forças necessárias para a defesa de áreas importantes. As inundações e a pré-instalação de cargas de demolição devem ser levados em consideração na defesa contra forças aeroterrestres e aeromóveis.

7-19. AÇÕES CONTRA FORÇAS DE INFILTRAÇÃO

a. A defesa contra forças de infiltração torna-se progressivamente importante à medida que a dispersão no campo de batalha aumenta. As forças inimigas podem infiltrar-se e reunir-se em áreas à retaguarda para atacar. A força inimiga de infiltração, cuja busca deve ser sempre procurada, pode constituir um alvo compensador que permita o desencadeamento preciso de fogos de longo alcance. A destruição ou a neutralização, o mais cedo possível, de tais forças, são essenciais.

b. As medidas de contra-inteligência, patrulhas de combate, obstáculos antipessoal, dispositivos de alarme, equipamentos eletrônicos de vigilância, vigilância aérea e desfolhamento de vias de acesso densas em vegetação de porte contribuem para o controle de infiltração de forças inimigas. Todo esforço é feito para identificar as prováveis zonas de reunião à retaguarda das forças amigas. É dada prioridade para a destruição do inimigo nessas zonas, antes que ele possa organizar-se e desencadear seu ataque.

7-20. AÇÕES CONTRA GUERRILHEIROS

a. Todas as forças e instalações estão sujeitas à ação de guerrilheiros. Uma segurança local eficaz é essencial na defesa contra esses ataques. Providências especiais são tomadas para:

(1) O reconhecimento terrestre e aéreo da área de retaguarda;
(2) O patrulhamento agressivo nas áreas de defesa e entre as instalações;
(3) O apoio mútuo entre forças vizinhas;
(4) A defesa de instalações e zonas críticas;
(5) As escoltas armadas;
(6) O emprego de civis como guias;

b. São necessárias informações sobre áreas adequadas para bases de guerrilhas, identidade de líderes dos guerrilheiros e seus colaboradores civis, meios de comunicações e fontes de suprimento. A eficiência dos guerrilheiros depende em grande parte de informes atualizados. Assim, devem ser tomados cuidados especiais para impedir que eles obtenham informes sobre as operações das forças amigas, instalações e movimentos de tropas. Deve ser prestada atenção particular à segurança das comunicações, especialmente às medidas de segurança de exploração.

c. Os aspectos político, administrativo e econômico da área são considerados no planejamento da defesa. Especial atenção deve ser dada às medidas para impedir o apoio logístico à força de guerrilha. Ela não pode operar eficientemente, a menos que obtenha, de algum modo, o apoio da população local. Deve-se envidar esforço continuado para que seja impedido esse apoio nas operações contraguerrilhas. O planejamento deve ser coordenado com o planejamento geral da segurança da área de retaguarda.

CAPÍTULO 8

OPERAÇÕES COMPLEMENTARES

ARTIGO I

INTRODUÇÃO

8-1. CONSIDERAÇÃO INICIAL

As operações complementares destinam-se a apoiar as operações básicas e a contribuir para o incremento e a aplicação do poder de combate.

ARTIGO II

JUNÇÃO

8-2. GENERALIDADES

a. A junção é uma operação que envolve a ação de duas forças terrestres amigas que buscam o contato físico; pode ser realizada entre uma força em deslocamento e uma outra estacionária, ou entre duas forças em movimentos convergentes. Tal encontro pode ocorrer em operações aeroterrestres ou aeromóveis, na substituição de uma força isolada, num ataque para juntar-se a força de infiltração, na ruptura do cerco a uma força, no auxílio a uma força dividida, na convergência de forças independentes ou no encontro com forças de guerrilha amigas.

b. Quando a operação de junção ocorre entre uma força estacionária e uma força móvel - chamada força de junção - ela compreende uma ação ofensiva do elemento de junção que procura o contato físico entre as forças, executada simultaneamente com uma ação predominantemente defensiva,

realizada pela força estacionária, com a finalidade de manter a posse da região onde será feita a junção. Assim, uma operação de junção, inicialmente, é executada como uma ofensiva normal. À medida que se aproxima o momento da junção, a coordenação e o controle são intensificados por meio de restrições impostas a ambas as forças.

c. Quando duas forças em movimento realizam a junção, devem ser intensificadas as medidas de coordenação e controle. Após a sua concretização, as forças continuam no cumprimento de suas missões.

8-3. PLANEJAMENTO

a. O planejamento para a junção deve assegurar estreita coordenação de esforços entre a força de junção e a força estacionária. Ampla troca de informações entre as duas forças deve ser prevista, inclusive de planos elaborados, conseqüentes de planejamentos prévios e minuciosos, realizados com o propósito de reduzir os riscos inerentes a esse tipo de operação.

b. No planejamento de uma operação de junção, são tomadas as seguintes providências:

(1) Relações e responsabilidades de comando;
(2) Ligações de comando e de estado-maior;
(3) Coordenação dos esquemas de manobra;
(4) Medidas de coordenação de apoio de fogo;
(5) Coordenação e troca de planos de comunicações;
(6) Compatibilização dos sistemas de comunicações;
(7) Estabelecimento de um sistema de reconhecimento mútuo;
(8) Ações a serem realizadas após a junção.

ARTIGO III

OPERAÇÕES CONTRA DESEMBARQUE ANFÍBIO

8-4. GENERALIDADES

a. Num ambiente permeável como é o mar, é sempre possível a ocorrência de incursões ou de bombardeios navais inimigos sobre a área terrestre adjacente ao litoral. Essas incursões podem exigir a intervenção de forças destinadas à defesa do litoral, tais como: aviões de reconhecimento e ataque, navios armados de mísseis e força terrestre para se contraporem às ações de desembarque.

b. No caso de uma operação anfíbia inimiga, deve ser considerada, também, a possibilidade de emprego de força terrestre de vulto.

8-5. COMANDO

a. As operações de defesa contra desembarque anfíbio são, normalmente, operações conjuntas ou combinadas em que estarão presentes forças navais, terrestres e aéreas. A defesa eficaz contra um desembarque anfíbio começa pela atuação da Força Naval e da Força Aérea contra a esquadra inimiga, o mais longe possível.

b. Desse modo, envolve o emprego de meios heterogêneos, o que exige uma coordenação detalhada para cumprir a missão com o menor dispêndio de meios e maior eficiência.

8-6. EMPREGO DA F Ter CONTRA DESEMBARQUE ANFÍBIO

a. A operação de desembarque anfíbio pelo inimigo tem como principal finalidade a conquista de cabeça-de-praia, para permitir o lançamento de ofensiva terrestre, seja no próprio TO ou na ZI.

b. Dessa forma, o desembarque anfíbio inimigo possibilitaria o lançamento de uma força terrestre contra o flanco ou a retaguarda, obrigando as forças amigas a manobrar elementos de combate para enfrentá-lo.

c. O período de maior vulnerabilidade do desembarque anfíbio está compreendido entre a formação da força naval atacante para lançar as embarcações de desembarque e o início da conquista da cabeça-de-praia.

d. Para opor-se eficazmente a um desembarque anfíbio, a tropa defensora deverá procurar desgastar e desorganizar o inimigo pelo fogo durante seu deslocamento para a praia nas embarcações de desembarque, cobrar alto custo em perdas e danos na iminência do desembarque e, caso este se concretize, limitar a cabeça-de-praia e atacar para destruí-la.

e. Em resumo, para se deter uma operação de desembarque anfíbio inimiga, há necessidade de que:

(1) A Força Naval e a Força Aérea atuem, o mais longe possível, sobre a esquadra inimiga;

(2) Os meios de Artilharia da F Ter atuem durante os preparativos para o desembarque e sua execução;

(3) A F Ter impeça a consolidação da cabeça-de-praia e expulse a força invasora;

(4) Haja uma integração de ações das Forças Armadas durante todas as fases.

ARTIGO IV

OPERAÇÕES DE ASSUNTOS CIVIS

8-7. GENERALIDADES

a. O campo dos assuntos civis engloba as atividades de comunicação social, ação comunitária e assuntos de governo.

ATIVIDADES DE ASSUNTOS CIVIS
⇨ Comunicação Social ⇨ Ação Comunitária ⇨ Assuntos de Governo

b. Nos estados-maiores de Grandes Comandos e de Grandes Unidades, competem às 5ª Seções o assessoramento, o planejamento e a condução das atividades de assuntos civis. As 5ª Seções podem ser reforçadas por equipes de especialistas em assuntos civis ou em comunicação social.

c. O comandante emprega as operações de assuntos civis para obter a cooperação e o apoio essenciais dos civis, ou para reduzir sua interferência no cumprimento da missão. Tais operações envolvem as relações entre as forças militares e as autoridades civis e a população do país ou da área em que as forças são empregadas. As operações de assuntos civis podem incluir a execução, pelas forças militares, de algumas ou de todas as funções, normalmente, desempenhadas pelo governo civil. Essas operações destinam-se a utilizar os recursos disponíveis nas comunidades e reduzir os problemas advindos do movimento de refugiados, das baixas maciças entre a população civil e das exigências legais no sentido de prover a população civil com um mínimo de apoio em suprimentos, proteção e assistência hospitalar.

8-8. POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES

As operações de assuntos civis são empregadas para assegurar a utilização máxima dos recursos locais, inclusive material, instalações e mão-de-obra, dentro dos limites estabelecidos pela política nacional, pelo teatro de operações, pelos acordos internacionais ou pelas leis de guerra. Elas contribuem para a proteção do pessoal, das instalações e das atividades, com o emprego mínimo de forças de combate, por meio de relações amistosas com as autoridades e populações locais, para reduzir a subversão, a espionagem, a sabotagem e a ação de forças irregulares. Tais atividades hostis representam uma ameaça ou um problema importante para as forças legais, quando são

apoiadas, ativa ou passivamente, por uma porção significativa da população local. As operações de assuntos civis, por si só, não podem alcançar todos esses objetivos, pois dependem do êxito que tenham as atividades de inteligência e contra-inteligência, das medidas tomadas para a segurança da área de retaguarda e da atitude e do comportamento do pessoal militar, inclusive aliados, em relação à população civil.

8-9. COMUNICAÇÃO SOCIAL

a. A atividade de comunicação social envolve o campo das relações públicas, das operações psicológicas e das informações públicas. Para maiores informações sobre esses assuntos deverá ser consultado os manuais C 33-1 - OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS e C 45-1 - COMUNICAÇÃO SOCIAL.

b. O Exército de Campanha é o responsável, por intermédio de sua Seção de Assuntos Civis, pelo planejamento e pela execução das atividades de comunicação social em sua área, de acordo com diretrizes ou outros documentos recebidos do escalão superior.

8-10. AÇÃO COMUNITÁRIA

a. A ação comunitária é uma atividade que visa, em cooperação com as lideranças civis, a estimular o espírito comunitário do cidadão, a fim de preparar a comunidade para se auto-assistir e manter, em qualquer situação, a normalidade da vida comunitária.

b. A força terrestre tem como instrumentos de ação comunitária a cooperação na instrução e na defesa contra calamidades públicas, a ação cívica e social e as atividades de defesa civil.

8-11. ASSUNTOS DE GOVERNO

a. Em uma situação de guerra ou comoção interna, devem ser reguladas as relações mantidas pelo comandante militar e suas forças com as autoridades e a população da área submetida à condução de ações pela força terrestre, no que tange à administração local. As atividades são englobadas, para esse fim, em quatro categorias: governamentais, econômicas, de serviços públicos e especiais.

b. Todas as decisões são tomadas de sorte a modificar o mínimo possível as condições de vida da população, ou mesmo a melhorá-las, apoiando e assegurando o livre funcionamento da administração e dos serviços locais.

8-12. APOIO ÀS OPERAÇÕES DE FORÇAS ESPECIAIS

Nos estágios mais avançados dessas operações, o pessoal de assuntos civis pode ser introduzido na área, em apoio ao pessoal de forças especiais, na

condução das relações entre civis e militares. À medida que as forças amigas assumem o controle da área, o pessoal de assuntos civis auxilia na busca de suprimentos locais e instalações, no recrutamento de pessoal, na desmobilização e na reabilitação de ex-guerrilheiros e na preparação da população local para o estabelecimento de um governo próprio. O pessoal de assuntos civis colabora com os órgãos de inteligência na coleta de informes.

ARTIGO V

OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA

8-13. GENERALIDADES

a. As operações de inteligência, como o próprio nome indica, destinam-se a obter, mediante um planejamento detalhado e centralizado, conhecimentos específicos sobre uma determinada área geográfica ou de atividades humanas. Ser militar não é requisito fundamental para seus participantes, mas, uma desejável qualificação para esse tipo de atividade.

b. Desde o tempo de paz ou de normalidade da ordem pública, está presente a preocupação quanto a informações adequadas e oportunas. Muitas vezes, a busca sistemática de informes não é o bastante, requerendo ações peculiares, cujo planejamento e execução fogem a qualquer sistematização. Por outro lado, qualquer operação militar deve ser precedida de um levantamento criterioso de informações.

c. Devido à necessidade de preservação do sigilo até o instante imediatamente anterior ao início das operações, a busca de informes deve ser sigilosa e permanente, ultrapassando, sempre que possível, a própria deflagração das atividades militares, explorando ao máximo os êxitos anteriores nesse mister, realimentando a busca e mantendo o fluxo de informes.

d. Essas considerações são particularmente importantes em um quadro de combate a forças irregulares.

8-14. CONDICIONANTES

a. As operações de inteligência devem ser planejadas no mais alto nível, para que não haja interferências que prejudiquem as ações em curso.

b. Nos diversos escalões, uma operação de inteligência somente é desencadeada mediante ordem ou autorização do escalão superior.

c. O sigilo das ações desenvolvidas e a identidade do pessoal participante devem ser preservados ao máximo.

d. Todos os elementos envolvidos na operação devem ser previamente habilitados e selecionados por sua aptidão específica para cada caso.

e. As operações de inteligência devem ser providas de recursos suficientes para que possam transcorrer de forma independente, preservando, assim, os princípios de descentralização e descaracterização de que se devem cercar.

f. Devem ser estabelecidos canais seguros para a transmissão dos informes obtidos, inclusive com organização celular que não comprometa o conjunto da operação.

g. Devem ser ressaltadas as medidas de contra-inteligência, tendo em vista a necessidade de um seguro acompanhamento - por vezes prolongado - dos acontecimentos, de obter-se a surpresa e de negar ao inimigo o conhecimento ou a utilização da operação em seu proveito.

h. Os planos e ordens para as operações de inteligência devem ser simples, objetivos e adequados aos meios disponíveis. Avulta de importância o levantamento de objetivos de inteligência lógicos e compatíveis com as possibilidades do elemento executante.

i. Para maiores detalhes sobre o assunto deverá ser consultado as IP 30-4 - OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA.

ARTIGO VI

OPERAÇÕES DE GUERRA ELETRÔNICA

8-15. GENERALIDADES

a. As operações de guerra eletrônica constituem a parte do emprego militar da eletrônica que envolve as ações realizadas para eliminar ou reduzir a eficiência do uso do espectro eletromagnético por parte do inimigo e as ações realizadas para assegurar a eficiência do emprego daquele espectro pelas forças amigas.

b. As operações de guerra eletrônica são parte integrante das operações militares. Podem reduzir a capacidade de comando e controle dos comandantes inimigos, pelo enfraquecimento ou até pelo total silêncio dos seus meios de comunicações rádio em momentos críticos, e podem iludir o inimigo com a transmissão de mensagens falsas.

c. As ações de guerra eletrônica devem ser conduzidas e controladas por um escalão capaz de avaliar os benefícios que podem gerar e suas possíveis interferências nos sistemas eletrônicos amigos. Os benefícios, a longo prazo, derivados das informações obtidas pelas medidas eletrônicas de apoio, podem sobrepujar as vantagens táticas imediatas das interferências nas comunicações do inimigo. É necessária íntima coordenação entre as atividades de inteligência e as ações de guerra eletrônica.

8-16. CONDUTA DAS OPERAÇÕES

a. O comandante emprega as atividades de guerra eletrônica em apoio às operações de combate, utilizando contramedidas eletrônicas, contra-contramedidas eletrônicas e medidas eletrônicas de apoio. As contra-contramedidas eletrônicas facilitam o emprego dos sistemas eletrônicos amigos e reduzem a sua vulnerabilidade à interferência inimiga. As contramedidas ativas incluem a interferência ou a dissimulação dos mísseis dirigidos eletronicamente, das comunicações rádio, dos radares contramorteiros, dos radares de vigilância e de busca de alvos, dos auxílios à navegação e de outros sistemas eletrônicos. Já as medidas eletrônicas de apoio fornecem dados sobre as características, conteúdo e origem das emissões eletromagnéticas do inimigo. O crescente emprego dos equipamentos eletrônicos nas comunicações exige uma maior proteção dos sistemas de comunicações e eletrônicos amigos e efetiva interferência nos sistemas do inimigo.

b. Os comandos de todos os escalões devem ser alertados no sentido de que, quanto mais precisas e detalhadas forem as ordens dadas com antecedência a seus subordinados, menor será a necessidade de utilização de meios eletrônicos para a coordenação e controle durante o combate e, em conseqüência, menores serão as vulnerabilidades da operação, como um todo, às ações de guerra eletrônica do inimigo. Ao mesmo tempo, será maior a liberdade de ação para atuar ofensivamente no espectro eletromagnético contra as forças inimigas.

ARTIGO VII

OPERAÇÕES DE INTERDIÇÃO

8-17. GENERALIDADES

As operações de interdição são ações executadas para evitar ou impedir que o inimigo se beneficie de determinadas regiões, de pessoal, de instalações ou de material. Podem variar em amplitude, desde uma política de “terra arrasada” até as que limitam, temporariamente, a utilização pelo inimigo de uma área ou instalações.

8-18. INTERDIÇÃO

a. O Comandante do Teatro de Operações Terrestre estabelece as diretrizes para as operações de interdição e delega os planejamentos aos comandos das forças singulares subordinadas, determinando áreas, prioridades, prazos e graus de interdição a serem alcançados. Os planos de interdição contêm as operações de interdição inerentes a cada força singular, que seleciona seus objetivos e estabelece os meios e maneiras de batê-los. Os planos são executados mediante ordem do Comandante do TOT.

b. A interdição é obtida pelo emprego do fogo, de forças combatentes regulares e irregulares e de operações de interdição.

c. A interdição bem sucedida restringe o movimento do inimigo e interfere no comando e controle de suas forças. Ela impede ou dificulta o movimento do inimigo para fora ou para dentro da área de interesse do comandante. Contribui para a segurança, evitando mudanças súbitas e desfavoráveis do poder relativo de combate.

d. No nível estratégico-operacional, são de grande importância as operações de interdição do campo de batalha. Essas consistem basicamente na aplicação de forças e fogos em profundidade, visando a impedir que o inimigo concretize o reforço da tropa empenhada com novos meios, de modo a possibilitar sua derrota por partes.

e. A interdição destrói as forças inimigas, retarda e desorganiza sua manobra e impede o reforço às suas ações principais, isolando o campo de batalha e garantindo a nossas forças, no momento e local em que vão executar ações decisivas, um poder relativo de combate extremamente favorável. Pela interdição, uma força aplica seu poder de combate em toda a profundidade do campo de batalha e faz com que o inimigo perca a iniciativa e, em muitos casos, tenha que adotar atitude defensiva.

f. As operações de interdição, convenientemente sincronizadas com a manobra, apresentam grande dilema ao inimigo, que não pode prosseguir em seu planejamento inicial sem sofrer grandes perdas e danos, nem pode sincronizar suas próprias operações.

g. As ações de interdição devem ser realizadas desde o mais longe possível, concentrando-se sobre os eixos que incidem no campo de batalha selecionado, mediante o emprego maciço de fogos aéreos e de artilharia, realização de assaltos aeromóveis e aeroterrestres, infiltração de tropas especiais, sabotagens, barreiras e ações de guerrilha, visando a interditar os movimentos das reservas inimigas e prejudicar seus sistemas logístico e de comando e controle.

8-19. BARREIRAS

a. Uma barreira é uma série de obstáculos contínua e razoavelmente profunda, planejada ou empregada para canalizar, dirigir, restringir, retardar ou deter o movimento do inimigo e impor a este perdas adicionais em pessoal, tempo e equipamento. As barreiras são, basicamente, de concepção tática.

b. A disposição engenhosa de obstáculos naturais e artificiais, no interior das barreiras, modifica as características militares do terreno; aumenta as oportunidades do comandante para ganhar relativa superioridade ou mobilidade, obter segurança e economia de forças; e possibilita maior concentração do poder de combate para uma ação ofensiva. Barreiras bem distribuídas e bem localizadas obrigam o inimigo a concentrar suas forças para rompê-las ou para

tentar desbordá-las, oferecendo, assim, um alvo compensador para os fogos amigos.

c. No campo de batalha, raramente o comandante dispõe de tempo, mão-de-obra, material, transporte ou equipamento em quantidade suficiente para construir as barreiras desejadas. Isto é particularmente verdadeiro na defensiva, devido às necessidades referentes à construção de fortificações de campanha, camuflagem, instalações de apoio logístico e tarefas semelhantes. Por isso, uma ordem de prioridades é estabelecida, geralmente, em função da contribuição que um determinado obstáculo pode dar ao cumprimento da missão da força e são fixadas da frente para a retaguarda, com os esforços iniciais dirigidos para os obstáculos destinados à proteção de um flanco vulnerável e ao bloqueio de prováveis vias de acesso do inimigo, ou para impedir que este tenha acesso aos acidentes capitais do terreno. Todos os obstáculos devem estar sob a observação amiga, ser batidos pelo fogo e estar integrados no plano de apoio de fogos, a fim de que tenham maior eficiência.

CAPÍTULO 9

OPERAÇÕES SOB CONDIÇÕES ESPECIAIS DE AMBIENTE

ARTIGO I

INTRODUÇÃO

9-1. GENERALIDADES

a. As operações sob condições especiais de ambiente ocorrem quando o combate é travado sob condições climáticas altamente desfavoráveis ou em terrenos difíceis. Em certas circunstâncias, podem ser necessários equipamentos adicionais ou treinamento especializado.

b. O terreno difícil pode reduzir a impulsão das operações ou canalizar o movimento das forças de combate, aumentando sua vulnerabilidade quanto à localização e identificação pelo inimigo. Em outros casos, o terreno pode oferecer cobertura e proteção natural contra os efeitos dos ataques inimigos.

c. A utilização de terreno difícil pelas forças em combate pode aumentar as oportunidades para se obter a surpresa. As áreas de terreno difícil favorecem a infiltração, as incursões e as operações de guerrilha.

ARTIGO II

OPERAÇÕES EM MONTANHAS

9-2. GENERALIDADES

As tropas de infantaria, desde que adequadamente equipadas e adestradas, constituem forças aptas a realizar missões dentro de um quadro de operações em montanhas. As tropas de infantaria de montanha são particularmente aptas para operar nesse ambiente.

9-3. CARACTERÍSTICAS DAS OPERAÇÕES

a. As montanhas compartimentam as operações militares. Suas características limitam a rede de estradas. A vegetação pode variar da selva à encosta descoberta. As condições meteorológicas caracterizam-se por mudanças rápidas e extremas na temperatura, acompanhadas por neblina ou chuva. As operações em montanhas exigem equipamento e treinamento especiais. Os terrenos montanhosos retardam e restringem a mobilidade, reduzem os efeitos do fogo e tornam difíceis as comunicações e o suprimento. Os acidentes capitais do terreno incluem as alturas que dominam as vias de transporte, as passagens entre as montanhas e os vales. Dentro das limitações impostas pelas grandes altitudes, os helicópteros são de muito valor para o movimento da tropa e o transporte do equipamento. As armas que têm um elevado ângulo de tiro são mais eficientes. É normal o emprego de pequenos efetivos, em operações descentralizadas.

b. Nas operações em montanhas, o ataque frontal às posições inimigas deve ser evitado. O desbordamento das posições inimigas é normalmente feito por infiltração através de terrenos difíceis, empregando forças especialmente organizadas e treinadas. As forças aeromóveis são muito adequadas para os desbordamentos de maior amplitude. Embora com planejamento centralizado, os ataques devem ser, em princípio, executados descentralizadamente, em virtude de o controle ser limitado pelo terreno. O emprego de blindados na força de manobra é reduzido, mas as suas possibilidades de fogo direto indicam o seu emprego, sempre que possível. Os flancos, os desfiladeiros, as redes de estradas e os centros de comunicações devem ser protegidos.

c. As operações em montanha são normalmente utilizadas para defender ou conquistar regiões de passagem.

d. O controle do terreno dominante que protege a rede de estradas ou os passos, normalmente, é a chave da organização da defesa nas áreas montanhosas. As forças de segurança, particularmente postos de vigilância e patrulhas, são necessárias para impedir a surpresa. A vigilância aérea é de grande utilidade como um meio de segurança. Embora os contra-ataques sejam difíceis de executar, a sua realização pode ser decisiva.

ARTIGO III

OPERAÇÕES RIBEIRINHAS

9-4. GENERALIDADES

a. Operações ribeirinhas são aquelas levadas a efeito em águas interiores e em áreas terrestres a elas adjacentes - as regiões ribeirinhas - por forças militares que empregam, de maneira combinada, meios da Força Naval, da F Ter e da Força Aérea.

b. Tais operações são conduzidas, normalmente, com a finalidade de destruir forças inimigas e controlar áreas ribeirinhas.

c. Sua execução requer maior mobilidade do que a do inimigo e essa pode ser obtida mediante o emprego de forças aeromóveis ou explorando ao máximo a mobilidade fluvial.

d. O controle de áreas ribeirinhas pressupõe as seguintes medidas:

(1) Conquista, posse ou manutenção dos acidentes capitais que permitem controlar a circulação na área;

(2) Controle da população;

(3) Domínio dos cursos de água;

(4) Superioridade aérea local.

9-5. CARACTERÍSTICAS DAS ÁREAS RIBEIRINHAS

a. Áreas ribeirinhas são aquelas servidas por hidrovias interiores, que constituem as vias essenciais para o transporte de superfície, e por uma limitada rede de estradas, cujo papel é complementar a sua estrutura de circulação.

b. Normalmente, as áreas ribeirinhas apresentam as seguintes características:

(1) Dominadas por linhas de comunicações aquáteis;

(2) Sujeitas a inundações periódicas, em conseqüência do regime das águas dos rios e/ou dos efeitos das marés, quando próximas do litoral;

(3) Superfície recoberta por vegetação típica de terrenos alagados, pântanos, manguezais ou florestas;

(4) População distribuída às margens das hidrovias, em cujas confluências principais podem existir núcleos urbanos de relativa importância;

(5) Grande instabilidade das condições climáticas e meteorológicas;

(6) Carência de recursos locais.

9-6. EFEITOS SOBRE AS OPERAÇÕES

a. Em face das restrições à mobilidade através do terreno, os movimentos ficam condicionados aos eixos disponíveis, sobretudo os hidroviários. Com essa servidão, adquirem grande significado os acidentes que permitem o controle da circulação na área. O papel fundamental das hidrovias impõe a utilização sistemática de meios fluviais para o transporte de tropas e de suprimentos. O transporte aéreo possibilita o desbordamento de obstáculos ao movimento e imprime rapidez às operações.

b. A gama de meios navais, terrestres e aéreos necessários ao cumprimento da missão impõe o emprego combinado das forças singulares, constituindo um sistema tático indivisível, sob comando único, com vistas à otimização de sua eficácia. Com o propósito de minorar o fator de complexidade inerente às operações combinadas, diversas medidas devem ser adotadas pelas forças envolvidas, tais como: a definição do comando operacional, das missões

peculiares e das responsabilidades de cada força, a harmonização dos preceitos doutrinários, a permuta de oficiais de ligação e o aprestamento.

c. A existência de espaços vazios e não controlados favorece a infiltração e a obtenção da surpresa, por meio do emprego de forças de guerrilha e de tropas especiais na execução de emboscadas e incursões. Com isso, aumenta a necessidade de segurança das instalações, dos movimentos a cavaleiro dos eixos e do fluxo de suprimentos. Para minorar tais óbices, as forças amigas devem: manter eficiente sistema de inteligência militar; utilizar amplamente o reconhecimento aéreo; preservar o sigilo dos deslocamentos; prover escolta para os comboios; e proporcionar cobertura aérea de colunas e adequada proteção às bases de todos os escalões. Forças de segurança devem ser empregadas para assegurar a livre utilização dos eixos pelas tropas amigas, negando-a ao inimigo.

d. Os armamentos modernos, leves e de fácil manuseio, são ameaça constante aos meios fluviais militares. A vegetação ciliar proporciona excelentes posições de tiro camufladas para a utilização daqueles armamentos.

e. A carência de recursos locais exige o deslocamento, para a região de operações, de todas as classes de suprimentos, a serem estocados nas instalações logísticas desdobradas para apoiar os diversos escalões. A manutenção torna-se difícil e cara.

9-7. ORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS RIBEIRINHAS

a. As forças ribeirinhas são organizadas em função da missão, das características da região de operações, do inimigo e dos meios e tempo disponíveis. Normalmente, as necessidades da força terrestre para o cumprimento de sua missão determinam o valor e a organização das forças navais e outras forças de apoio. As principais peças de manobra são de valor unidade, que podem ser organizadas e adestradas como equipes de desembarque ribeirinhos. A equipe de desembarque básica tem o valor de um pelotão de fuzileiros reforçado; é transportada para o assalto em embarcação adequada à região de operações, o que facilita o desembarque da tropa e o apoio de fogo direto às ações.

b. Por vezes, em virtude da impossibilidade das forças navais atuarem em toda a área ribeirinha, a F Ter pode ser dotada de embarcações fluviais táticas velozes, de fácil manuseio e manutenção, para cumprir missões de nível tático e em seu próprio proveito.

c. As embarcações para as operações ribeirinhas podem ser fornecidas pelas forças navais e apoiadas por embarcações fluviais táticas da F Ter. Este último caso apresenta a vantagem de reforçar as ações navais e de simplificar o controle dos meios, deixando aos elementos navais as tarefas peculiares ligadas ao transporte tático dos efetivos, ao domínio dos cursos de água e ao apoio à F Ter, no que se refere a escolta de comboios, apoio de fogo aos desembarques, apoio logístico, patrulhamento fluvial, minagem e varredura.

9-8. CONTROLE DAS OPERAÇÕES

a. Os postos de comando das forças ribeirinhas, normalmente, localizam-se nas bases de combate dos diversos escalões. Essas bases constituem pontos focais, de onde se irradiam as operações e o respectivo apoio e para onde converge o apoio logístico dos escalões superiores.

b. O FA-M-20 - MANUAL DE OPERAÇÕES RIBEIRINHAS e a IP 72-1 - OPERAÇÕES NA SELVA abordam o assunto com maior profundidade.

ARTIGO IV

OPERAÇÕES NA SELVA

9-9. GENERALIDADES

a. O combate na selva é realizado em compartimentos extremamente aproximados e por frações de tropa relativamente pequenas. São essenciais: instrução adequada, treinamento e adaptação das tropas para as condições de selva, além de equipamento apropriado. O controle das forças e a observação são difíceis, exigindo alto grau de iniciativa, individual e dos comandantes de frações.

b. A vegetação e a dificuldade de observação aumentam as necessidades de segurança que, freqüentemente, é obtida por meio do emprego de destacamentos de segurança.

c. As forças pára-quedistas e aeromóveis podem ser empregadas para desbordar os flancos das posições defensivas do inimigo e realizar assaltos na sua retaguarda, em especial para conquistar aeródromos localidades e/ou regiões de passagem. Em razão da vulnerabilidade dessas forças durante o assalto inicial, as operações aeroterrestres e aeromóveis exigem um grande apoio de fogo.

d. As áreas de selva são bastante adequadas à execução de incursões, infiltrações e operações de guerrilha.

e. Devido às características do terreno e da vegetação, as estradas, as trilhas, os rios e principalmente as localidades são acidentes capitais do terreno.

f. Pelo seu posicionamento em relação aos eixos de circulação, as localidades constituir-se-ão, normalmente, nos principais objetivos a serem conquistados ou defendidos pelos contendores, pois:

(1) Dominam vias de transporte e/ou regiões de passagem sobre cursos de água;

(2) Concentram as atividades econômicas da região;

(3) Normalmente possuem campos de pouso e ancoradouros;

(4) Reúnem a parcela mais significativa da população.

g. Nas localidades, em princípio, as forças desdobrarão:
(1) Instalações de comando e centros de comunicações;
(2) Instalações logísticas;
(3) Bases aéreas e navais;
(4) Reservas;
(5) Zonas de reunião, na concentração estratégica.

9-10. PECULIARIDADES DO AMBIENTE OPERACIONAL

a. As selvas são áreas de florestas densas e de clima tropical. Caracterizam-se pela exuberância e riqueza de espécies vegetais e animais, pela elevada temperatura diurna, pelos acentuados índices pluviométricos e pela intensa umidade. Normalmente, são drenadas por intrincada rede hidrográfica. Afastadas dos grandes centros e servidas por precária rede de transportes, constituem áreas subdesenvolvidas, infestadas de moléstias tropicais, com densidade populacional muito rarefeita e carentes de recursos locais.

b. A cobertura florestal e a natureza do solo dificultam o movimento; a observação terrestre, no seu interior, não ultrapassa cerca de vinte metros; a observação aérea é praticamente nula; os campos de tiro tornam-se restritos pela densidade das árvores. Além disso, a vegetação impede normalmente a propagação das ondas de rádio, restringindo seriamente as comunicações e dificultando a coordenação e o controle. Não obstante, proporciona eficaz cobertura para a camuflagem das forças, favorecendo a obtenção da surpresa.

c. O ambiente superúmido e quente da selva, o permanente receio de extraviar-se, a monotonia, os ruídos característicos, os insetos, a ameaça constante de doenças tropicais e de picadas de cobras e a presença de animais selvagens exercem sobre o combatente um efeito opressivo, irritante, acarretando medo e pessimismo, potenciais geradores do pânico. A neutralização de tais efeitos pode ser obtida mediante a aclimatação cuidadosa da tropa, a instrução individual de sobrevivência e orientação, o adequado condicionamento físico e psicológico e pela liderança eficaz dos comandantes, sobretudo nos pequenos escalões.

9-11. CARACTERÍSTICAS DAS OPERAÇÕES

a. Em conseqüência das restrições à mobilidade, as operações na selva são dependentes das vias de transporte disponíveis. As principais ações táticas são conduzidas ao longo dos eixos. Crescem de importância os acidentes que permitem o controle de circulação, como as localidades, os nós rodoviários, ancoradouros e campos de pouso. Caracteristicamente, as populações nativas apresentam uma distribuição linear às margens das vias de transporte, onde se observam, por vezes, pequenas localidades que se constituem em pólos de convergência da rede viária e da atividade econômica de vastas áreas. A posse de tais localidades pode significar uma vantagem marcante para qualquer dos contendores. Para minorar tal servidão, as tropas devem ser adestradas na

realização de movimentos através da selva e na execução de ações táticas partindo do seu interior, em direção às clareiras onde se localizam os acidentes capitais. As pequenas frações devem ser treinadas em infiltrações e em operações do tipo comandos.

b. O vulto das operações é condicionado pela capacidade em suprir as forças empregadas. Esse fato aumenta a importância das vias de transporte, uma vez que é extremamente difícil transportar suprimentos fora dos eixos. O suprimento aéreo pode reduzir a dependência dos eixos.

c. A possibilidade de ocultação permite grande fluidez às operações, facilitando o desengajamento de forças e, com isto, descaracterizando a existência de linha de contato; estimula a exploração da surpresa, mediante o emprego de forças de guerrilha e de ações do tipo comandos; e dificulta enormemente a busca de informes e de alvos. As instalações logísticas tornam-se alvos compensadores a ataques de surpresa. Os comandantes devem dedicar especial atenção à segurança das instalações logísticas e ao fluxo de suprimentos, à preservação do moral e à organização de um sistema eficaz de inteligência militar.

d. A carência de recursos locais na região de operações requer um planejamento meticuloso de apoio logístico, prevenindo eventuais deficiências e preservando o moral das forças. Operações militares em áreas de selva podem afetar a atividade econômica da população nativa, que dificilmente pode ser evacuada. Podem tornar-se necessários o suprimento para civis e a execução de atividades de assuntos civis, a partir do nível unidade. O ambiente favorável à proliferação de moléstias tropicais requer a presença de elementos de saúde junto aos menores escalões empregados isoladamente. A manutenção do estado de higidez da tropa, mais do que em qualquer outro ambiente operacional, constitui preocupação constante do comando.

e. Na ofensiva, as forças empregadas ao longo dos eixos devem tirar o máximo proveito da surpresa, com o movimento de elementos pelo interior da selva. Os movimentos de flanco são os mais explorados. As tropas devem possuir melhores condições de mobilidade que o inimigo; as forças aeromóveis e o emprego de meios fluviais, quando viáveis, aumentam as possibilidades de sucesso.

f. Na defensiva, o planejamento deve procurar atender aos fundamentos da defesa. A organização linear, em geral, é inexeqüível. As posições que bloqueiam os eixos devem ter condições de defesa em todas as direções. O aspecto crítico da conduta das operações é a fluidez da linha de contato, quando as forças de segurança desempenham papel fundamental, procurando desgastar o inimigo e afetar-lhe o moral, mediante a execução de ações ofensivas. As reservas devem possuir mobilidade adequada, compatível com a previsão de seu emprego.

g. Maiores detalhes sobre o assunto podem ser encontrados nas IP 72-1 - OPERAÇÕES NA SELVA e IP 100-3 - BASES PARA A MODERNIZAÇÃO DA DOUTRINA DE EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE (DOUTRINA GAMA).

ARTIGO V

OPERAÇÕES NA CAATINGA

9-12. GENERALIDADES

a. A caatinga é constituída essencialmente de árvores e arbustos espinhentos (que perdem as folhas na estação seca), de plantas suculentas espinhosas e de plantas herbáceas, que se desenvolvem com bastante vigor depois das chuvas.

b. O fenômeno mais generalizado e que, por isso mesmo, é destacado em primeiro plano, sempre que se faz uma descrição da caatinga, é a completa perda das folhas da quase totalidade das espécies vegetais durante a estação seca. Soma-se a isso a quase inexistência de folhas longas, predominando as folhas compostas e móveis, a profusa ramificação das árvores e arbustos e a existência freqüente de plantas espinhentas. Esta última vegetação é resistente, sobretudo para suportar os longos períodos de seca, graças às reservas de substâncias nutritivas e hídricas que mantêm em sua estrutura.

c. As áreas de caatinga possuem as seguintes características gerais:

(1) Baixa pluviosidade;
(2) Pouca umidade;
(3) Altas temperaturas;
(4) Grande diferença de temperatura entre o dia e a noite;
(5) Rápida recuperação à chegada de chuvas.

9-13. OPERAÇÕES DE COMBATE

a. As condições de clima e vegetação, a pobreza da fauna e da flora e as características de ordem psicossocial da população conferem às operações de combate na caatinga as seguintes peculiaridades:

(1) Necessidade de adaptação do combatente às condições climáticas da região, sem o que a sua eficiência fica sensivelmente reduzida nas primeiras ações;

(2) Conhecimento sucinto da região, com vistas a situações de sobrevivência;

(3) Observação e campos de tiro limitados, dando ênfase ao combate a curta distância;

(4) Dificuldade de progressão e orientação;

(5) Maior emprego das pequenas frações, isoladamente;

(6) Restrições ao emprego de meios motorizados, mecanizados, blindados e de armamento pesado;

(7) Apoio logístico cerrado e flexível, de modo a permitir o suprimento direto às pequenas frações, se necessário;

(8) Adequabilidade de uniforme e equipamento;

(9) Maximização da importância das localidades;

(10) Controle da população civil e das fontes de víveres e água;

(11) Necessidade de uma ação psicológica bem planejada e adequada, visando, no mínimo, a impedir que as populações sejam influenciadas pelas ações inimigas.

b. Na execução de qualquer operação na caatinga contra forças irregulares, devem ser consideradas as ações de isolar o inimigo das localidades e de negar-lhe todas as oportunidades de apoio logístico, para possibilitar sua destruição. A caatinga não oferece condições de sobrevivência por um tempo prolongado, especialmente para grandes efetivos.

CAPÍTULO 10

OPERAÇÕES COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS

ARTIGO I

INTRODUÇÃO

10-1. CONSIDERAÇÃO INICIAL

As operações com características especiais correspondem àquelas que, por sua natureza, condições particulares em que podem ser conduzidas e características da área de operações, exigem cuidados especiais em seu planejamento e execução, ou ênfase particular sobre outras considerações relativas às técnicas, à tática ou ao material empregado.

ARTIGO II

OPERAÇÕES AEROTERRESTRES

10-2. GENERALIDADES

a. Operação aeroterrestre é aquela que envolve o movimento aéreo e a introdução, numa área de objetivo, de forças de combate e dos respectivos apoios, para a execução de missão tática ou estratégica. Ela tem início mediante ordem do comandante que estabeleceu a força aeroterrestre (combinada ou conjunta), e a decisão para o encerramento da operação é da responsabilidade do comandante da força combinada ou conjunta ou do comandante que a estabeleceu.

b. Força aeroterrestre é uma força combinada, conjunta ou força-tarefa combinada, organizada pelo Comando Supremo ou pelo Comandante do TOT, para a execução de operações aeroterrestres, compreendendo, normalmente,

unidades de transporte de tropa da força aérea e unidades terrestres (pára-quedistas e/ou aerotransportadas).

10-3. CONCEITOS DE EMPREGO

a. A flexibilidade das forças aeroterrestres permite uma grande amplitude de opções na seleção de rotas de aproximação e de áreas onde essas forças serão empregadas.

b. A capacidade de as forças aeroterrestres serem transportadas rapidamente e a de serem lançadas ou desembarcadas no objetivo ou nas suas proximidades, possibilita a obtenção da surpresa e facilita a concentração do poder de combate.

c. A existência de forças aeroterrestres constitui uma ameaça que afeta as possibilidades do inimigo, obrigando-o a preocupar-se com a proteção de instalações vitais nas suas áreas de retaguarda, assim como em sua zona de combate.

d. Entre as condições que concorrem para o sucesso de uma operação aeroterrestre destaca-se a conquista da superioridade aérea, não somente local e momentânea na área do objetivo, mas ao longo das rotas de aproximação das aeronaves e nas áreas de aprestamento.

e. Logo após sua introdução na cabeça-de-ponte aérea, a força aeroterrestre é particularmente vulnerável à ação de blindados. Quando existir tal ameaça, armas anticarro devem acompanhar as forças de assalto. Para se contrapor à ação dos blindados, a força aeroterrestre conta com o apoio aerotático, juntamente com sua potência de fogo orgânica.

10-4. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS OPERAÇÕES

a. Considerações estratégicas - Forças aeroterrestres situadas no território nacional são mantidas como parte da reserva estratégica, em condições de rápido emprego. Essas forças podem ser rapidamente levadas para áreas e bases avançadas de onde poderão ser empregadas. O aproveitamento da mobilidade estratégica das forças aeroterrestres depende diretamente da disponibilidade de aeronaves de longo alcance. O transporte por aeronaves de longo alcance permite oportunos deslocamentos dessas forças nos teatros e entre eles, para a execução de operações de guerra. O armazenamento de suprimentos e de equipamentos, destinados ao lançamento (pára-quedas, plataformas e outros meios) nas proximidades das áreas de futuro emprego aumenta a mobilidade estratégica, reduzindo a necessidade de transporte aéreo de longo alcance.

b. Nível estratégico-operacional - As forças aeroterrestres são particularmente aptas para a ação em profundidade no campo de batalha, realizando o envolvimento vertical das forças inimigas e visando à conquista e à manuten-

ção de objetivos que contribuam para o cerco das forças inimigas ou para a interdição do campo de batalha.

c. Fases da operação - O planejamento, a preparação e a execução de uma operação aeroterrestre desenvolvem-se em quatro fases: montagem, movimento aéreo, assalto e operações subseqüentes. Normalmente, as ações de combate propriamente ditas têm início com o assalto aeroterrestre para conquistar os objetivos iniciais. A força aeroterrestre, então, consolida os objetivos e executa, em seguida, operações ofensivas, defensivas, de junção ou de retraimento. A cabeça-de-ponte aérea pode não coincidir com os objetivos iniciais; neste caso, após o assalto aeroterrestre, a força terá que realizar uma operação ofensiva (marcha para o combate, infiltração, etc.) para conquistar os objetivos finais da operação. A fase ofensiva, se empreendida, é iniciada imediatamente após o assalto.

d. Organização da força aeroterrestre - O comandante do TOT pode organizar uma força-tarefa combinada aeroterrestre para uma operação específica, determinando que a operação seja conduzida pela integração de uma força singular a outra. A autoridade que determina a integração define a finalidade da operação ou a missão, o efetivo, a data e a duração da integração e a extensão da autoridade a ser exercida pelo comandante da unidade que recebeu elementos de outra força singular.

10-5. PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO

a. O planejamento de uma operação aeroterrestre é normalmente iniciado no escalão TOT. Ele começa com uma visualização das operações na área do objetivo, em uma seqüência inversa da ordem de execução.

b. Uma operação aeroterrestre exige dados a respeito da disponibilidade em transporte aéreo, capacidade das aeronaves, áreas de partida, medidas especiais exigidas para salvaguardar a segurança da operação, informações de combate, particularmente sobre o inimigo na área do objetivo, áreas de desembarque e condições meteorológicas. A partir do momento em que a operação é decidida, até que seja desencadeada ou cancelada, deve ser mantida a mais estreita coordenação entre os escalões paralelos das unidades da F Ter e da Força Aérea.

c. Os planos para as operações aeroterrestres incluem: o plano tático terrestre, o plano de desembarque, o plano de movimento aéreo e o plano de concentração e aprestamento.

d. O assunto pode ser consultado no manual de campanha C 57-1 - OPERAÇÕES AEROTERRESTRES.

ARTIGO III

OPERAÇÕES AEROMÓVEIS

10-6. GENERALIDADES

a. Operação aeromóvel é aquela na qual forças de combate com seu equipamento deslocam-se em aeronaves de asa rotativa, nas proximidades da área de combate, sob o controle do comandante da força terrestre, para engajar-se no combate terrestre.

b. As operações aeromóveis caracterizam-se pelo deslocamento rápido de forças de combate, de modo praticamente independente dos obstáculos intermediários. As operações aeromóveis são executadas por Forças Tarefas Aeromóveis, constituídas por tropas de combate, normalmente de infantaria leve e unidades da Aviação do Exército.

c. As IP 90-1 - OPERAÇÕES AEROMÓVEIS tratam do assunto com maiores detalhes.

10-7. CONCEITOS DE EMPREGO

a. As operações aeromóveis são normalmente utilizadas para a conquista de objetivos críticos, em áreas fracamente defendidas ou não ocupadas pelo inimigo, a fim de assegurar uma vantagem tática importante, explorar os efeitos de armas de destruição em massa, flanquear posições inimigas, cumprir missões de reconhecimento, vigilância de combate e segurança ou executar incursões. A principal operação aeromóvel é o assalto aeromóvel.

b. As forças aeromóveis são particularmente aptas para ações profundas no campo de batalha, executando o envolvimento vertical das posições inimigas e conquistando e mantendo objetivos em profundidade que contribuam para o isolamento do campo de batalha ou para o cerco do inimigo fixado por ataques terrestres.

c. A composição de uma FT Amv é função da missão. A força deve englobar um elemento de combate terrestre e um aéreo; também pode contar com um ou mais elementos de apoio, tais como: apoio de fogo, reconhecimento, engenharia e quaisquer dos vários elementos de apoio logístico. Em virtude de suas características, seu elemento de manobra é, normalmente, a infantaria leve.

d. Nas operações ofensivas, as tropas com o respectivo apoio de fogo podem ser rapidamente deslocadas para obter uma vantagem tática ou para fazer face a um ataque inimigo.

e. Nas operações defensivas, as forças necessárias na área de defesa avançada podem ser reduzidas pela existência de forças aeromóveis, em áreas dispersas, destinadas ao deslocamento oportuno para as áreas críticas.

f. As operações aeromóveis são sensíveis às condições meteorológicas adversas. O comandante terrestre deve conhecer os seus efeitos sobre as operações, que somente deixam de ser desencadeadas nas mais severas e impeditivas dessas condições. As condições meteorológicas que afetam as operações aeromóveis incluem a altitude, a pressão, o vento, a visibilidade, a turbulência e a luminosidade.

10-8. CONTROLE DAS UNIDADES AÉREAS

a. Em virtude da grande demanda de meios aéreos em todo o âmbito do exército de campanha, as unidades da Aviação do Exército são por ele alocadas, normalmente, pelo menor tempo possível.

b. As unidades aéreas, para as operações aeromóveis executadas pelas divisões e brigadas, são geralmente fornecidas pelos escalões superiores, sob a forma de controle operacional.

c. O controle das unidades da Aviação do Exército, inclusive no movimento aéreo, é, via de regra, atribuído ao escalão responsável pelo conjunto da operação, em coordenação com o Sistema de Controle Aerotático. A unidade aérea que opera com a divisão ou brigada nas operações aeromóveis pode ser colocada sob controle operacional de seus elementos subordinados, conforme necessário.

10-9. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS OPERAÇÕES

a. Considerações táticas - As operações aeromóveis são normalmente executadas em áreas fracamente defendidas, devido à vulnerabilidade dos helicópteros aos fogos terrestres do inimigo. Elas também podem ser conduzidas em áreas ocupadas por forças inimigas bem organizadas, desde que precedidas por bombardeios aéreos de neutralização ou intensos fogos de artilharia de campanha. Medidas de guerra eletrônica devem ser empregadas contra os sistemas de comando e controle das armas de defesa aérea e antiaérea e radares inimigos que possam interferir na operação.

b. Características - A surpresa, a flexibilidade, a manobra, a oportunidade e a velocidade para vencer rapidamente grandes distâncias e ultrapassar obstáculos do terreno constituem características comuns às operações aeromóveis.

c. Disponibilidade dos meios aéreos - A disponibilidade dos meios aéreos é uma consideração muito importante nas operações aeromóveis. É influenciada diretamente pela adequação e eficiência da manutenção e do suprimento, pelas normas de utilização e programação do material aéreo, bem como pela distância das unidades aéreas às unidades apoiadas.

10-10. PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO

a. As normas de planejamento para as operações aeromóveis são semelhantes às das operações aeroterrestres. Entretanto, as operações aeromóveis exigem menor tempo e menos detalhes para o planejamento, devido ao seu vulto, à sua estrutura simplificada de comando e à sua finalidade.

b. O planejamento de uma operação aeromóvel desenvolve-se na ordem inversa de sua execução. Os planos incluem: o plano tático terrestre, o plano de desembarque, o plano de movimento aéreo e o plano de aprestamento.

10-11. ASSALTO AEROMÓVEL

a. No assalto aeromóvel, as unidades podem desembarcar sobre os objetivos iniciais ou nas suas vizinhanças imediatas, ou ainda, após o desembarque, a reunião e a reorganização, realizar um ataque para a conquista dos objetivos iniciais. Sempre que possível, deve ser usada a primeira modalidade de assalto, reservando-se a segunda à situação em que o terreno e o inimigo não permitem o desembarque sobre os objetivos iniciais ou nas suas vizinhanças imediatas.

b. Na defesa da área do objetivo, emprega-se a defesa circular, consumada por meio: da organização e ocupação de posições ao longo da orla anterior da área do objetivo, de modo a cobrir as principais vias de acesso à posição; da vigilância do terreno não ocupado, entre os locais defendidos, por meio da observação, de pontos de escuta e de sensores; do emprego do fogo, de minas e de obstáculos naturais e artificiais, inclusive para o apoio às forças de segurança; do contínuo patrulhamento e da manutenção de uma reserva com o máximo de mobilidade possível.

c. Um retraimento pode ser executado tanto sob pressão do inimigo, como sem pressão. Nas operações aeromóveis, o retraimento é denominado resgate. Qualquer que seja o motivo, um plano de resgate abrange o retraimento prévio da força aeromóvel de suas posições para as zonas de embarque. Como nas demais operações de retraimento, as forças tornam-se vulneráveis ao ataque inimigo, e todas as precauções são tomadas para a sua cobertura e embarque, com um plano de fogos e forças de segurança.

ARTIGO IV

OPERAÇÕES DE TRANSPOSIÇÃO DE CURSOS DE ÁGUA

10-12. GENERALIDADES

a. Os cursos de água obstáculos impõem restrições ao movimento e à manobra do atacante e constituem-se em linhas naturais de resistência para o defensor.

b. A transposição de um curso de água obstáculo, que não dispõe de passagens utilizáveis e cuja segunda margem encontra-se defendida pelo inimigo, comporta, normalmente, a conquista e a manutenção de uma cabeça-de-ponte. Nesse caso, a travessia em si do curso de água é apenas um meio para o prosseguimento das operações na segunda margem.

c. O assunto é detalhadamente abordado no C 31-60 - OPERAÇÕES DE TRANSPOSIÇÃO DE CURSOS DE ÁGUA.

10-13. CARACTERÍSTICAS DAS OPERAÇÕES

a. Um ataque através de curso de água obstáculo exige preparativos técnicos e táticos proporcionais ao vulto do rio e ao valor relativo das forças oponentes. Outras necessidades em um ataque através de um curso de água são:

(1) Tipos especiais de informações;
(2) Treinamento especializado;
(3) Coordenação cerrada de todas as forças;
(4) Equipamento de travessia; e
(5) Meios adequados para o controle durante a travessia.

b. Especial ênfase deve ser dada à guerra eletrônica. O emprego oportuno de forças aeromóveis, aeroterrestres ou infiltradas por meios fluviais facilita as operações de transposição de cursos de água e deve ser amplamente explorado. Recursos locais também facilitam as operações.

c. Como resultado do planejamento iniciado o mais cedo possível, durante o avanço para o rio, o comandante desdobra suas forças de modo a assegurar que os meios essenciais de travessia estejam prontamente disponíveis quando o rio for atingido. O avanço deve ser feito, de preferência, sem perda da impulsão. A surpresa e a oportunidade do ataque podem criar condições para a conquista de pontes intactas. Os fogos de apoio podem ser empregados para a conquista de uma ponte intacta, pela neutralização do pessoal que a defende. A vantagem obtida pela captura de uma ponte deve ser explorada. Medidas de dissimulação, tais como fintas e/ou demonstrações, podem ser realizadas, visando a iludir o inimigo quanto ao principal local de travessia.

d. O movimento contínuo, sem perda de tempo, é essencial para a concentração de meios. As forças de assalto, embarcadas em viaturas blindadas anfíbias, aceleram a travessia e reduzem a dependência das pontes.

e. Manobras desbordantes, buscando transpor o rio obstáculo nos flancos da posição inimiga, devem ser preferidas a manobras frontais, incidindo sobre a parte mais forte do dispositivo inimigo.

10-14. TIPOS DE TRANSPOSIÇÃO EM OPERAÇÕES OFENSIVAS

a. As transposições de cursos de água obstáculo podem ser imediatas ou preparadas.

b. A transposição imediata é aquela realizada com o mínimo de perda de impulsão e caracteriza-se pela velocidade, surpresa, audácia e descentralização das ações. Deve ser tentada sempre que possível.

c. A transposição preparada é aquela realizada após preparativos de vulto e caracteriza-se pela centralização do planejamento e da execução das operações. Pela perda de tempo que ocasiona e pelo número elevado de baixas e perdas que acarreta, somente deve ser realizada quando a situação tática o impuser.

d. Quando o rio não estiver defendido, são realizadas travessias de oportunidade e, nesse caso, o planejamento fica restrito aos problemas técnicos de engenharia e de controle de trânsito.

10-15. TRANSPOSIÇÃO EM OPERAÇÕES DEFENSIVAS

a. A transposição de um curso de água obstáculo, por uma força que executa um movimento retrógrado, requer um planejamento tão detalhado quanto possível e um controle centralizado.

b. Dependendo das ações do inimigo, a existência de uma força defensiva na segunda margem pode tornar-se imprescindível para o sucesso da transposição pela tropa que realiza o movimento retrógrado.

c. A travessia do rio deve ser ordenada e rápida. As forças transpõem no tempo e no local que melhor se adaptem à situação tática, com o cuidado de não denunciarem, antecipadamente, os prováveis locais de travessia e de não se tornarem um alvo compensador para os fogos do inimigo.

d. Na oportunidade em que os últimos elementos rompem o contato com o inimigo e executam a transposição, cresce de importância o apoio de fogo.

e. Quando a situação tática impõe, os locais de travessia são desativados e os meios de travessia que nele operam são removidos ou destruidos.

f. A transposição de um curso de água obstáculo em operações defensivas não é uma transposição ofensiva, conduzida ao inverso. Ela pode comportar uma ação retardadora, uma defesa e a transposição propriamente dita.

g. O emprego de helicópteros para exfiltrar a tropa que retrai, aliado à destruição dos locais e meios de travessia, pode acelerar a operação e facilitar o desengajamento daquela força.

ARTIGO V

OPERAÇÕES EM ÁREAS FORTIFICADAS

10-16. GENERALIDADES

a. Uma área fortificada caracteriza-se por numerosos trabalhos defensivos e posições organizadas, dispostos em largura e em profundidade, que se apoiam mutuamente. Raramente uma área fortificada é constituída por uma única posição fortemente organizada.

b. As áreas fortificadas proporcionam ao defensor o máximo de proteção e lhe permitem a economia de forças. Os trabalhos defensivos podem ser constituídos de fortificações permanentes e de campanha, amplamente desenvolvidas e localizadas dentro de um extenso sistema de barreiras. As características de uma área fortificada incluem um forte sistema de postos avançados, uma bem desenvolvida rede de estradas, um amplo sistema de comunicações e uma reserva altamente móvel, localizada em posição central e provida de uma extensa rede de itinerários cobertos.

c. As forças de combate, normalmente, evitam o combate ofensivo em áreas fortificadas. Quando isto não é possível, procuram, com um mínimo de forças, fixar as posições fortificadas, enquanto a força principal continua o avanço para a conquista de objetivos mais distantes e decisivos. A redução de uma área fortificada pode incluir um cerco ou um ataque pela retaguarda.

10-17. DEFESA DE UMA ÁREA FORTIFICADA

a. A finalidade principal da defesa de uma área fortificada é obrigar o inimigo a emassar-se e constituir-se em alvo compensador ou a engajar-se na redução de posições fortificadas, enfraquecendo, dessa forma, seu poder de combate e tornando-o vulnerável ao contra-ataque. Reciprocamente, o inimigo pode prontamente destruir ou neutralizar áreas fortificadas com fogos de artilharia ou desbordá-las e neutralizá-las posteriormente.

b. As posições fortificadas proporcionam economia de forças nas áreas avançadas, tornando disponíveis reservas proporcionalmente maiores para o contra-ataque. Estas devem ser providas de adequada mobilidade e aptas a atuar agressivamente, para garantir o sucesso na defesa das posições fortificadas.

10-18. ATAQUE A UMA ÁREA FORTIFICADA

a. Uma área fortificada obriga o atacante a emassar-se e a constituir-se em alvo compensador. O assalto é estreitamente controlado e inclui a designação de objetivos que dividam as defesas inimigas.

b. Os fogos de artilharia podem destruir ou neutralizar uma área fortificada. As vantagens obtidas com o emprego de intensos bombardeios de

artilharia devem ser ponderados em relação aos obstáculos que podem ser criados para os elementos de assalto.

ARTIGO VI

OPERAÇÕES EM ÁREAS EDIFICADAS (LOCALIDADES)

10-19. GENERALIDADES

a. As áreas edificadas (localidades), contendo estruturas resistentes de alvenaria ou de concreto armado e aço, modificadas para fins de defesa, assemelham-se às áreas fortificadas. Consistem, principalmente, de localidades contendo construções reunidas em quarteirões ou de áreas constituídas de grandes complexos industriais.

b. As áreas edificadas são acidentes capitais importantes sobre os quais, de um modo geral, são conhecidas informações detalhadas. Proporcionam cobertas e abrigos para as tropas e para as armas. Podem apresentar grandes dificuldades para a defesa devido à sua susceptibilidade à neutralização ou à destruição pelos fogos.

c. As localidades, quando reduzidas a escombros, mantêm suas características defensivas e restringem o emprego de forças motorizadas, mecanizadas ou blindadas. Em conseqüência, as tropas de infantaria a pé são as mais aptas ao combate em localidades.

d. O combate em áreas edificadas caracteriza-se pelas ações aproximadas, pelos limitados campos de tiro, pela limitada observação, pela canalização do movimento de veículos e pela dificuldade de controle das tropas.

e. As medidas de controle da população civil são essenciais à sua proteção.

10-20. DEFESA DE UMA ÁREA EDIFICADA

a. As áreas edificadas constituem obstáculos ao movimento das forças inimigas que atacam, bem como para forças de contra-ataque amigas. Conseqüentemente, devem ser feitas considerações para a defesa fora da área edificada, em regiões adjacentes.

b. A defesa de uma área edificada é organizada em torno de acidentes capitais do terreno e de partes importantes da área edificada que preservem a integridade da defesa e proporcionem facilidades de movimento ou liberdade de ação ao defensor.

c. Instalações subterrâneas são utilizadas para facilitar o movimento das forças e fornecer proteção contra fogos inimigos. Essas instalações são integradas na organização da defesa. Barricadas e outros obstáculos são

utilizados ao máximo. As posições defensivas são preparadas em profundidade, para facilitar a continuidade da defesa em toda a área.

10-21. ATAQUE A UMA ÁREA EDIFICADA

a. Quando possível, as áreas edificadas devem ser desbordadas e isoladas. Caso contrário, são utilizados métodos aplicáveis para a redução ou neutralização das resistências, como nas áreas fortificadas.

b. O terreno que domina as vias de acesso é conquistado para isolar a área edificada; essa missão é normalmente atribuída a forças altamente móveis, incluindo elementos blindados, pára-quedistas ou aeromóveis. Os objetivos no interior da área edificada são selecionados para dividir a defesa inimiga.

ARTIGO VII

OPERAÇÕES ANFÍBIAS

10-22. GENERALIDADES

a. Uma operação anfíbia é uma operação de desembarque de força terrestre em litoral defendido, ou de sua retirada de um litoral, por meios navais, em virtude da ação do inimigo. É caracterizada pelos esforços estreitamente integrados de forças treinadas, organizadas e equipadas para diferentes atividades de combate.

b. A operação anfíbia inclui o planejamento, o embarque de tropas e equipamentos, os ensaios, a travessia para a área do objetivo, o desembarque das tropas de assalto e dos suprimentos e equipamentos de acompanhamento e o apoio à força de desembarque até o término da operação. A operação anfíbia não inclui o aprestamento das forças e o treinamento preliminar das operações anfíbias, nem as operações subseqüentes à instalação da força de desembarque no litoral inimigo.

10-23. REQUISITOS DA FORÇA

a. Uma operação anfíbia integra virtualmente todos os tipos de forças terrestres, navais e aéreas em um esforço militar coordenado. São essenciais relações de comando bem definidas, íntima cooperação e coordenação entre todas as forças participantes.

b. A fim de obter sucesso, uma operação anfíbia deve ter assegurado o controle da área marítima contra as forças inimigas de superfície e de submarinos, superioridade aérea na área de operações e substancial superioridade sobre as forças terrestres inimigas na área do objetivo. Além do poder de combate superior na área do objetivo, uma Força-Tarefa Anfíbia deve ter

uma razoável garantia de estar livre, durante o desembarque de assalto, da interferência eficiente de forças inimigas de fora da área do objetivo. A FT Anf deve ser capaz de proporcionar apoio tático e logístico contínuos às forças na cabeça-de-praia.

10-24. CONCEITO DE OPERAÇÕES ANFÍBIAS

a. O conceito de operações anfíbias visualiza uma rápida e completa preparação de fogos (fogo naval, mísseis e aeronaves), seguida de um desembarque de assalto por forças que, rapidamente, se deslocam dos navios para a terra em embarcações de desembarque, em veículos anfíbios e em aeronaves; são freqüentemente desencadeadas em conjunto com operações aeroterrestres e/ou aeromóveis. A área do litoral e as vias que lhe dão acesso constituem um obstáculo a ser ultrapassado; a progressão no seu interior é feita, sempre que possível, sem perda do ímpeto. Após a conquista dos objetivos iniciais, a Força de Desembarque (F Dbq) continua a progredir rapidamente para os objetivos intermediários e finais. A F Dbq é apoiada por meios navais e aéreos até que adequadas unidades orgânicas de apoio ao combate e logístico sejam estabelecidas no litoral.

b. O emprego de forças aeroterrestres ou aeromóveis facilita o estabelecimento em terra de forças partindo do mar e aumenta grandemente as possibilidades das forças anfíbias. Tal emprego pode ser executado como parte integrante da operação anfíbia ou como uma operação independente, desde que coordenada quanto ao apoio, podendo preceder, ser simultâneo ou se seguir ao assalto anfíbio.

10-25. FASES OPERACIONAIS

a. Em seu conjunto, as operações anfíbias desenvolvem-se em cinco fases: planejamento, embarque, ensaio, travessia e assalto. As fases recobrem-se, funcionalmente e no tempo, a despeito da maneira em que são relacionadas. O planejamento, por exemplo, ocorre durante toda a operação, porém predomina apenas no período que precede o embarque. As fases sucessivas assumem a categoria de atividade dominante, de acordo com a sua ocorrência no período considerado.

b. Durante a operação anfíbia, a defesa antiaérea da FT Anf é da responsabilidade do seu comandante. Após terminada a operação anfíbia, a defesa antiaérea é organizada e realizada de acordo com a diretriz da força, passando a responsabilidade pela defesa antiaérea do Comandante da FT Anf para o Comandante da F Dbq, desde que este tenha possibilidade de controlá-la, ou para o comandante mais apropriado, em terra.

10-26. RELAÇÕES DE COMANDO

a. A diretriz expedida pelo comandante, ao iniciar a operação anfíbia,

distribui as unidades pertencentes às diversas forças singulares e estabelece as relações de comando.

b. O Comandante da FT Anf é o oficial da força naval que, normalmente, é o próprio comandante do elemento naval componente. A estrutura de comando para as operações anfíbias depende da finalidade, da extensão e da complexidade da operação, bem como do vulto e do tipo das forças. O Comandante da FT Anf, ao iniciar-se a fase do embarque, assume total responsabilidade pelas tropas, pelos meios e pela execução das operações, ficando investido da autoridade necessária para assegurar o sucesso no cumprimento da missão.

c. O Comandante da F Dbq, subordinado à autoridade do Comandante da FT Anf, é investido da responsabilidade pela execução das operações em terra.

10-27. FORÇA-TAREFA ANFÍBIA COMBINADA

Ao grupamento temporário de elementos de mais de uma força armada, sob um comando único, formado com a finalidade de realizar uma operação anfíbia, denomina-se Força-Tarefa Anfíbia Combinada. É organizada no início do embarque e inclui uma Força Naval (F Nv) e uma Força de Desembarque, podendo ainda incluir elementos da Força Aérea. A F Nv inclui os elementos necessários para: deslocar a F Dbq para a área do objetivo; proporcionar proteção durante o deslocamento e na área do objetivo; completar a preparação nessa área; desembarcar as forças de assalto com os seus suprimentos e equipamentos; e apoiar a F Dbq em terra.

10-28. FORÇA DE DESEMBARQUE

A F Dbq compreende as unidades de tropas designadas para executar o assalto anfíbio. Pode ser constituída por tropas do Exército, por tropas do Corpo de Fuzileiros Navais ou por uma combinação delas. Normalmente opera subordinada a um único comandante tático; entretanto, em determinadas ocasiões, podem ser constituídos grupamentos subordinados, com delegação específica de autoridade de comando.

10-29. COORDENAÇÃO DO APOIO DE FOGO

O planejamento e a coordenação pormenorizada do apoio de fogo são da máxima importância nas operações anfíbias, devido ao fato de que a força de desembarque depende, inicialmente, do apoio de fogo naval e do apoio aéreo aproximado. O Comandante da FT Anf é responsável pela coordenação do apoio de fogo durante as fases iniciais do desembarque. Quando as condições o permitirem e os órgãos de controle estiverem estabelecidos em terra, essa responsabilidade é passada para o Comandante da F Dbq. A seguir, os órgãos de coordenação de fogos da FT Anf passam para uma situação de prontidão, tornando-se disponíveis para reassumirem as funções de coordenação de apoio de fogo em situação de emergência.

10-30. TÉRMINO DA OPERAÇÃO ANFÍBIA

O término da operação anfíbia é determinado pela autoridade que a designou, após o cumprimento da missão estabelecida na diretriz que deu origem à operação. A consolidação da cabeça-de-praia pela F Dbq normalmente é especificada como uma condição para o cumprimento de tal missão.

ÍNDICE ALFABÉTICO

I

L

DISTRIBUIÇÃO

1. ÓRGÃOS

Gabinete do Ministro 01
Estado-Maior do Exército 10
DGP, DEP, DMB, DEC, DGS 01
DEE, DFA, DEPA..01
CIE, C Com SEx 01

2. GRANDES COMANDOS E GRANDES UNIDADES

COTer 05
Comando Militar de Área 05
Região Militar 01
Divisão de Exército 05
Brigada 05
Grupamento de Engenharia 02
Artilharia Divisionária 03
COMAvEx...05

3. UNIDADES

Infantaria...03
Cavalaria 03
Artilharia 03
Engenharia 03
Comunicações 03
Logística 03
Forças Especiais 03
DOMPSA 03
Aviação...03

4. SUBUNIDADES (autônomas ou semi-autônomas)

Aviação 03
Infantaria 03
Cavalaria 03
Artilharia 03
Engenharia 03
Comunicações 03
Material Bélico 02
Intendência 02
Defesa QBN 01
Precursora Pára-quedista 02
Bia/Esqd/Cia Cmdo (grandes unidades e grandes comandos) 01

5. ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

ECEME 400
EsAO 50
AMAN 40
EsSA 20
CPOR 05
EsSE, EsCom, EsACosAAe, EsIE, CIGS, EsMB, EsEFEx, CI Av Ex,
CI Pqdt GPB, CIGE, EsAEx, EsPCEx 02
CIAS/Sul 10

6. OUTRAS ORGANIZAÇÕES

Arq Ex 01
Bibliex 02
C Doc Ex 01
C F N 01
EAO (FAB) 01
ECEMAR 01
Es G N 01
E S G 05
E G G C F 01
E M Aer 01
E M A 01
E M F A 01
NUCOMDABRA 01
O Lig ECEME/EUA 01

Este Manual foi elaborado com base em um trabalho conjunto realizado pela 3ª SCh do EME e pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.